

XIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Florianópolis – 03 a 06 de junho de 2014
(Neo)desenvolvimentismo em Questão

Encontro Nacional de Economia Política, 19, 2014, Florianópolis – SC.
Caderno de Resumos... Florianópolis: SEP, 2014.

ISSN: 2177-8345

Promoção

Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)

Realização

Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC)

Apoios e patrocínios

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Santa Catarina

CEF – Caixa Econômica Federal

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

Caderno de Resumos

Organização do caderno

Tiago Camarinha Lopes

Produção dos Arquivos

Marcelo Nishio

O conteúdo dos textos é de exclusiva responsabilidade dos autores.

XIX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Florianópolis – 03 a 06 de junho de 2014
(Neo)desenvolvimentismo em Questão



Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP

Presidente de honra

Paul Singer

Diretoria 2012-2014

Niemeyer Almeida Filho (IE-UFU)

Presidente

João Ildebrando Bocchi (PUC-SP)

Vice-Presidente

Diretores

Christy Ganzert Gomes Pato (UFFS)

Fernando César de Macedo Mota (Unicamp)

Helder Gomes (UFES)

João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)

Lauro Francisco Mattei (UFSC)

Marcelo Dias Carcanholo (UFF)

Maria Mello de Malta (UFRJ)

Maurício Aguiar Serra (ANPEC)

Rubens Rogério Sawaya (ANGE)

Conselho Fiscal

Membros titulares:

Rosa Maria Marques (PUC-SP)

Leda Maria Paulani (USP)

Vanessa Petrelli Corrêa (UFU)

Membros suplentes:

Vanessa da Costa Val Munhoz (UFU)

Cláudia Heller (UNESP)

Ellen Lucy Tristão (UFVJM)

COORDENAÇÃO GERAL DO ENCONTRO

Professor Niemeyer Almeida Filho (IE/UFU, Presidente da SEP)
Professor João Ildebrando Bocchi (PUC-SP, Vice-presidente da SEP)
Professor Lauro Francisco Mattei (UFSC, Diretor da SEP).

COMISSÃO ORGANIZADORA LOCAL

Professor Lauro Francisco Mattei (IELA-UFSC/Presidente)
Professor Nildo Ouriques (IELA-UFSC)
Professora Beatriz Paiva (IELA-UFSC)
Professor Waldir Rampinelli (IELA-UFSC)
Professor Paulo Capela (IELA-UFSC)
Professor Valdir Alvim (IELA-UFSC)

Endereço:

INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS

Centro Socioeconômico | Bloco D | Primeiro Andar | Campus Trindade | CEP 88010-970
Florianópolis | SC | Brasil | Fone: + 55 (48) 3721-6483 | iela@iela.ufsc.br

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA - SEP

Endereço:

Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala 1J254
Av. João Naves de Ávila, 2121
Uberlândia, MG CEP: 38400-902

Contato:

Tiago Camarinha Lopes (UFG, secretário executivo da SEP)
Marcelo Nishio (suporte técnico e responsável pelo site)

Email: sep@sep.org.br

Site: www.sep.org.br e <https://pt-br.facebook.com/sociedadebrasileiradeeconomiapolitica>

COMISSÃO CIENTÍFICA E ÁREAS TEMÁTICAS

1. Metodologia e História do Pensamento Econômico
 - 1.1. Metodologia e Caminhos da Ciência
 - 1.2. História do Pensamento Econômico
Eleutério Prado (USP) e Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira (UFMG)
2. História Econômica e Economia Brasileira
 - 2.1. História Econômica e Social Brasileira
 - 2.2. História Econômica Geral
 - 2.3. Economia Brasileira Contemporânea
Pedro Paulo Zaluth (UNICAMP) e Frederico Katz (UFPE)
3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo
 - 3.1. Teoria do Valor
 - 3.2. Capitalismo Contemporâneo
 - 3.3. Socialismo
Maurício Sabadini (UFES) e João Machado Borges Neto (PUCSP)
4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo
 - 4.1. Estado e economia capitalista
 - 4.2. Estado e políticas públicas
 - 4.3. Os Estados nacionais na nova configuração do capitalismo
Virgínia Fontes (UFF) e Octavio Conceição (UFRGS)
5. Dinheiro, Finanças internacionais e Crescimento
 - 5.1. Economia Monetária e Financeira
 - 5.2. Economia e Finanças Internacionais
 - 5.3. Um novo sistema monetário internacional
Alexis Saludjian (UFRJ) e Marisa Silva Amaral (UFU)
6. Capitalismo e Espaço
 - 6.1. Economia regional
 - 6.2. Estruturas e dinâmicas urbanas.
Carlos Águedo Nagel Paiva (FEE-RGS) e Paulo Balanco (UFBA)
7. Trabalho, Indústria e Tecnologia
 - 7.1. Mundo do Trabalho
 - 7.2. Economia industrial, serviços, tecnologia e inovações
Benedito Rodrigues de Moraes Neto (UNESP) e Silvio Antônio Ferraz Cário (UFSC)
8. Área Especial 1: Integração Latino-americana
Carlos Eduardo da Rosa Martins (UFRJ-Sociologia) e Nildo Ouriques (UFSC)
9. Área Especial 2: Economia Agrária e Meio Ambiente
Maurício de Carvalho Amazonas (CDS/UnB) e Danilo Araújo Fernandes (UFPA)

SUMÁRIO (versão digital)

Apresentação.....	6
Programação	7
Panorama das mesas paralelas	10
Programação das Sessões Ordinárias.....	12
Programação das Sessões de Comunicações	27
Resumos das Sessões Ordinárias	30
Área 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico	30
Área 2. História Econômica e Economia Brasileira	36
Área 3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo	47
Área 4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo	52
Área 5. Dinheiro, Finanças internacionais e Crescimento.....	56
Área 6. Capitalismo e Espaço	59
Área 7. Trabalho, Indústria e Tecnologia	63
Área 8. Área Especial 1: Integração-Latinoamericana	67
Área 9. Área Especial 2: Economia Agrária e Meio Ambiente.....	69
Resumos das Sessões de Comunicações.....	72

Apresentação

A Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP tem a satisfação de realizar o seu encontro anual, o décimo nono, na Universidade Federal de Santa Catarina, sob a organização do IELA, Instituto de Estudos Latino-Americanos. O IELA faz parte do Centro Socioeconômico (CSE), que congrega os cursos de Administração, Economia, Contábeis, Serviço Social e Relações Internacionais. O CSE é atualmente uma das unidades de ensino com o maior número de estudantes, uma vez que oferece cursos de graduação diurnos e noturnos, bem como programas de pós-graduação com mestrado e doutorado em todos os cursos específicos.

Além dos cursos normais acima citados e do IELA, o CSE abriga o INPEAU (Instituto de Pesquisas e Estudos sobre Administração Universitária). Os dois institutos atuam como unidades específicas de pesquisa e extensão, porém com projetos de pós-graduação em processo de criação. O IELA foi criado oficialmente em 2007 e desde então vem desenvolvendo estudos e pesquisas sobre a realidade Latino-Americana com o objetivo de proporcionar ao público brasileiro as condições para compreender melhor o continente onde vivemos, sua realidade e suas contradições.

O XIX ENEP tem como tema central o “(Neo)Desenvolvimentismo”, num momento em que a conjuntura brasileira de eleições presidenciais exige debate social a respeito dos rumos futuros da sociedade brasileira. A posição hegemônica na SEP é que a crise do capitalismo é profunda e de temporalidade longa, de modo que não se pode prever e esperar que uma recuperação global supere a estagnação que vem se apresentando à economia brasileira. As proposições de políticas públicas e mesmo um projeto implícito na condução da política de Estado no Brasil podem ser caracterizadas como Neodesenvolvimentismo. Há diversos governos nacionais na região da América Latina que se enquadram na mesma perspectiva. Portanto, a preocupação expressa na escolha do tema do ENEP estende-se aos demais países da região.

No Brasil, as ações do governo federal para enfrentar essa crise lograram mitigar transitoriamente os efeitos negativos sobre a economia brasileira, porém são claramente insuficientes para garantir dinamismo mínimo indispensável ao desenvolvimento capitalista. Os esforços em acelerar investimentos com concessões ao capital privado, especialmente aqueles relacionados à realização da Copa do Mundo de Futebol, aviltam as exigências de gasto e investimentos no âmbito social, seja nas políticas sociais de Estado ou daquelas de governo. A queda nos níveis de crescimento da indústria é estrutural limitando o crescimento do PIB em níveis semelhantes aos dos anos 1980 e 1990. Nessas condições as pressões sociais por mudanças agudizam-se, com as forças sociais clamando por novas e maiores transferências de recursos do fundo público, insustentáveis com baixo crescimento.

Ademais, por razões constitutivas, nas economias dependentes Latino-americanas a participação ativa do Estado na coordenação das ações de expansão e transformação da economia é indispensável. A estagnação e/ou inflação dificultam o exercício dessas funções, pois os recursos reais disponíveis se retraem.

Por tudo isto, esperamos que os debates nestes dias do evento sejam os mais profícuos possíveis e que o XIX Encontro Nacional de Economia Política continue sendo um dos marcos mais importantes nos debates sobre o desenvolvimento e sobre as perspectivas que se colocam para a sociedade brasileira e para as sociedades latino-americanas.

Niemeyer Almeida Filho

Presidente

Sociedade Brasileira de Economia Política

Florianópolis, 03 de junho de 2014

Programação

Terça-feira 03/6/14	Atividades de formação
8h30-12h30	<p>Minicurso 1 – História do Pensamento Econômico Brasileiro Palestrantes: Maria de Mello Malta (UFRJ) e Bruno Borja (UFRJ) LOCAL: Auditório do CSE</p> <p>Minicurso 2 – Teoria Marxista da Dependência Palestrante: Marina Gouveia (UNILA), Fernando Prado (UNILA) LOCAL: Mini-auditório de Economia do CSE</p>
12h30 – 14h30	Almoço
14h30-18h30	<p>Minicurso 3 – Estado e Políticas Públicas Palestrante: Beatriz Paiva (UFSC) LOCAL: Mini-auditório de Economia – CSE</p> <p>Minicurso 4 - Economia Política do Desenvolvimento e Sustentabilidade Palestrante: Maurício Amazonas (UNB) LOCAL: Auditório do CSE</p>
19h-21h	Reunião da Diretoria da SEP
Quarta-feira 04/6/14	Sessões Especiais e abertura oficial do XIX ENEP
9h-12h	<p>Sessão Especial de Economia Política: Ecosocialismo Conferencista: Pritam Singh (Oxford Brookes University-UK e WAPE) LOCAL: Auditório do CSE</p>
12h-14h	Almoço
14h – 17h	<p>Reuniões dos Grupos de Trabalho SEP</p> <p>GT Teoria Marxista da Dependência Palestrante: Fernando Corrêa Prado (UNILA) LOCAL: Auditório do CSE</p> <p>GT HPE Brasileira Palestrante: Maria de Melo Malta (UFRJ) LOCAL: Mini-auditório de Economia do CSE</p> <p>GT Estado e Políticas Públicas Palestrante: Paulo Henrique Furtado Araújo (UFF) LOCAL: Mini-auditório do Serviço Social do CSE</p> <p>GT Macroeconomia Palestrante: Vanessa Petrelli Corrêa (UFU) LOCAL: Mini-auditório de Administração do CSE</p> <p>GT Economia Política da Amazônia Palestrante: José Francisco Assis Costa (NAEA-UFPA) LOCAL: Mini-auditório de Ciências Contábeis do CSE</p>
18h-19h	<p>Sessão Oficial de Abertura do ENEP LOCAL: Auditório da Reitoria</p>

19h-21h30	Painel I – (Neo)desenvolvimentismo em Questão Claudio Katz (Sociedade Economia Crítica, Argentina) Pedro Cezar Dutra Fonseca (UFRGS) Luiz Carlos Bresser-Pereira (FGV-SP) Niemeyer Almeida Filho (UFU) LOCAL: Auditório da Reitoria
21h30	Coquetel de boas vindas aos participantes
Quinta-feira 05/06/14	Sessões Ordinárias e Painéis
8h30-10h	Sessões ordinárias – mesas 1 a 10 Sessão de comunicações I LOCAL: CSE
10h-10h30	Coffee break
10h30-12h30	Painel II – Dívida Pública: experiências latino-americanas Pedro Paz (SEPLA Equador) Alejandro Olmos (SEPLA Argentina) Cláudio Hamilton Matos dos Santos (IPEA) João Ildebrando Bocchi (PUC-SP) LOCAL: Auditório da Reitoria
12h30 – 14h	Almoço
14h – 15h30	Sessões ordinárias – mesas 11 a 20 Sessão de comunicações II LOCAL: CSE
15h30-17h30	Painel III – Manifestações sociais no Brasil sob o NeoDesenvolvimentismo Plínio de Arruda Sampaio Jr. (UNICAMP) Armando Boito Jr. (UNICAMP) Carlos Eduardo Martins (UFRJ) Lauro Mattei (UFSC) LOCAL: Auditório da Reitoria
17h30 -18h	Coffee break
18h-18h30	Sessão de homenagem a Reinaldo Carcanholo
17h30-19h30	Conferência Especial: Economia e Complexidade Conferencista: Eleutério Prado (USP) Coordenação: João Leonardo Medeiros (UFF) LOCAL: Auditório da Reitoria
Sexta-feira 06/06/14	Sessões Ordinárias, Painéis e Assembleia da SEP
8h30 – 10h	Sessões ordinárias – mesas 21 a 30 Sessão de comunicações III LOCAL: CSE
10h – 10h30	Coffee break
10h30-12h30	Painel IV – Crise do Sistema Capitalista Maria de Lourdes Mollo (UnB) Nilson Araújo de Souza (UNILA) José Rubens Damas Garlipp (UFU) Rubens Sawaya (PUC-SP) LOCAL: Auditório da Reitoria

12h30 – 14h	Almoço
14h – 15h30	Sessões ordinárias – mesas 31 a 40 Sessão de comunicações IV LOCAL: CSE
15h30-17h30	Painel V – A Geopolítica Latino-Americana atual Theotônio dos Santos (UFF) Nildo Ouriques (IELA/UFSC) Samuel Pinheiro Guimarães (Itamaraty) Marcelo Carcanholo (UFF) LOCAL: Auditório da Reitoria
17h30 – 18h	Café
18h – 20h	Assembleia Geral da SEP

Panorama das mesas paralelas

QUINTA-FEIRA 05/06/14: 8h30 – 10h

- Mesa 1 – **Do método de Marx** - Mini-Auditório de Economia do CSE
- Mesa 2 – **Formação Econômica do Brasil** - Auditório do CSE
- Mesa 3 – **Macroeconomia brasileira contemporânea** - CSE 109
- Mesa 4 – **Estado e Políticas Públicas no Brasil** - CSE 110
- Mesa 5 – **Interpretações heterodoxas sobre moeda e finanças** - CSE 113
- Mesa 6 – **Indicadores de Desenvolvimento Urbano** - CSE 114
- Mesa 7 – **Alguns aspectos do trabalho no Brasil** - CSE 115
- Mesa 8 – **Temas do Capitalismo Contemporâneo** - CSE 107
- Mesa 9 – **Desenvolvimento territorial e dinâmica agrária na Amazônia** - CSE 103
- Mesa 10 – **De aportes da ciência positiva** - CSE 101
- Comunicações – **Sessão I** – CSE 102

QUINTA-FEIRA 05/06/14: 14h – 15h30

- Mesa 11 – **Integração latino-americana: geopolítica e descolonização do poder** - CSE 109
- Mesa 12 – **Estado e Capitalismo no Brasil contemporâneo** - Auditório do CSE
- Mesa 13 – **Estados Nacionais na nova configuração do capitalismo** – CSE 110
- Mesa 14 – **Finanças globais, vulnerabilidade externa e volatilidade cambial em economias periféricas** - CSE 113
- Mesa 15 – **Financeirização, Criatividade e Contestação no Urbano-Regional** - CSE 114
- Mesa 16 – **O Trabalho: elementos teóricos e históricos** - CSE 115
- Mesa 17 – **Transformações na economia da China** - CSE 107
- Mesa 18 – **Economia Política do Meio Ambiente: dilemas teóricos e aplicações em países em desenvolvimento** - CSE 103
- Mesa 19 – **Do desenvolvimento econômico** - Mini-Auditório de Economia do CSE
- Mesa 20 – **Política Econômica no século XX** – CSE 101
- Comunicações – **Seção II** – CSE 102

SEXTA-FEIRA 05/06/14: 8h30 – 10h

- Mesa 21 – **Temas da Teoria do Valor** – CSE 107
- Mesa 22 – **Estados e novos padrões de desenvolvimento** - CSE 110
- Mesa 23 – **Finanças internacionais, crises e alternativas: Europa, China e BRICS** – CSE 113
- Mesa 24 – **Política Econômica e Distribuição Territorial dos Investimentos no Brasil** - CSE 114
- Mesa 25 – **Economia Industrial** - CSE 115
- Mesa 26 – **Da história do pensamento econômico** - Mini-Auditório de Economia do CSE
- Mesa 27 – **Estado e capitalismo no século XX** – Auditório do CSE
- Mesa 28 – **Temas da Crítica ao Desenvolvimento Capitalista** – CSE 109
- Mesa 29 – **Estado e Economia Capitalista** – CSE 103
- Mesa 30 – **Imperialismo e Capital Fictício; Economia da URSS** – CSE 101
- Comunicações – **Sessão III** – CSE 102

SEXTA-FEIRA 05/06/14: 14h – 15h30

- Mesa 31 – **Teorias e projetos de desenvolvimento no século XX** - Auditório do CSE
- Mesa 32 – **Economia da Tecnologia e da Inovação** – CSE 115
- Mesa 33 – **Dos clássicos do pensamento econômico** – Mini-Auditório de Economia do CSE
- Mesa 34 – **Teoria da dependência e padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil** - CSE 110
- Mesa 35 – **Desenvolvimento Capitalista e Crise** – CSE 107
- Mesa 36 – **Dimensões estratégicas: da integração sul-americana** – CSE 109
- Mesa 37 – **Do pensamento econômico conservador** - CSE 113
- Mesa 38 – **Tendências e dinâmicas econômico-sociais no Brasil** – CSE 114
- Mesa 39 – **Economia Brasileira e Inserção Externa** – CSE 103
- Mesa 40 – **O debate sobre o modelo brasileiro contemporâneo** – CSE 101
- Comunicações – **Sessão IV** – CSE 102

Programação das Sessões Ordinárias

QUINTA FEIRA 05/06/2014: 8h30-10h

Mesa 1 – **Do método de Marx** [Metodologia e História do Pensamento Econômico]
Coordenação: Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)

Da necessidade e dos limites da exposição crítico-dialética do capital
Bruno Höfig (USP)

Dialética e método na Introdução aos Grundrisse
Cláudio Gontijo (UFMG)

Vulgaridades teóricas debilitadoras do marxismo: "a mais-valia é um roubo", "o capitalista não trabalha", "o Estado é o escritório da burguesia"
Gláucia Angélica Campregher (UFRGS) e José Carlos de Souza Braga (UNICAMP)

Local: Mini-Auditório de Economia do CSE

Mesa 2 – **Formação Econômica do Brasil** [História Econômica e Economia Brasileira]
Coordenação: Pedro Paulo Zaluth (UNICAMP)

Patent length and the value of inventions in Brazil in the 19th Century
Andrea Felipe Cabello (UnB)

Notas sobre o comércio doméstico de escravos no Oeste Paulista, 1870-1879
Gabriel Almeida Antunes Rossini (UNICAMP)

A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente
Marcio Alvarenga Junior e Fernando Augusto Mansor de Mattos

Local: Auditório do CSE

Mesa 3 – **Macroeconomia brasileira contemporânea** [História Econômica e Economia Brasileira]
Coordenação: Vanessa Petrelli Correa (UFU)

Política Cambial no Brasil: um esquema analítico
Pedro Linhares Rossi (UNICAMP)

Análise desagregada da inflação por setores industriais da economia brasileira entre 1996 e 2011
Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Caroline Teixeira Jorge e Júlia de Medeiros Braga

A economia brasileira tem insuficiência de poupança? Limites de um discurso pré-keynesiano e análise dos fatos estilizados do período recente
Miguel Antonio Pinho Bruno (IPEA) e Antônio Ricardo Dantas Caffé

Local: Sala de Aula do CSE 109

Mesa 4 – **Estado e Políticas Públicas no Brasil** [Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo]

Coordenação: Octavio Conceição (UFRGS)

Comportamento reprodutivo no Brasil e programa Bolsa Família: uso de métodos anticoncepcionais e decisão pela gravidez

Wanderson Alves de Sousa, Carlos César Santejo Saiani (FEARP-USP) e Mônica Yukie Kuwahara (Mackenzie)

Envelhecimento populacional e ônus sociais da familiarização dos cuidados: o caso brasileiro em perspectiva comparada

Graciele Pereira Guedes e Célia Lessa Kerstenetzky (UFF)

Renúncia Fiscal (Gasto Tributário) em Saúde: repercussões sobre o Financiamento do SUS

Aquilas Nogueira Mendes (PUC-SP) e José Alexandre Buso Weiller

Local: Sala de Aula do CSE 110

Mesa 5 – **Interpretações heterodoxas sobre moeda e finanças** [Dinheiro, Finanças Internacionais e Crescimento]

Coordenação: Paulo Nakatani (UFES2)

A Abordagem Estruturalista da Inflação: elementos para um método de análise

Patrick Fontaine Reis de Araujo (UFRJ)

A economia monetária e a fórmula geral do capital: preliminar da fissão Marx-Keynes

Tiago Camarinha Lopes (UFG) e Everton Sotto Tibiriçá Rosa (UFG/UNICAMP)

A Classical Inflation Model with Demand Pull and Supply Resistance

Alberto Handfas (PUC – SP)

Local: Sala de Aula do CSE 113

Mesa 6 – **Indicadores de Desenvolvimento Urbano** [Capitalismo e Espaço]

Coordenação: Carlos Águedo Nagel Paiva (FEE-RGS)

Espaços urbanos saudáveis e os determinantes sociais da saúde (DSS)

Suzana Quinet De Andrade Bastos (UFJF) e Bruno Silva de Moraes Gomes

Desenvolvimento humano e bem-estar nas subprefeituras de São Paulo: uma análise da qualidade de vida a partir da abordagem das capacitações

Maiara Patti Gaulez

Mudanças econômicas e transformações espaciais seletivas na rede urbana cearense no período de 1990-2010

Francisco do O' De Lima Júnior (UNICAMP)

Local: Sala de Aula do CSE 114

Mesa 7 – Alguns aspectos do trabalho no Brasil [Trabalho, Indústria e Tecnologia]

Coordenação: Benedito Rodrigues de Moraes Neto (UNESP)

Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e proteção social: a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Relações de trabalho no capitalismo brasileiro: uma análise da informalidade como componente do desemprego estrutural

Pedro Henrique Evangelista Duarte (UFG)

Condições de trabalho, produção de valor e exploração na CSN pós-privatização

José Luiz Alcântara Filho (UFF) e Leonardo da Silva Olegário

Local: Sala de Aula do CSE 115

Mesa 8 – Temas do Capitalismo Contemporâneo [Economia Política, Capitalismo e Socialismo]

Coordenação: Maurício Sabadini (UFES)

Pleno emprego, investimento e classe: uma visão e uma proposta ainda atuais, a partir de Kalecki e Meidner

Marcelo Soares de Carvalho

Marx contra a fantasia Coaseana uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono

Eduardo Sá Barreto (UFJF)

Mudanças demográficas, reformas previdenciárias e mais valor absoluto: exploração intertemporal no capitalismo contemporâneo

Marcelo Milan (UFRGS)

Local: Sala de Aula do CSE 107

Mesa 9 – Desenvolvimento territorial e dinâmica agrária na Amazônia [Economia Agrária e Meio Ambiente]

Coordenação: Danilo Araújo Fernandes (UFPA)

A Reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial

Eduardo Moyano-Estrada (IESA-Espanha) e Antônio César Ortega (UFU)

A expansão pecuária na Amazônia

Leonela Guimarães da Silva (UFMT)

Fogo e Manejo da Terra na Amazônia – por um novo arcabouço teórico-metodológico

Larissa Steiner Chermont

Local: Sala de Aula do CSE 103

Mesa 10 – **De aportes da ciência positiva** [Metodologia e História do Pensamento Econômico]

Coordenação: Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira (UFMG)

A genealogia de uma ferramenta econômica de decisão pública: o caso da Análise Custo-Benefício

Thomaz Teodorovicz (UFPR) e Victor Manoel Pelaez Alvarez

A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia

Celso Pereira Neris Júnior e José Ricardo Fucidji (UNESP)

Uma análise do discurso doutrinário de Robert E. Lucas Jr.

Alexandre Flávio Silva Andrada (UnB)

Local: Sala de Aula do CSE 101

QUINTA FEIRA 05/06/2014: 14h-15h30

Mesa 11 – **Integração latino-americana: geopolítica e descolonização do poder** [Integração Latino-americana]

Coordenação: Nildo Ouriques (UFSC)

A integração latino-americana: uma análise dos limites atuais

Ana Maria Rita Milani (UFAL) e Marlene Grade (UFOP)

De América à Abya Yala. Semiótica da descolonização

Armando de Melo Lisboa

Lições da Crise para uma teoria da formação de blocos econômicos. E uma pitada de Teoria dos Jogos e de Geopolítica

Frederico Jayme Katz (UFPE/DECON)

Local: Sala de Aula do CSE 109

Mesa 12 – **Estado e Capitalismo no Brasil contemporâneo** [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Fernando César Macedo Mota (UNICAMP)

As origens do sistema brasileiro de defesa da concorrência

Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ) e Pedro Henrique Navarrete (UFRJ)

Reformulação das relações entre estado e grande capital no Brasil durante os anos 2000: desempenho e trajetórias de diversificação dos grandes grupos econômicos nacionais

Marco Antonio Rocha e Célio Hiratuka

Relações entre Estado e Mercado: reformas e agências reguladoras no Brasil - 1991-2013

Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ)

Local: Auditório do CSE

Mesa 13 – **Estados Nacionais na nova configuração do capitalismo** [Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo]

Coordenação: Luciana Rosa de Souza (UNICAMP)

A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI: o caso de Angola

Valéria Lopes Ribeiro (UFRJ)

Lições do processo de desenvolvimento japonês: catch up completo e forging ahead bloqueado

Eduardo da Motta e Albuquerque (UFMG)

Path Dependence e Aprendizagem: um estudo do caso das políticas anti-pobreza no México, Brasil e Peru

Luciana Rosa de Souza (UNICAMP)

Local: Sala de Aula do CSE 110

Mesa 14 – **Finanças globais, vulnerabilidade externa e volatilidade cambial em economias periféricas** [Dinheiro, Finanças Internacionais e Crescimento]

Coordenação: Marisa Silva Amaral (UFU)

El ascenso al poder político de las finanzas: capitales ficticios y crisis

Luis Enrique Casais Padilla

Fragilidade Financeira e vulnerabilidade externa em países periféricos

Vanessa Petrelli Corrêa (UFU)

Os falsos fundamentos ortodoxos da taxa de câmbio, o quantitative easing e seus efeitos no Brasil

Marcelo Pereira Fernandes (UFRRJ) e Alexandre Jerônimo de Freitas

Local: Sala de Aula do CSE 113

Mesa 15 – Financeirização, Criatividade e Contestação no Urbano-Regional [Capitalismo e Espaço]

Coordenação: Paulo Balanco (UFBA)

Urbanização no capitalismo com dominância financeira: a mercantilização e a privatização do mundo

José Micaelson Lacerda Morais (Univ. Reg. Cariri/URCA)

As jornadas de junho e o padrão de urbanização brasileiro: limites ou novos rumos

Raul da Silva Ventura Neto

Desenvolvimento Territorial e Economia Criativa: as dimensões de Espaço e Território nas concepções de Arranjo Criativo e Arranjo Produtivo Local

Valcir Bispo Santos

Local: Sala de Aula do CSE 114

Mesa 16 – O Trabalho: elementos teóricos e históricos [Trabalho, Indústria e Tecnologia]

Coordenação: Sebastião Ferreira da Cunha (UFRRJ)

Descendo a ladeira: a queda do crescimento nos Estados Unidos

Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)

Direito à preguiça? Sobre as impossibilidades econômicas para os nossos netos

Paulo Sérgio Fracalanza

Bases teóricas do modelo de efficiencywage e da contraposição entre insiders e outsiders e o comportamento do mercado de trabalho

Sebastião Ferreira da Cunha (UFRRJ)

Local: Sala de Aula do CSE 115

Mesa 17 – Transformações na economia da China [Economia Política, Capitalismo e Socialismo]

Coordenação: Rubens Sawaya (PUC-SP)

O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea

Paulo Nakatani (UFES) e Rogério Naques Faleiros (UFES)

De Beijing aos distritos: o partido comunista, o processo decisório e a definição dos rumos do desenvolvimento na China

Neide César Vargas (UFES2)

Reforma na estrutura fundiária e migração na China

Paula Cristina Nabuco Felipe

Local: Sala de Aula do CSE 107

Mesa 18 – Economia Política do Meio Ambiente: dilemas teóricos e aplicações em países em desenvolvimento [Economia Agrária e Meio Ambiente]

Coordenação: Maurício Amazonas (CDS/UnB)

Visões da escassez: interpretando o debate entre cientistas naturais e economistas no renascimento do ambientalismo

Rosana Icassatti Corazza (Facamp)

Controvérsias na economia ecológica: indefinição ou pluralismo metodológico?

Beatriz Macchione Saes e Ademar Ribeiro Romeiro

Tipologia dos Países Latinoamericanos segundo as Fontes de Emissão de CO₂ através de Análise de Agrupamentos

Mônica Liseth Cardozo Rodriguez, Francivane Teles Pampolha, Sergio L. M. Rivero (UFPA) e Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Local: Sala de Aula do CSE 103

Mesa 19 – Do desenvolvimento econômico [Metodologia e História do Pensamento Econômico]

Coordenação: Pedro Cesar Dutra Fonseca (UFRGS)

Ainda sobre as questões do desenvolvimento

Fernando Corrêa Prado (UFRJ)

O sistema econômico e o seu desenvolvimento: uma releitura do aporte de Schumpeter e dos Neo-schumpeterianos sob a ótica dos sistemas complexos

Aline Virgílio e Luiz Filgueiras

Duas interpretações sobre a visão marxiana do desenvolvimento: uma avaliação crítica

Patrick Galba de Paula

Local: Mini-Auditório de Economia do CSE

Mesa 20 – Política Econômica no século XX [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Helder Gomes (UFES)

O capitalismo de Estado no Estado Novo

Ana Raquel Mechlin Prado (Mackenzie) e Daniel Francisco Nagao Menezes

O governo Kubitschek e o complemento burguês do getulismo

Daniel Santos Kosinski (UFF)

Para além do populismo: uma interpretação da política econômica do governo João Goulart (1961 – 1964)

Jorge Armindo Aguiar Varaschin (UFRGS)

Local: Sala de Aula do CSE 101

SEXTA-FEIRA 06/06/2014: 8h30-10h

Mesa 21 – **Temas da Teoria do Valor** [Economia Política, Capitalismo e Socialismo]

Coordenação: João Machado Borges Neto (PUCSP)

O surgimento do capital comercial como categoria qualitativamente independente: uma contribuição

Ian Coelho de Souza Almeida (UFPR)

Sobre as categorias valor e preço da força de trabalho em Marx

Elizeu Serra de Araújo (UFMA)

Os serviços como trabalho produtivo: pressupostos teóricos ao entendimento de seu papel na produção capitalista

Ellen Lucy Tristão (UFVJM)

Local: Sala de Aula do CSE 107

Mesa 22 – **Estados e novos padrões de desenvolvimento** [Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo]

Coordenação: João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)

A orientação dos IDEs e a política econômica brasileira: convergências duvidosas

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE) e Christiane Senhorinha Soares Campos (UFS)

Auge e declínio do “Neo-desarrollismo” argentino

Iderley Colombini Neto (UFRJ)

Mudança estrutural como estratégia de desenvolvimento: a eficiência dinâmica em perspectiva

Tomás Amaral Torezani (UFRGS) e Ricardo Dathein (UFRGS)

Local: Sala de Aula do CSE 110

Mesa 23 – **Finanças internacionais, crises e alternativas: Europa, China e BRICS** [Dinheiro, Finanças Internacionais e Crescimento]

Coordenação: Alexis Saludjian (UFRJ)

Crisis, Profit Rate and the Political Economy of the Eurozone

Antônio Albano de Freitas (UFRJ)

The Chinese Banking System and the Impacts of the 2008 Global Financial Crisis on It

Alexandre de Podestá Gomes

O banco dos BRICS e seus possíveis desdobramentos

Larissa Naves de Deus (UFU)

Local: Sala de Aula do CSE 113

Mesa 24 – Política Econômica e Distribuição Territorial dos Investimentos no Brasil

[Capitalismo e Espaço]

Coordenação: Carlos Águedo Nagel Paiva (FEE-RGS)

Os efeitos do alinhamento partidário sobre empréstimos do BNDES para os municípios brasileiros

Paulo Mendes Coniaric

O processo de desconcentração produtiva nacional e seus impactos em Alagoas

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes e Cid Olival Feitosa (UFAL)

Concentração Regional, Especialização Econômica e Desindustrialização no Brasil: Tendências recentes a partir de indicadores de emprego formal em nível municipal

Humberto Eduardo de Paula Martins (UFU) e Lílian Santos Marques Severino (UFU)

Local: Sala de Aula do CSE 114

Mesa 25 – Economia Industrial [Trabalho, Indústria e Tecnologia]

Coordenação: Silvio Antônio Ferraz Cário (UFSC)

Comércio intrafirma das empresas transnacionais no Brasil (1995-2005): evidências de inserção internacional subordinada

Marília Bassetti Marcato, Rogério Gomes e Tatiana Massaroli de Melo (PUC-SP)

Desempenho e fragmentação da indústria de alta tecnologia do Mercosul

Camila do Carmo Hermida (UFU), Clésio Lourenço Xavier (UFU), Marisa dos Reis Azevedo Botelho (UFU) e Ana Paula Avellar (UFU)

A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor comparativamente aos BRICS

Cristina Fróes de Borja Reis (UFRJ)

Local: Sala de Aula do CSE 115

Mesa 26 – **Da história do pensamento econômico** [Metodologia e História do Pensamento Econômico]

Coordenação: Ramon Garcia Fernandez (UFABC)

O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em HPE e Metodologia no Brasil – 2004-2013

Conrado Chen Krivochein (UFBA) e Emmanoel de Oliveira Boff (UFF)

Os impactos da crise na física e na matemática do início do século XX sobre o discurso econômico contemporâneo

Mauricio Martinelli Luperi (Unifesp) e Ramon Vicente Garcia Fernandez (UFABC)

Marx: Capital, Estado e Política – Notas

Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

Local: Mini-Auditório de Economia do CSE

Mesa 27 – **Estado e capitalismo no século XX** [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Carlos Henrique Lopes Rodrigues (UFVJM)

O Golpe Civil-Militar e o II PND

Carlos Henrique Lopes Rodrigues (UFVJM)

A simbiose entre a Docenave e a indústria naval brasileira

Alcides Goularti Filho (UNESC)

A Heterogeneidade do Setor de Máquinas-Ferramenta no Brasil

Glaison Augusto Guerrero (UFRGS)

Local: Auditório do CSE

Mesa 28 – **Temas da Crítica ao Desenvolvimento Capitalista** [Economia Política, Capitalismo e Socialismo]

Coordenação: Hugo Figueira de Souza Corrêa (UFF)

Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em “O capital” (livro I) de Marx

Carlos Alves do Nascimento (UFU)

Financialization of ground rent: a new version of 'unequal exchange'

Karen Helveg Petersen (Consultora Independente)

Desenvolvimento sem ismos: uma crítica ao novo desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx

Hugo Figueira de Souza Corrêa (UFES2) e Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente (UFF)

Local: Sala de Aula do CSE 109

Mesa 29 – **Estado e Economia Capitalista** [Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo]

Coordenação: Virgínia Fontes (UFF)

Estado e Sociedade Civil em Marx e Gramsci: uma controvérsia entre Norberto Bobbio e Carlos Nelson Coutinho

Bruno Borja (UFRJ)

Financeirização global, estados e fundos soberanos de riqueza

Patrícia Nogueira Rinaldi e Marcelo Sartorio Loural (UNICAMP)

Uma interpretação institucionalista da política macroprudencial

Gustavo Chagas Goudard (UFU) e Fábio Henrique Bittes Terra (UFU)

Local: Sala de Aula do CSE 103

Mesa 30 – **Imperialismo e Capital Fictício; Economia da URSS** [Economia Política, Capitalismo e Socialismo]

Coordenação: Fábio Antonio de Campos (UNICAMP)

Hilferding e o nexu imperialista entre capital financeiro e exportação de capital

Fábio Antonio de Campos (UNICAMP)

A escola de Vitória: contribuições sobre o capital

Leonardo Ferreira Guimarães (PUC-SP)

Gestão das fábricas na URSS: é possível um taylorismo socialista?

André Coutinho Augustin (UFRJ)

Local: Sala de Aula do CSE 101

SEXTA-FEIRA 06/06/2014: 14h –15h30

Mesa 31 – **Teorias e projetos de desenvolvimento no século XX** [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Francisco Monticeli Valias Neto (Universidade Federal de Alfenas)

A construção da teoria do subdesenvolvimento: um exame comparativo das contribuições de Nurske, Rostow, Myrdal e Furtado

Vera Alves Cepêda (UFSCar) e Rafael Gonçalves Gumiero (UFSCar)

Fernando Ferrari e o capitalismo solidário para o Brasil

Fernando Ferrari Filho (UFRGS)

O Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico na Bahia: Rômulo Almeida e o desenvolvimento regional brasileiro

Francisco Monticeli Valias Neto (Universidade Federal de Alfenas) e Daniel do Val Cosentino (UFOP)

Local: Auditório do CSE

Mesa 32 – **Economia da Tecnologia e da Inovação** [Trabalho, Indústria e Tecnologia]
 Coordenação: Mauricio Uriona Maldonado

Há sentido no uso de APL como foco de política produtiva e tecnológica no atual paradigma tecno-produtivo?

Pablo Felipe Bittencourt (UFSC), Túlio Chiarini (UNICAMP) e Márcia Siqueira Rapini (UFMG)

Contribuições para o debate sobre a Lei de Informática

Victor Prochnik e Mateus Lino Labrunie

A theoretical examination and framework proposal for the constituents of innovation systems

Mauricio Uriona Maldonado e Pablo Felipe Bittencourt (UFSC)

Local: Sala de Aula do CSE 115

Mesa 33 – **Dos clássicos do pensamento econômico** [Metodologia e História do Pensamento Econômico]

Coordenação: Cláudia Heller (UNESP)

A economia política de Friedrich List e o nacionalismo alemão

Milena Fernandes de Oliveira (UNICAMP)

Commercial Society, Luxury, and Virtue in David Hume's Political Discourses

Pedro Vianna da Costa e Faria

Marx's theory of history and the question of colonies and non-capitalist world

Alexis Saludjian (UFRJ), Flávio Ferreira De Miranda (UFRJ), Hugo Figueira de Souza Corrêa (UFES2), André Guimarães Augusto (UFF) e Marcelo Dias Carcanholo (UFF)

Local: Mini-Auditório de Economia do CSE

Mesa 34 – **Teoria da dependência e padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil** [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Frederico Katz (UFPE)

O Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico e o subimperialismo brasileiro nos anos 2000

Elizabeth Moura Germano Oliveira (UFBA)

Padrão de especialização primário exportador e dinâmica de dependência nas duas últimas décadas na economia brasileira

José Raimundo Barreto Trindade (UFPA) e Pedro Henrique Carvalho Brandão

Padrão de reprodução do capital no Brasil

Niemeyer Almeida Filho (UFU) e Priscila Santos de Araújo (UFU)

Local: Sala de Aula do CSE 110

Mesa 35 – **Desenvolvimento Capitalista e Crise** [Economia Política, Capitalismo e Socialismo]

Coordenação: Christy Ganzert Pato

Crise capitalista na Teoria da História de Marx

Francisco Paulo Cipolla (UFPR)

O sr. Marx e a dinâmica econômica

Leonardo Gomes de Deus (UFOP)

A estagnação secular e a TI

Marcus Alban Suarez

Local: Sala de Aula do CSE 107

Mesa 36 – **Dimensões estratégicas: da integração sul-americana** [Integração Latino-americana]

Coordenação: Carlos Eduardo da Rosa Martins (UFRJ)

Integração Latino-Americana: uma análise a partir das relações comerciais no âmbito do Mercosul

Gilca Garcia de Oliveira (UFBA) e Érica Imbirussú de Azevedo (UFBA)

A propósito de uma integração regional incompleta: uma análise do processo integrativo do Mercosul através dos fluxos de comércio entre 1992 e 2012

Kaio Glauber Vital da Costa (UFRJ)

Os projetos prioritários do Brasil na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da Região Sul-Americana (IIRSA)

Daniela Franco Cerqueira (UFF)

Local: Sala de Aula do CSE 109

Mesa 37 – **Do pensamento econômico conservador** [Metodologia e História do Pensamento Econômico]

Coordenação: João Leonardo Medeiros (UFF)

Economia, idolatria, charlatanice. A inelutável dimensão religiosa do paradigma econômico

Armando de Melo Lisboa

Em busca das origens da economia conservadora

Andre Luiz de Miranda Martins (UFPE)

Emulação, efeito demonstração e dependência: uma análise das contribuições de Veblen para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento periférico

Ademir Pedro Vilaça Júnior (UFRGS) e Octavio Augusto Camargo Conceição (UFRGS)

Local: Sala de Aula do CSE 113

Mesa 38 – Tendências e dinâmicas econômico-sociais no Brasil [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Leonardo de Magalhães Leite (UFF)

Principais Mudanças no Padrão de Consumo das Famílias Brasileiras no período 2003-2009

Rosa Marina Soares Dória (UFRJ)

Revisitando a “Classe Média” brasileira: contribuições para o debate

Maria Cecília Junqueira Lustosa

Queda da taxa de lucro e desempenho cadente da economia brasileira na segunda metade do século XX

Leonardo de Magalhães Leite (UFF)

Local: Sala de Aula do CSE 114

Mesa 39 – Economia Brasileira e Inserção Externa [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos

Restrições e vulnerabilidades da atual inserção externa brasileira: uma análise a partir de sua dependência financeira e seu recente ciclo de crescimento

Luana Maira Rufino Alves Zubelli

A atuação do BNDES-EXIM como fortalecedor das exportações brasileiras no período 2000-2012

Ricardo Dathein (UFRGS)

Taxa de câmbio real e comércio exterior: uma revisão crítica da abordagem novo desenvolvimentista

Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos e Fernando Cardoso Ferraz

Local: Sala de Aula do CSE 103

Mesa 40 – O debate sobre o modelo brasileiro contemporâneo [História Econômica e Economia Brasileira]

Coordenação: Adriano José Pereira (UFES)

Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites

Vanessa Petrelli Corrêa (UFU)

Que estratégia de desenvolvimento seguir? O debate desenvolvimentista brasileiro no século XXI

Arthur Gomes Moreira e Marcelo Arend (ABDL)

Política industrial como instituição desenvolvimentista: uma crítica ao “novo-desenvolvimentismo” baseada nas experiências de Brasil e Coreia do Sul

Adriano José Pereira (UFSM) e Ricardo Dathein (UFRGS)

Local: Sala de Aula do CSE 101

Programação das Sessões de Comunicações

QUINTA FEIRA 05/06/2014: 8h30-10h

Sessão de Comunicações I

Coordenação: Ana Luíza Matos de Oliveira (UNICAMP)

Industrialização, termos de troca e elasticidades de comércio externo: alguns aspectos analíticos

Fernando Maccari Lara (UFRJ)

Instituições, leis e mercados: uma abordagem a partir de Karl Polanyi

Sebastião Neto Ribeiro Guedes (UNESP) e Enéas Gonçalves de Carvalho (UNESP)

Prebisch e a crítica ao capitalismo periférico: em busca da transformação Latino-Americana

Tatiana Ferreira Henriques

Melhorar nossa “condição de vida”: um princípio psicológico e suas consequências econômicas e sociais

Cézar Augusto Pereira dos Santos (UFSM) e Solange Regina Marin (UFSM)

A globalização e as novas configurações do Estado

Fabiana Rita Dessotti Pinto (ABDL) e Ivan Prado Silva

O Estado e as finanças: uma proposta de interpretação sobre a “ascensão” da regulação

Elson Rodrigo de Souza-Santos (UFPR)

Bloqueios à elevação salarial: crise estrutural do capital e heterogeneidade estrutural

Gustavo José Danieli Zullo (UNICAMP)

Subsunção do trabalho ao capital na análise de Marx no regime capitalista de produção: o trabalho como base miserável de valor

Ana Luíza Matos de Oliveira (UNICAMP)

LOCAL: Sala de Aula do CSE 102

QUINTA FEIRA 05/06/2014: 14h-15h30

Sessão de Comunicações II

Coordenação: Everton Sotto Tibiricá Rosa (UFG/UNICAMP)

A demanda e a lucratividade estimulam a acumulação de capital? Uma análise de causalidade de Granger para o Brasil

Henrique Morrone (INCRA/MDA)

Ciclo econômico e hipótese da instabilidade financeira de Minsky na economia brasileira da década de 1970

Raphael Teles Oliveira (UFG) e Claudia Regina Rosal Carvalho (UFG)

A industrialização brasileira e as estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia: um estudo sobre o perfil da política de incentivos fiscais na década de 70 no Estado do Pará

Danilo Araujo Fernandes (UFPA), Cássio Amâncio Belizário, Luz Marina Lopes de Almeida

Benedito Valadares e a industrialização de Minas Gerais (1933-1945)

Camila Amaral Pereira (UFOP) e Daniel do Val Cosentino (UFOP)

Economia da Alemanha: da reunificação ao euro, 1990-2013

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli (USP) e Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL)

A evolução econômica e política da China nos quadros do período Maoísta (1949-1978)

Miguel Henriques de Carvalho

As peculiaridades da desindustrialização argentina

Juan Grigera (ABDL)

LOCAL: Sala de Aula do CSE 102

SEXTA-FEIRA 06/06/2014: 8h30-10h

Sessão de Comunicações III

Coordenação: Larissa Mazolli Veiga (UFRJ)

Crise e evolução cíclica da economia brasileira entre 1990 e 2007: à luz da Teoria Marxiana

Nilton Marques de Oliveira (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE)

Os possíveis efeitos de choques do petróleo e do II PND no PIB brasileiro da década de 1980: uma análise quantitativa de 1962 a 1989

Gueibi Peres Souza

Revisitando Manuel Correia de Andrade: a pecuária na formação da estrutura socioeconômica do sertão nordestino

Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL) e Rafael Aubert de Araujo Barros (UFAL)

Trajatória recente do padrão de financiamento de longo prazo na economia brasileira: superação ou manutenção do entrave estrutural?

André da Silva Redivo (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) e Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC)

Valorização cambial no controle da inflação: a importância da crítica ao regime de metas de inflação

Jair de Abreu Leme Junior

Financialisation: an overview

Carolina Cristina Alves (University of London)

Estado e dívida pública no padrão de acumulação financeirizado

Flavia Felix Barbosa

Capital financeiro: gênese e desdobramentos

Larissa Mazolli Veiga (UFRJ)

LOCAL: Sala de Aula do CSE 102

SEXTA-FEIRA 06/06/2014: 14h-15h30
Sessão de Comunicações IV
Coordenação: Aline Zeli Venturi (UFPR)

Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-2010

Fábio Guedes Gomes (UFAL), Anderson Henrique dos Santos Araújo e José Emílio dos Santos Filho

O dilema federativo e as contribuições sociais: uma análise comparativa entre os Estados do Pará e o Amazonas

José Raimundo Barreto Trindade (UFPA) e Rodrigo Portugal da Costa (UFPA)

O microcrédito e as políticas públicas de apoio à fruticultura no norte de Minas Gerais

Paula Cares Bustamante (Universidade Estadual de Monte Claros – UNIMONTES) e Josiane Soares Aguiar

El Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social –BNDES– y su relación con el padrón de acumulación de capital en el Brasil: cambios y permanencias en el período 2003-2012

Javier Walter Ghibaudi

O fenômeno da desindustrialização no Brasil e na Argentina: uma análise comparada

Luana Naves Ferreira Silva (UFU), Lívia Carolina Machado Melo (UFU) e Leandro Vieira Lima Araújo

Uma análise da trajetória institucional dos regimes de exploração e produção de petróleo no Brasil: o protagonismo do Estado

Ricardo José dos Santos e Silvestre Nascimento Lima

Poder, dinero y regimenes de verdad

Alfredo Daniel García

Quando o pleno emprego se torna vontade geral: uma análise do papel do Estado na política de emprego

Aline Zeli Venturi (UFPR)

LOCAL: Sala de Aula do CSE 102

Resumos das Sessões Ordinárias

Área 1. Metodologia e História do Pensamento Econômico

1.1 Metodologia e Caminhos da Ciência

1.2 História do Pensamento Econômico

Da necessidade e dos limites da exposição crítico-dialética do capital

Bruno Höfig (USP)

Palavras-chave: Crítica, método dialético, abstração, Marx

Porque concebe o valor de modo unilateralmente positivo (seja como algo sensível, seja como algo suprassensível), a Economia Política é incapaz de apresentar seu objeto de maneira consistente. No presente artigo, veremos que, em função da aparência necessária de naturalidade do capital, e da falsidade dessa aparência, o sistema da economia burguesa só pode ser apresentado de maneira racional se o for criticamente, ou seja, se sua apresentação conceitual for também a apresentação de seus pressupostos, e portanto também de sua negatividade. Como pretendemos mostrar, isso só pode ser realizado através da exposição dialética do capital – a qual, em função dos limites do próprio objeto apresentado, deve ser ela mesma capaz de reconhecer os seus limites.

Dialética e método na Introdução aos Grundrisse

Cláudio Gontijo (UFMG)

Palavras-chave: Grundrisse, método, dialética

Este artigo procura examinar, ainda que de forma sintética, a Introdução aos Grundrisse, cotejando-a não apenas com outros textos de Marx, mas também com Hegel, de forma a esclarecer alguns dos aspectos essenciais da dialética marxista. Em particular, discute-se a dicotomia método de pesquisa x método de exposição; a diferencia específica da dialética hegeliano marxista em relação à lógica aristotélica; a questão da forma e conteúdo; as relações entre entendimento e razão dialética e entre o silogismo formal e o silogismo dialético; a crítica marxista do idealismo hegeliano; as razões pelas quais “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”; assim como as limitações da Introdução aos Grundrisse, face outras dimensões da dialética marxista.

Vulgaridades teóricas debilitadoras do marxismo: "a mais-valia é um roubo", "o capitalista não trabalha", "o Estado é o escritório da burguesia"

Glaucia Angélica Campregher (UFRGS) e José Carlos de Souza Braga (UNICAMP)

Palavras-chave: dialética, marxismo, mais-valia, estado

O artigo defende a necessidade de reforçarmos a compreensão das mediações dialéticas que nos permitem compreender que fenômenos imediatos estão imbuídos de uma lógica contraditória. Lógica esta só percebida quando se persegue os links, ou encadeamentos e desdobramentos, das formas históricas. Formas estas que, por sua vez, só podem ser percebidas enquanto tais se não identificamos no imediato a única forma possível de existência do que quer que seja. Sendo assim, a mais-valia não é apenas o lucro surgido na esfera da troca; o capitalista não é apenas a pessoa beneficiada pela

apropriação ocorrida também nesta esfera; e o Estado não é a operacionalização de um conjunto de ações facilmente definidas visando a dominação.

A genealogia de uma ferramenta econômica de decisão pública: o caso da Análise Custo-Benefício

Thomaz Teodorovicz (UFPR) e Victor Manoel Pelaez Alvarez

Palavras-chave: custo-benefício, decisão, política pública

Uma ferramenta econômica analítica adotada pelos policy makers e que se destaca na legitimação da ação pública a partir da análise dos impactos socioeconômicos esperados é a análise custo-benefício (ACB). A ACB propicia um parâmetro relativamente simples: projetos com benefícios monetários líquidos superiores são mais desejáveis em relação aos alternativos. Ela deriva de conceitos da economia neoclássica, baseados na alocação eficiente dos recursos e análises quantitativas “neutras” e “racionalis”. O objetivo deste trabalho é resgatar a história do pensamento econômico dos principais autores que contribuíram para a reflexão sobre a ACB e estruturar uma genealogia teórica da adoção dessa ferramenta de decisão pública. O trabalho identificou controvérsias em seus princípios no que tange ao conflito eficiência x distribuição de recursos. A sua disseminação decorre das recomendações feitas pela Organização de Cooperação e Defesa Econômica, as quais a qualificam como um “padrão ouro” decisório. E a sua legitimação provém de um ethos pragmático-matemático pautado na intersubjetividade de uma rede de especialistas que defendem a ACB como um instrumento “racional” de análise.

A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia

Celso Pereira Neris Júnior e José Ricardo Fucidji (UNESP)

Palavras-chave: tese de performatividade, ontologia, modelos formais

Este trabalho expõe a tese de performatividade da economia e a utiliza como argumento a respeito da influência que os modelos dos economistas têm no sistema econômico. Embora a tese de performatividade tenha sido alvo de críticas – sendo inclusive considerada um modismo por alguns críticos – sua versão fraca aponta que as construções teóricas podem ter efeitos sobre as práticas dos agentes na economia. Admitindo essa versão fraca, é importante discutir os motivos para a adoção de modelos formais, malgrado sua patente falta de realismo. Encontramos uma das razões nas instituições da economia e seus processos de legitimação epistêmica. Admitindo a possibilidade de que esta escolha possa colocar os economistas em um resultado ruim (lock in) em relação ao objetivo de entender e atuar no sistema econômico real, o trabalho defende uma maior percepção ontológica na formulação e uso de modelos.

Uma análise do discurso doutrinário de Robert E. Lucas Jr.

Alexandre Flávio Silva Andrada (UnB)

Palavras-chave: Robert Lucas, keynesianismo, macroeconomia

Nosso objetivo no presente artigo é analisar aquilo que denominamos “discurso doutrinário” de Robert Lucas. Trata-se de seus artigos e/ou argumentos apresentados sob a forma discursiva, de questões históricas e metodológicas da teoria econômica (macroeconômica, em particular). Esse discurso é retirado majoritariamente de uma série de artigos elaborados nos anos 1970 para a apresentação em conferências. Nesses trabalhos o objetivo fundamental não é o de convencer os

adversários da correção de suas ideias a partir de uma análise cuidadosa de premissas e conclusões, mas sim conquistar os indecisos e alimentar a “fé” dos já convertidos. Nosso estudo centra-se em dois grandes temas: (i) a análise da metodologia e da interpretação da história da macroeconomia apresentadas por Lucas, e; (ii) suas críticas e elogios ao “keynesianismo”. O que emerge dessa análise é uma estrutura significativamente complexa de argumentação, que vai além da tradicional visão de Lucas como simplesmente um anti-keynesiano.

Ainda sobre as questões do desenvolvimento

Fernando Corrêa Prado (UFRJ)

Palavras-chave: desenvolvimento, subdesenvolvimento, pensamento econômico brasileiro

Este ensaio retoma o velho tema do “desenvolvimento” e busca levantar algumas questões para a crítica desta categoria tão vaga quanto onipresente na história do pensamento econômico brasileiro. Para tanto, revisa, sumaria e pontualmente, o debate sobre desenvolvimento que se deu no pós Segunda Guerra, considerando-o como parte do projeto geopolítico relacionado com a ascensão dos EUA como potência hegemônica, em conflito e disputa com a URSS. A intenção é situar historicamente a categoria de desenvolvimento, tratando também de enquadrar a controvérsia da dependência em parte como desdobramento e em parte como superação das controvérsias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Dois temas serão destacados nesta revisão a grandes traços: a questão motora por trás das análises desenvolvimentistas em todos seus matizes – “como se desenvolver” – e o estreitamento de seu horizonte utópico, que limitou o avanço de uma questão muito mais pertinente: “o que se desenvolve”.

O sistema econômico e o seu desenvolvimento: uma releitura do aporte de Schumpeter e dos Neo-schumpeterianos sob a ótica dos sistemas complexos

Aline Virgílio e Luiz Filgueiras

Palavras-chave: Inovação tecnológica. Teoria schumpeteriana. Sistemas complexos.

Este trabalho faz uma releitura do aporte de Schumpeter e dos Neo-schumpeterianos, através da ótica dos Sistemas Complexos; em especial as suas visões acerca da estrutura e dinâmica do capitalismo. A concepção de complexidade, dentro desse contexto, implica entender a economia como um sistema instável, porém, detentor de padrões de comportamento que garantem certa ordem de funcionamento. Além disso, tal sistema é considerado evolutivo, em permanente transformação. Apesar da crescente apropriação dos conceitos da complexidade atualmente na economia, a concepção de Sistemas Complexos já vinha sendo abordada nas obras de economistas como Marx, Keynes e Schumpeter, antes mesmo desse conhecimento ter adquirido espaço no meio científico. Conclui-se, portanto, que Schumpeter, através de seus estudos, tratou a economia, intuitivamente, como um sistema complexo. Através de uma revisão bibliográfica de seus estudos e de autores da visão neo-schumpeteriana sobre o objeto, busca-se verificar a existência de pontos semelhantes entre as duas visões, mostrando em que sentido pode-se conceber a teoria econômica schumpeteriana como uma formulação complexa.

Dois interpretações sobre a visão marxiana do desenvolvimento: uma avaliação crítica

Patrick Galba de Paula

Palavras-chave: Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Teoria social marxista. Teoria do Valor-trabalho

Este estudo busca analisar a noção de desenvolvimento presente na obra de Karl Marx partindo de duas das interpretações mais difundidas de sua abordagem do assunto. A primeira é a interpretação que atribui a Marx uma concepção histórico-filosófica do desenvolvimento e de caráter teleológico, onde as distintas formações sociais percorreriam os mesmos estágios, de forma linear e na qual a principal tendência do capitalismo seria o nivelamento dos patamares de desenvolvimento em todo o mundo. A segunda interpretação é a que aponta uma mudança radical do autor em um momento maduro de sua evolução. Após a comparação das proposições de ambas as interpretações com algumas análises concretas e com aspectos das teorias da história e da alienação, com os fundamentos da teoria do valor e com o método da crítica economia política construídos pelo autor, aponta-se as limitações de ambas as interpretações.

O que pensam os pensadores da economia no Brasil? Um estudo empírico sobre a produção em HPE e Metodologia no Brasil – 2004-2013

Conrado Chen Krivochein (UFBA) e Emmanoel de Oliveira Boff (UFF)

Palavras-chave: História do Pensamento Econômico, Metodologia, SEP, ANPEC

O artigo investigou a produção em HPE/Metodologia no Brasil entre os anos de 2004-2013 a partir dos artigos apresentados nos congressos da ANPEC e da SEP. Os objetivos principais do artigo foram verificar se há uma possível influência da HPE/Metodologia em outras subáreas da economia e quantificar os principais teóricos estudados pelos pesquisadores brasileiros. Verificou-se que há influência de autores de HPE/Metodologia em outras áreas, principalmente no congresso da SEP e, em menor grau, na ANPEC. Verificou-se ainda que autores brasileiros concentram seus estudos em autores clássicos (Smith, Marx, Keynes, Furtado). Ao mesmo tempo, há uma enorme dispersão de outros autores estudados, principalmente no congresso da SEP.

Os impactos da crise na física e na matemática do início do século XX: sobre o discurso econômico contemporâneo

Mauricio Martinelli Luperi (Unifesp) e Ramon Vicente Garcia Fernandez (UFABC)

Palavras-chave: formalização, história do pensamento econômico, metodologia

Os artigos econômicos não formalizados matematicamente são considerados hoje pouco científicos pela corrente dominante da economia. Entretanto, nem sempre isso foi assim, o que nos leva a estudar essa mudança. Discutimos inicialmente o trabalho de Mirowski (1991), que destaca algumas rupturas ocorridas no discurso econômico ao longo de sua história que tornaram possível o estabelecimento de um discurso econômico mais matematizado. Em seguida, buscamos o entendimento de como se deu esse processo baseados em Ingrao & Israel (1990), Punzo (1991), Beaud & Dostaler (1997) e Weintraub (2002), nos quais procuramos elementos que permitam entender quais as mudanças na física e na matemática que afetaram a evolução da ciência econômica. Analisamos finalmente como essa mudança dos parâmetros de rigor na comunidade levou a que o teorema de Arrow-Debreu (1954) passasse a ser considerado como prova acabada da existência de equilíbrio geral.

Marx: Capital, Estado e Política – Notas

Paulo Henrique Furtado de Araujo (UFF)

Palavras-chave: Marx, capital, Estado

O presente artigo apresenta um esboço interpretativo das categorias Estado, Política e Capital no pensamento marxiano. Num primeiro momento assinalamos que a crítica ontológica à política é a primeira crítica ontológica realizada por Marx após compreender que o ser social só pode ser tratado corretamente a partir de um estatuto ontológico. Motivo pelo qual já na “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel” de 1843, ele opera com a prioridade para o que é e não para a ideia que se faz sobre o ser existente. Destacada a virada ontológica de Marx, tratamos de demonstrar que no texto “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução” ocorre uma nova ruptura, desta vez com a posição expressa no texto inicial para o qual o último deveria funcionar como apresentação. A ruptura pode ser resumida pela perda de centralidade e altura da política na construção teórica marxiana. Ao longo de alguns textos de Marx e com o amparo de intérpretes de Marx, como Lukács (1978, 2008) e Chasin (2000a, 2000b, 2000c, 1995), aprofundamos essa interpretação de ruptura de Marx com qualquer tipo de positividade da política. Contudo, ressaltando, o lugar da política no processo de emancipação humana. Findamos, mostrando como a crítica ontológica à economia política, completa a interpretação marxiana do ser social sob o predomínio da lógica do capital. Mais precisamente, destacamos, seguindo Postone (2003) que a partir dos “Grundrisse”, Marx percebe que a forma de dominação específica instaurada pela lógica do capital, não é mais a da dominação direta, mas a dominação semi-material das coisas produzidas pelos homens sobre os próprios homens. Defendemos que essa compreensão introduz mudanças no entendimento de Marx sobre as categorias Estado, Política e superação da lógica do capital, contudo essas mudanças não implicam uma ruptura radical com as compreensões iniciais do autor.

A economia política de Friedrich List e o nacionalismo alemão

Milena Fernandes de Oliveira (UNICAMP)

Palavras-chave: Friedrich List, desenvolvimento, nacionalismo

O artigo se propõe a trabalhar sobre a economia política de Friedrich List a partir de um ponto de vista bastante específico: a ideia de nação. Publicados em 1841, O sistema nacional de economia política de List estabelece um duro diálogo com a Riqueza das nações de Smith, nucleando o debate em torno da ideia de nação. Em List, a nação, como sinônimo de forças produtivas, é uma crítica à ideia de nação como mercado que se põem a comerciar livremente com outras nações também constituídas como mercado. Essa nova ideia de nação é produto de um conjunto de transformações estruturais (e não somente culturais ou mentais) que se precipitam nas Revoluções de 1830 e 1848 na Europa e que resultam na emergência de uma nova forma de Estado, o Estado-nação. A economia política elabora suas críticas na medida em que o capitalismo se transforma. A nação, no sistema nacional de economia política de List, sintetiza a unificação do território, a consolidação da indústria nacional e um mercado interno livre de barreiras e interligado por uma moderna rede de transportes. De uma maneira contraditória, essa ideia de nação, que não prescinde de um grande território e um império, vai de encontro ao princípio da nacionalidade e, segundo o qual, cada povo, ainda que muito pequeno, tem direito ao seu próprio território. Os Estados unificados e industrialmente desenvolvidos constroem impérios imensos que, no plano concreto, contrariam o princípio da nacionalidade.

Commercial Society, Luxury, and Virtue in David Hume's Political Discourses

Pedro Vianna da Costa e Faria

Palavras-chave: David Hume, luxury, commercial society, pride, virtue

This article engages a scholarly literature dealing with David Hume’s defense of luxury. Most of that literature has argued that Hume attempted to de-moralise the discussion, i. e., to abandon the

moral aspects and to focus on the economic and political implications of luxury. I argue that, even though Hume did present economic and political arguments in favor of luxury both in the Political Discourses and in The History of England (as I show in the first section), this does not comprise the whole of the argument. Hume's final statement on luxury, the essay "Of Refinement in the Arts", beyond the economic and political arguments, was an attempt to replace the classical moral meaning of luxury with a new morality, adequate to commercial society. I present arguments from the Treatise of Human Nature to show that this morality had the passion of pride as its foundations and that it evolved together with commercial society (or together with the development of justice). This commercial morality involved the transformation of individuals toward what Hume called the "indissoluble chain" of industry, knowledge, and humanity. The three virtues were the main characteristic of both the individual and commercial society as a whole.

Marx's theory of history and the question of colonies and non-capitalist world

Alexis Saludjian (UFRJ), Flávio Ferreira De Miranda (UFRJ), Hugo Figueira de Souza Corrêa (UFES2), André Guimarães Augusto (UFF) e Marcelo Dias Carcanholo (UFF)

Palavras-chave: materialismo histórico, sistema colonial, capitalismo

This paper aims to look over the evolution of Marx's ideas to answer: are there really two paradigms in Marx's views of colonies and non-capitalist countries? We shall try to argue that, unlike what is said by some of Marx's contenders (and even by some of his followers) it is possible to see traces of a non-Eurocentric, non-teleological, non-'civilizational' etc. theory of history present in Marx works at least since his sketches to the German Ideology, in 1846-1847.

Economia, idolatria, charlatanice. A inelutável dimensão religiosa do paradigma econômico

Armando de Melo Lisboa

Palavras-chave: ideologia, teoria econômica, Polanyi

O trabalho discute a constante presença de pontos comuns entre as teorias econômicas e as teorias teológicas, apontando, com base especialmente em Agamben e Polanyi, que economia e religião estão profundamente amalgamadas e compartilham de uma mesma matriz.

Em busca das origens da economia conservadora

Andre Luiz de Miranda Martins (UFPE)

Palavras-chave: Lei dos Pobres; pobreza; Malthus.

O artigo seguinte tem por objetivo discutir as concepções da economia clássica de assistência à pobreza por meio de uma análise de sua influência na escritura das Leis do Pobres (Poor Laws) britânicas em sua versão emendada de 1834. Para tanto, acompanha a trajetória histórica da legislação sobre pobreza e assistência social da Inglaterra pré-industrial e fabril, até o momento histórico da Lei dos Pobres de 1834; e revisa as ideias econômicas de Thomas Malthus e Nassau Senior dando especial atenção às suas formulações sobre os determinantes populacionais da pobreza e sua prevenção – na medida em que foi por essas formulações que a influência desses pensadores econômicos se fez sentir nas citadas Leis. Trata-se de um trabalho fortemente influenciado pela história do pensamento econômico, cuja elaboração envolveu o método de pesquisa bibliográfica e técnicas de levantamento documental (documentação indireta: literatura pertinente aos assuntos abordados).

Emulação, efeito demonstração e dependência: uma análise das contribuições de Veblen para a compreensão da dinâmica do desenvolvimento periférico

Ademir Pedro Vilaça Júnior (UFRGS) e Octavio Augusto Camargo Conceição (UFRGS)

Palavras-chave: crescimento periférico, cumulatividade, estruturalismo, instituições

O presente artigo procura fazer uma releitura da dinâmica de desenvolvimento periférica, incorporando algumas contribuições de Veblen sobre onexo causal existente entre indivíduos e estrutura institucional na qual estão inseridos. Ao enfatizarmos a importância das instituições para a consolidação de convenções socialmente aceitas, argumentamos que isso representa componente interno de estratificação social em países periféricos, que interatua cumulativamente com a acumulação de capital. Para tanto, o conceito de emulação de Veblen é identificado como raiz analítica do efeito-demonstração, favorecendo a difusão de padrões de consumo para outros estratos da sociedade, o que contribui para a consolidação do regime de acumulação dessas economias. Esse é um processo path-dependet que condiciona as trajetórias tecnológicas da acumulação de capital enquanto difunde os padrões de consumo correspondentes, em um processo de retroalimentação que gera uma estrutura produtiva concentrada e com contínuos estrangimentos estruturais ao seu crescimento.

Área 2. História Econômica e Economia Brasileira

2.1. História Econômica e Social Brasileira

2.2. História Econômica Geral

2.3. Economia Brasileira Contemporânea

Patent length and the value of inventions in Brazil in the 19th Century

Andrea Felipe Cabello (UnB)

Palavras-chave: Patentes, Império, Inovação

This paper presents a new set of historical patent data ranging between 1830 and 1882 in Brazil, during its first patent law. According to this law, each patent term had its length determined by the quality of the invention. We analyze the economic factors related to the social value assigned to inventions, measured in years of monopoly granted by the government. Furthermore, we explore the kind of inventions that arose and what were the most important ones in an agricultural nineteenth-century economy, based mainly on coffee exports. The results suggest that inventions related to transports, commodity-export trade, and foreign inventions were considered more important.

Notas sobre o comércio doméstico de escravos no Oeste Paulista, 1870-1879

Gabriel Almeida Antunes Rossini (UNICAMP)

Palavras-chave: Escravidão, Tráfico, São Paulo

Este artigo aborda elementos do tráfico interno de escravos ao longo da década de 1870. Mais especificamente, buscamos investigar a dinâmica desse comércio para os escravos mais produtivos (adultos- jovens e saudáveis de 15 a 29 anos), por meio da análise de 100 escrituras de compra e venda que registraram transações envolvendo 298 escravos, em uma importante área cafeeira do Oeste paulista. Centramos nossos esforços, em virtude do núcleo documental compulsado, no município de Araras e entorno, ou seja, na região de ocupação mais antiga da zona da Baixa Paulista.

A partir das informações coletadas nos registros de compra e venda, realizamos apreciações econômicas e demográficas do conjunto de pessoas cujo tráfico foi registrado no município que temos em apreço.

A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente

Marcio Alvarenga Junior e Fernando Augusto Mansor de Mattos

Palavras-chave: heterodoxia, política econômica, Vargas

O presente trabalho tem por finalidade discutir alguns aspectos da política anticíclica para a superação da crise de 1929, incluindo as escolhas técnicas em resposta à depressão econômica, o caráter político ideológico das medidas utilizadas e, por fim, a própria intencionalidade na condução destas políticas como transformadoras da ordem econômica, revelando como tais políticas passaram a dialogar com novas vias de desenvolvimento na época. A partir do uso e análise de dados oficiais disponibilizados pelo IPEADATA e pelo “Anuário Estatístico do Brasil de 1939/40” publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os autores calcularam o multiplicador monetário da época, cujos valores – pela primeira vez apresentados na literatura - parecem reforçar a hipótese sustentada por este artigo, de que a condução da política econômica foi feita de forma heterodoxa e intencional, tendo o Governo e, principalmente, Vargas, consciência do papel destas medidas tanto para superação da crise, como para consolidação dos novos pactos políticos que se estabeleceram no bojo do poder a partir da Revolução de 1930.

Política Cambial no Brasil: um esquema analítico

Pedro Linhares Rossi (UNICAMP)

Palavras-chave: câmbio, política cambial, derivativos, controles de capital

Esse artigo busca contribuir para a discussão da política cambial no Brasil a partir de um enfoque centrado na institucionalidade do mercado de câmbio brasileiro. O objetivo é avaliar como essa institucionalidade condiciona as políticas de câmbio no Brasil (como as intervenções do banco central, os controles sobre fluxos de capital, a regulação sobre a posição dos bancos e a taxação sobre as operações de derivativos) e, em particular, como a especulação opera nessa institucionalidade. Defende-se a ideia de que o mercado de câmbio brasileiro é particularmente permeável à especulação financeira e, por isso, uma política cambial mais adequada ao desenvolvimento econômico, que permita a passagem para outro padrão de flutuação cambial - menos volátil, mais adequado às necessidades do parque produtivo brasileiro - depende da regulação do mercado de câmbio e, em particular, do mercado de derivativos.

Análise desagregada da inflação por setores industriais da economia brasileira entre 1996 e 2011

Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos, Caroline Teixeira Jorge e Júlia de Medeiros Braga

Palavras-chave: inflação, inflação setorial, economia brasileira

O artigo realizou uma investigação empírica sobre a dinâmica inflacionária de 17 setores industriais da economia brasileira entre 1996 e 2011. A partir de uma discussão teórica sobre a relação entre a inflação e a demanda agregada nas abordagens Convencional (Modelo do Novo Consenso), Pós-keynesiana e do Conflito Distributivo, buscou-se evidências de inflação de excesso de demanda e de pressões de custo nesses setores. As séries temporais utilizadas foram o Índice de Preço ao Produtor Amplo por Origem (IPA-OG), o grau de Utilização da Capacidade Instalada (ambos da FGV), o

Índice de Commodities Internacionais (IFS/FMI), a taxa de câmbio nominal efetiva (Banco Central do Brasil-BCB), e os salários nominais médios da indústria (PIMES/IBGE). As equações foram estimadas a partir da Metodologia ADL (Autoregressive Distributed Lags). Os resultados apontaram para a ausência de uma relação forte e sistemática entre a inflação e a demanda agregada, e para evidência de pressões de custo, sobretudo os preços internacionais das commodities e o câmbio, como determinantes da dinâmica inflacionária dos setores analisados.

A economia brasileira tem insuficiência de poupança? Limites de um discurso pré-keynesiano e análise dos fatos estilizados do período recente

Miguel Antonio Pinho Bruno (IPEA) e Antônio Ricardo Dantas Caffé

Palavras-chave: economia brasileira, poupança, keynesianismo

O diagnóstico de insuficiência de poupança na economia brasileira é antigo e recorrente nas análises convencionais que se baseiam em fundamentos teóricos neoclássicos. Entretanto, o exame dos fatos estilizados do período recente mostra que as regularidades macroeconômicas relativas ao comportamento da poupança no Brasil não são compatíveis com as concepções pré-keynesianas. Não é surpreendente que seus proponentes os considerem, frequentemente, como puzzles. Este artigo discute a problemática da formação e da alocação de poupança no plano teórico e analisa os determinantes das taxas de poupança agregada, a partir de sua desagregação por setores de atividade econômica. Os resultados mostram que os referenciais teóricos adequados para uma correta compreensão das relações entre poupança-investimento-crescimento econômico são os propostos por Keynes, Kalecki e Kaldor.

As origens do sistema brasileiro de defesa da concorrência

Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ) e Pedro Henrique Navarrete (UFRJ)

Palavras-chave: defesa da concorrência, CADE, economia brasileira

Lei nº 4.137 de 10 de setembro de 1962 que criou o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o primeiro órgão com funções antitruste criado no Brasil, foi o terceiro mais antigo estatuto jurídico sobre o tema nas Américas. No continente apenas o Competition Act do Canadá, de 1889 e o Sherman Act dos EUA, de 1890, são mais antigos. Este estatuto foi promulgado em 1962, no amplo pacote do “Programa de Reformas de Base” instituídas no Governo João Goulart. A Lei 8884/94, conhecida como o estatuto que criou o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência moderno, foi uma reestruturação no marco das “Reformas Liberais”, do modelo antigo. Os aspectos políticos e econômicos da origem e preservação do CADE como instituição perpassam o regime democrático, o Golpe Militar, o regime ditatorial-militar e, também, a alteração do modelo político-econômico desenvolvimentista para o modelo de Estado liberal. Este artigo discute o papel e as transformações no CADE entre 1962 e 1984. O artigo está dividido em três partes, fora a introdução e a conclusão. A primeira trata das origens da Lei do CADE e os primeiros anos de existência (1962-1973). A segunda trata do CADE durante a década de setenta até o início da nova República (1974-1984). A terceira trata do CADE no momento dos planos de estabilização da década de oitenta até a origem do Sistema Brasileiro de Defesa Econômica (1985-1994)

Reformulação das relações entre Estado e grande capital no Brasil durante os anos 2000: desempenho e trajetórias de diversificação dos grandes grupos econômicos nacionais

Marco Antonio Rocha e Célio Hiratuka

Palavras-chave: Grupos Econômicos, Indústria Brasileira

O artigo apresenta uma interpretação sobre o processo de reestruturação dos grandes grupos econômicos brasileiros nas duas últimas décadas. O estudo concentra-se nas estratégias seguidas pelos grupos econômicos nacionais a partir do processo de privatização e na formação de novas formas de associação entre o grande capital brasileiro, fundos de pensão e instituições públicas. O intuito do artigo é apresentar uma análise sobre as modificações estruturais que possibilitaram o crescimento e diversificação recente dos grandes grupos industriais do Brasil, a despeito do baixo desempenho da indústria nacional durante o período.

Relações entre Estado e Mercado: reformas e agências reguladoras no Brasil - 1991-2013

Luiz Carlos Delorme Prado (UFRJ)

Palavras-chave: História Econômica do Brasil, Agência Reguladora, Reforma do Estado

Este artigo sustenta que com a decadência do desenvolvimentismo na década de 1980 há uma tentativa de implantação de uma nova estratégia de desenvolvimento, de inspiração liberal, na década de 1990. Esta mudança dá-se através de uma agenda de reformas, que foi centrada particularmente no papel do Estado. No entanto, durante o Governo FHC e ao longo do Primeiro Governo Lula o modelo de relação entre Estado e mercado vai progressivamente adquirindo um caráter híbrido. Ou seja, embora profundamente alterado pelas reformas da década de 1990, as novas instituições criadas mantêm algumas das características tradicionais que vinham se forjando ao longo de muitas décadas, desde que foi criado um setor estatal ativo no país na década de 1930. Essa síntese deu ao Brasil características singulares em sua região, em que há simultaneamente vários aspectos da velha ordem desenvolvimentista e de um novo modelo liberalizante. Esse processo de liberalização parcial e contraditório, produto das características particulares da história brasileira, adquire formas peculiares, sendo um modelo híbrido de Estado regulador, com alguns elementos, adaptados à realidade brasileira, da agenda liberal.

O capitalismo de Estado no Estado Novo

Ana Raquel Mechlin Prado (Mackenzie) e Daniel Francisco Nagao Menezes

Palavras-chave: capitalismo de Estado, Estado Novo, economia brasileira

O problema de pesquisa do presente artigo é analisar se o Estado Novo no Brasil, em seus aspectos econômicos, possui relação ou não com os modelos de Capitalismo de Estado. Para tanto, foi elaborada uma digressão sobre o modelo econômico de Vargas desde sua chega ao poder em 1930 até o Estado Novo (1937) e foram analisadas as várias formas e interpretações de Capitalismo de Estado existentes na teoria econômica. A conclusão que se chega é que o Estado Novo brasileiro pode ser considerado um Capitalismo de Estado, próximo ao modelo de Friedrich Pollock, no qual o Estado é o centro de irradiação das decisões econômicas, sendo o setor privado coadjuvante da economia e dependente do Estado.

O governo Kubitschek e o complemento burguês do getulismo

Daniel Santos Kosinski (UFF)

Palavras-chave: Governo Kubitschek, Era Vargas, industrialização, desenvolvimento, getulismo

O presente trabalho expõe alguns aspectos do governo de Juscelino Kubitschek como o complemento ou a continuidade da chamada Era Vargas e dos valores getulistas. Se a principal

referência daquele contexto foi Getúlio Vargas, presidente brasileiro que não cumpriu integralmente nenhum de seus mandatos - afinal, Getúlio presidiu o Brasil no Governo Provisório de duração indeterminada, que foi interrompido para cumprimento do mandato sob a Constituição de 1934, que foi interrompido por ele mesmo para instituir o Estado Novo, cuja duração foi interrompida pela sua deposição e, depois de eleito em 1950 e tomar posse em 1951 sob a Constituição de 1946, suicidar-se no exercício do mandato presidencial -, nada impede, porém, que a exceção em termos de relativa estabilidade numa conjuntura instável que foi o Governo Kubitschek tenha tido diretrizes e realizações com raízes na tradição e nos valores getulistas. Trata-se, porém, de uma relação raramente admitida, até pela forma com que se convencionou associar a imagem de Getúlio Vargas exclusivamente à política trabalhista e à legislação de proteção social, esquecendo-se de seus decididos esforços para o desenvolvimento da indústria e das atividades burguesas no Brasil, ênfase que veio a ser dada mais claramente pelo Governo Kubitschek.

Para além do populismo: uma interpretação da política econômica do governo João Goulart (1961 – 1964)

Jorge Armando Aguiar Varaschin (UFRGS)

Palavras-chave: populismo, João Goulart, economia brasileira

Caracterizado como momento ímpar na história brasileira contemporânea, devido, principalmente, à grande mobilização social e ao acirramento da luta de classes, o debate na literatura econômica em torno da combinação de política implementada durante o governo João Goulart (1961 – 1964) diverge quanto às origens do baixo desempenho então verificado: causas estruturais, conjunturais, “erros” dos policy-makers e “irracionalidade” da gestão econômica são alguns dos argumentos expostos. Nesse contexto, pretende-se analisar o sentido da política econômica observada entre os anos de 1961 a 1964. Compreende-se que, mais do que resultado de determinada conjuntura política ou da exclusividade causal de fatores ligados à economia, variáveis políticas e econômicas interagem dialeticamente, construindo, nesse processo, o próprio sentido das medidas dos policy-makers. Dessa maneira, vislumbra-se não apenas a forma assumida pela gestão da economia, isto é, os ciclos então observados, mas, principalmente, seu conteúdo, compreendido como fruto de um cenário complexo em cujo cerne encontram-se as classes e as frações de classe em luta.

O Golpe Civil-Militar e o II PND

Carlos Henrique Lopes Rodrigues (UFVJM)

Palavras-chave: Golpe, dependência, subordinação, II PND

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros e a resistência de setores militares, João Goulart assume a presidência com poderes limitados devido à instauração do Parlamentarismo, contudo, através de plebiscito retoma-se o Presidencialismo. Nesse momento, estava em disputa um projeto de Nação, isto é, um país mais democrático, com participação popular, reforma-agrária, recuperação do nível salarial, um desenvolvimento capitalista mais autônomo, ou outro projeto, em que seria tolhida a participação popular, manter-se-ia o grande latifúndio, o salário continuaria baixo e o desenvolvimento dar-se-ia a partir de uma dependência e subserviência aos interesses do grande capital monopolista transnacional. Com o golpe civil-militar, o segundo projeto sai vitorioso e as conquistas sociais, econômicas e políticas que vinham se acumulando são desarticuladas e os interesses das burguesias conservadoras agrária, financeira e industrial, associadas ao capital internacional, em uma situação de dependência/subordinação, são contempladas.

A simbiose entre a Docenave e a indústria naval brasileira

Alcides Goularti Filho (UNESC)

Palavras-chave: indústria naval brasileira, Docenave, Companhia Vale do Rio Doce

O objetivo desse artigo é discutir a relação entre a Docenave, uma companhia de navegação subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e a trajetória de consolidação e desmonte parcial da indústria da construção naval pesada no Brasil entre 1963 e 1997. O período compreende desde a criação da Docenave à privatização da CVRD. A Docenave, juntamente com outros armadores estatais, Lloyd Brasileiro e Fronape, ajustou-se às estratégias da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam), que tinha como objetivo fortalecer e consolidar o setor naval brasileiro. A indústria naval seria beneficiada por meio de encomendas aos estaleiros brasileiros e à marinha mercante por meio da ampliação da frota nacional. Tendo como referência básica os Relatórios de Atividades da CVRD, Anuários da Marinha Mercante e artigos da revista Porto e Navios, além de outras fontes primárias e secundárias, o texto analisa a trajetória da CVRD e da Docenave em quatro décadas: novos mercados e criação da Docenave (1960), expectativas favoráveis e ampliação da frota (1970), diversificação da produção e consolidação da companhia (1980) e incertezas e desnacionalização das encomendas (1990). Destaca-se também uma breve introdução que discute a implantação da indústria da construção naval pesada no Brasil, além das considerações finais, que resumem a simbiose entre a Docenave e a indústria naval brasileira.

A Heterogeneidade do Setor de Máquinas-Ferramenta no Brasil

Glaison Augusto Guerrero (UFRGS)

Palavras-chave: Máquinas-Ferramenta, Economia Brasileira, Bens de Capital, Tecnologia

A trajetória do processo de industrialização por substituição de importações (PISI) brasileiro foi marcada pela ênfase na acumulação de capacidade produtiva, e menor disposição das empresas na acumulação de capacidade inovativa. A proteção da concorrência externa gerou demanda suficiente para o crescimento do setor de máquinas-ferramenta, mas também poucas empresas desenvolveram capacidade inovativa. Ademais, chama atenção o caráter contraditório do arcabouço regulatório e competitivo do PISI para o setor de bens de capital: as importações foram estimuladas por taxas de câmbio diferenciadas, importações sem cobertura cambial e isenções fiscais, enquanto se protegia a produção nacional com barreiras tarifárias e não tarifárias. Essa ‘dinâmica’ institucional configurou a especialização do setor de máquinas-ferramenta em produtos com menor conteúdo tecnológico relativamente às importadas. Os ramos industriais capitaneados pelas empresas estrangeiras após 1956 também contribuíram para configurar tal quadro, pois as mesmas requeriam máquinas-ferramenta de elevado conteúdo tecnológico que deslocava a procura para o mercado externo. A heterogeneidade tecnológica e competitiva entre os fabricantes decorre não apenas dos distintos esforços inovativos entre os mesmos, mas também é devida à estrutura da demanda e do grau de sofisticação do usuário.

A construção da teoria do subdesenvolvimento: um exame comparativo das contribuições de Nurske, Rostow, Myrdal e Furtado

Vera Alves Cepêda (UFSCar) e Rafael Gonçalves Gumiero (UFSCar)

Palavras-chave: subdesenvolvimento, desenvolvimento equilibrado, causação cumulativa

Após a II Guerra Mundial houve um intenso trânsito de ideias entre os teóricos do centro capitalista (Estados Unidos, países da Europa) e da periferia (Brasil), o que permitiu a difusão e recepção, mas

também as transformações das teses geradas no centro capitalista ao entrarem em contacto com a experiência e teorização nos países periféricos. Um grupo pioneiro de teóricos do centro capitalista produziu uma interpretação sobre o subdesenvolvimento, trabalhada de maneira original e vigorosa por Walt Rostow, Ragnar Nurkse e Gunnar Myrdal e na periferia capitalista de maneira refinada e inédita por Celso Furtado. A análise comparativa de Rostow, Nurkse e Myrdal com a tese de Furtado pode ser compreendida enquanto uma evolução dentro do marco da explicação próxima da “Teoria da Modernização”. Nas teses do grupo de teóricos do centro o eixo para a compreensão do subdesenvolvimento é o de que mudança econômica reverbera em mudanças sociais e políticas. Em contrapartida, na tese de Furtado observamos que para que as mudanças econômicas ocorram são necessárias primeiro mudanças na ordem das instituições. A nossa hipótese é de que nas teses de Rostow, Nurkse e Myrdal é progressiva a mudança do eixo explicativo do subdesenvolvimento, transitando da economia à política, mas a concretização desse método interpretativo somente foi possível na Teoria Política do Desenvolvimento de Furtado.

Fernando Ferrari e o capitalismo solidário para o Brasil

Fernando Ferrari Filho (UFRGS)

Palavras-chave: Fernando Ferrari, Desenvolvimentismo, Reforma agrária

O presente artigo objetiva analisar o pensamento e as proposições econômicas de Fernando Ferrari, ex-político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e candidato à vice-presidência da República em 1960, visando contextualizá-los no debate econômico-social compreendido no período 1945-1963.

O Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico na Bahia: Rômulo Almeida e o desenvolvimento regional brasileiro

Francisco Monticeli Valias Neto (Universidade Federal de Alfenas) e Daniel do Val Cosentino (UFOP)

Palavras-chave: Rômulo de Almeida, desenvolvimento regional, planejamento

Rômulo Almeida é um personagem importantíssimo da história econômica e política brasileira por sua atuação e participação nos mais importantes projetos políticos e econômicos brasileiros durante, principalmente, a década de 1950, período marcado, sobretudo, pela atuação explícita do Estado brasileiro no processo de industrialização do país. Coube ao personagem em questão um papel decisivo ao idealizar diversos projetos, sobretudo o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil e a Comissão de Planejamento Econômico. Este artigo procura recuperar parte da atuação política e do pensamento econômico regional de Rômulo Almeida evidenciando sua contribuição ao idealizar, conceber e participar da implementação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Comissão de Planejamento Econômico na Bahia (CPE). Desta forma, estaria à mostra sua importância e originalidade nas reflexões precursoras a respeito do planejamento regional.

O Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico e o subimperialismo brasileiro nos anos 2000

Elizabeth Moura Germano Oliveira (UFBA)

Palavras-chave: Subimperialismo, Dependência, Padrão de Desenvolvimento Liberal-Periférico, Economia brasileira contemporânea

Nosso objetivo neste trabalho é realizar um estudo a respeito da natureza do Padrão de Desenvolvimento Liberal Periférico brasileiro (1990-2013) e, mais precisamente, na sua fase mais recente, nos anos 2000. Tendo em vista a complexidade inerente à interpretação do capitalismo

brasileiro do século XXI, buscamos uma perspectiva totalizante através da investigação da lógica que rege a dinâmica político-econômica do país em suas múltiplas dimensões. Esta tarefa é feita a partir da integração analítica entre duas distintas matrizes interpretativas: a noção de padrão de desenvolvimento, tal como elaborada por Luiz Filgueiras, e a noção de subimperialismo, formulada por Ruy Mauro Marini, nos marcos da Teoria Marxista da Dependência. Através do exame da disputa entre os setores monopolistas hegemônicos (grande burguesia compradora e grande burguesia interna), percebemos que o subimperialismo contemporâneo é uma expressão da ascensão política da burguesia interna e do avanço de seu processo de monopolização, de tal forma que esta fração logrou transformar seu projeto de classe em projeto “nacional”. Por meio da análise da dinâmica contemporânea do bloco no poder, contribuimos em alguma medida com a atualização histórica do subimperialismo, identificando e discutindo algumas das formas pelas quais este fenômeno tem se manifestado em tempos neoliberais.

Padrão de especialização primário exportador e dinâmica de dependência nas duas últimas décadas na economia brasileira

José Raimundo Barreto Trindade (UFPA) e Pedro Henrique Carvalho Brandão

Palavras-chave: Comércio exterior brasileiro; Teoria marxista da dependência; Desenvolvimento

Para analisar o atual padrão do comércio exterior brasileiro nos utilizamos neste artigo da noção de “padrão de reprodução econômica”, integrada a noção de “relações econômicas centro e periferia” estabelecidas, respectivamente, pelo aporte da dependência marxista latino-americano e pelas análises da CEPAL. O capital enquanto forma genérica de expansão de valor-riqueza estabelece padrões de desenvolvimento histórico, centrados no fluxo reprodutivo de cada formação social nacional, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos ou adaptados as referidas formas nacionais. Deste modo os amplos processos de acumulação ocorrem em regiões e economias integradas e inter-relacionadas, uma vez que o capitalismo funciona a partir de “bandeiras” nacionais, mas como um sistema mundial. A análise evolutiva do comércio exterior brasileiro é central para estruturação de um novo modelo desenvolvimento, que considere a contínua redução da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Assim nos propomos a analisar, desde um aporte teórico dependentista, a evolução do setor exportador brasileiro, retomando o debate clássico da relação entre “o duplo padrão de desenvolvimento” (voltado para dentro e voltado para fora), considerando os limites e a interação entre mercado externo e interno.

Padrão de reprodução do capital no Brasil

Niemeyer Almeida Filho (UFU) e Priscila Santos de Araújo (UFU)

Palavras-chave: padrão de reprodução, Ruy Mauro Marini, teoria marxista da dependência

O artigo trata do padrão de reprodução de capital no Brasil. O conceito foi desenvolvido por autores da Teoria Marxista da Dependência, especialmente Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio. O propósito é capturar alguns elementos empíricos que deem sustentação à tese de que há um padrão de reprodução de capital típico da América Latina, centrado na exportação primária. O artigo propõe-se a diferenciar o padrão típico da América Latina em pelo menos dois, sustentando que as condições brasileiras são diferentes o suficiente para engendrar um padrão de reprodução próprio, embora ainda nos marcos de uma inserção dependente e centrado em primários e primários processados.

Principais Mudanças no Padrão de Consumo das Famílias Brasileiras no período 2003-2009

Rosa Marina Soares Dória (UFRJ)

Palavras-chave: Padrões de consumo, Consumo de Massas, Distribuição de Renda

O artigo se propõe a mostrar as principais transformações no padrão de consumo das famílias brasileiras que o processo de redistribuição de renda em favor das famílias mais pobres produziu na última década. Comparando as duas últimas edições da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF IBGE), que ocorreram em 2002/2003 e em 2008/2009, serão observadas a evolução das diferenças entre faixas de renda e separações regionais na distribuição das despesas em categorias e na participação nos mercados.

Revisitando a “Classe Média” brasileira: contribuições para o debate

Maria Cecília Junqueira Lustosa

Palavras-chave: classe média urbana, abordagem socioeconômica, análise de cluster, Brasil

Diante do debate no meio acadêmico nos últimos anos em torno do surgimento de uma nova classe média no Brasil e em outros países emergentes, aliada à necessidade de ordenação do tema para o melhor entendimento deste fenômeno, o objetivo deste artigo é aprimorar a identificação e a caracterização da classe média urbana brasileira utilizando uma metodologia que combina as abordagens econômica (baseada na renda) e a sociológica (baseada na educação e ocupação). Delimitou-se a classe média utilizando inicialmente um critério monetário. Posteriormente, por meio da Análise de Cluster por Classificação Hierárquica Ascendente (CHA), identificaram-se os grupos (ou clusters) a partir de critérios de educação e ocupação nesta classe média identificada pelo critério monetário. Adicionalmente, estes grupos foram analisados à luz de outras variáveis socioeconômicas, a fim de compreender a heterogeneidade da classe média brasileira em suas diversas características econômicas, sociais e espaciais. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2011.

Queda da taxa de lucro e desempenho cadente da economia brasileira na segunda metade do século XX

Leonardo de Magalhães Leite (UFF)

Palavras-chave: economia brasileira, taxa de lucro, queda da taxa de lucro

O objetivo deste trabalho é relacionar dois fenômenos contemporâneos da economia brasileira: a queda da taxa média de lucro e a tendência histórica de desaceleração ao longo da segunda metade do século XX, manifestada em taxas cadentes de crescimento econômico e acumulação de capital fixo. A metodologia empregada foi a análise descritiva das variáveis de desempenho, relacionando-as com inflação e desequilíbrio externo, e da taxa média de lucro para o período 1953-2003. Ademais, discute-se os determinantes teóricos da lei da queda tendencial da taxa de lucro e como é possível relacioná-la com os movimentos concretos da economia brasileira. Constata-se que há uma aparente conexão empírica entre a dinâmica da taxa de lucro com o desempenho da economia brasileira.

Restrições e vulnerabilidades da atual inserção externa brasileira: uma análise a partir de sua dependência financeira e seu recente ciclo de crescimento

Luana Maira Rufino Alves Zubelli

Palavras-chave: dependência financeira, crescimento, inserção externa brasileira

O presente trabalho tem por objetivo discutir a atual inserção externa brasileira através de seu contexto político e econômico. Para isso, na primeira seção, será feita uma análise das características gerais e específicas das economias capitalistas em desenvolvimento; as características gerais serão avaliadas à luz da abordagem das estruturas sociais de acumulação (ESA), na primeira subseção; enquanto que as características específicas serão analisadas na segunda subseção, em que será verificada a importância do setor externo no desenvolvimento e crescimento. Em seguida, na segunda seção, será feita uma análise da dependência financeira internacional e do atual ciclo de crescimento. Já na terceira e última seção serão verificadas as restrições e vulnerabilidades da atual inserção externa brasileira a partir da evolução recente de suas contas comerciais e financeiras.

A atuação do BNDES-EXIM como fortalecedor das exportações brasileiras no período 2000-2012

Ricardo Dathein (UFRGS)

Palavras-chave: Exportações brasileiras, Tecnologia, BNDES-Exim, Agências de Crédito à Exportação

Este trabalho busca identificar se o Programa BNDES-Exim adotado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prioriza setores econômicos estratégicos para o país. Para alcançar este objetivo, analisa-se o desempenho das linhas de financiamento à exportação do BNDES. A abordagem teórica utilizada refere-se aos padrões de especialização na economia e ao crescimento econômico em longo prazo, com ênfase na estrutura tecnológica das exportações. Também é apresentado o papel das agências de crédito oficial e algumas razões para o apoio desenvolvido por essas instituições. Pela análise realizada, observa-se que o BNDES está buscando transformar o padrão tecnológico da estrutura produtiva a fim de desenvolver um setor exportador mais diversificado, dinâmico e competitivo, além de atuar de forma anticíclica. Desse modo, suas medidas impactaram positivamente a pauta exportadora do país no período.

Taxa de câmbio real e comércio exterior: uma revisão crítica da abordagem novo desenvolvimentista

Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos e Fernando Cardoso Ferraz

Palavras-chave: taxa de câmbio, comércio exterior, novo desenvolvimentismo

O trabalho apresenta, inicialmente, um modelo clássico desenvolvido por Shaikh (1999) de determinação das variáveis distributivas e dos termos de troca entre dois países. Tal modelo permite vários tipos de fechamento, porém no presente trabalho são exploradas as possibilidades que relacionam variação de preços e variação de quantidades como forma de alcançar o equilíbrio externo de um país. Mostra-se inicialmente que a abordagem keynesiana tradicional opta por um fechamento via quantidades (modelo de Thirlwall), porém a contribuição de Ferrari, Freitas e Barbosa-Filho, (2013) fornece um modelo Novo Desenvolvimentista no qual a variação da taxa de câmbio real é importante para uma ajuste via variação endógena das elasticidades-renda do comércio exterior. Uma vez estabelecido o modelo formal a ser analisado, é feita uma breve revisão crítica da abordagem Novo Desenvolvimentista, principalmente através do estudo dos trabalhos de Bresser Pereira. Finalmente, através da análise dos dados das Tabelas de Recursos e Usos do IBGE (TRUs) e do Comtrade, procura-se examinar a relação das taxas de câmbio real com o desempenho do comércio exterior de diversos setores da economia brasileiro.

Modelo de crescimento brasileiro e mudança estrutural – avanços e limites

Vanessa Petrelli Corrêa (UFU)

Palavras-chave: Modelo de crescimento, regime de crescimento, crescimento brasileiro

O objetivo deste trabalho é o de mostrar a necessidade de se investigar a ocorrência e intensidade de mudança estrutural na economia brasileira que ocorre especialmente entre 2004 e 2010, considerando que se pode identificar, a partir da análise da dinâmica de crescimento, dois fenômenos: (i) o de que houve um processo de crescimento maior do que a média dos vinte anos anteriores (1983-2003), acompanhado de maior inclusão social; e (ii) o de que o peso da atividade doméstica foi determinante para a definição das taxas de crescimento observadas. O intuito é levantar elementos que esclareçam a natureza da estrutura da demanda no período, assim como os seus principais fatores de mudança. Ademais, a intenção é mostrar os limites estruturais desse processo, bem como das mudanças ocorridas a partir de 2011, ligadas às mudanças da dinâmica mundial, bem como aos citados limites do próprio modelo.

Que estratégia de desenvolvimento seguir? O debate desenvolvimentista brasileiro no século XXI

Arthur Gomes Moreira e Marcelo Arend (ABDL)

Palavras-chave: Estratégias desenvolvimentistas, desenvolvimentismo, planejamento econômico.

Se formou na primeira década do século XXI um novo debate entre diferentes estratégias de desenvolvimento para o Brasil. Se no intervalo entre 1930 e 1980 havia uma ideologia intervencionista, com características e proporções distintas, que marcou a política econômica nacional, os vinte anos que sucederam esse interregno foram marcados pelo afastamento do Estado dos objetivos de desenvolvimento econômico para a superação do atraso. Constatado mais uma vez que esses objetivos não podem ser alcançados sem participação direta do Estado, fator imprescindível mas também longe de ser suficiente para lograr a superação do atraso, diferentes correntes se posicionam e elaboram material teórico-ideológico para estruturar estratégias consistentes para o país. O objetivo deste artigo é enumerar, contrastar e propor maior atenção sobre certos pontos que foram menos discutidos pelos defensores dessas correntes.

Política industrial como instituição desenvolvimentista: uma crítica ao “novo-desenvolvimentismo” baseada nas experiências de Brasil e Coreia do Sul

Adriano José Pereira (UFES) e Ricardo Dathein (UFRGS)

Palavras-chave: desenvolvimento, política industrial, Brasil, Coreia do Sul

O artigo analisa a política industrial como instituição desenvolvimentista necessária ao desenvolvimento de economias retardatárias, contrastando os casos brasileiro e sul-coreano. Apesar das singularidades das economias analisadas, destaca-se que a industrialização, como estratégia de desenvolvimento, constitui-se em um padrão de regularidade, enquanto instituição desenvolvimentista fundamental. Argumenta-se que isso não está contemplado nas proposições “novo-desenvolvimentistas”, que reforçam a importância da indústria para o desenvolvimento econômico nacional, mas destacam a política cambial como principal instrumento de política industrial, cuja validade é considerada restrita, ao passo que as instituições desenvolvimentistas, como a política industrial ativa, são elaboradas visando um desenvolvimento econômico consistente no longo prazo, com mudança estrutural.

Área 3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo

3.1. Teoria do Valor

3.2. Capitalismo Contemporâneo

3.3. Socialismo

Pleno emprego, investimento e classe: uma visão e uma proposta ainda atuais, a partir de Kalecki e Meidner

Marcelo Soares de Carvalho

Palavras-chave: pleno emprego, investimento, classes sociais

A obra de Kalecki é pioneira no tratamento das questões macroeconômicas desde um ponto de vista que contempla a divisão da sociedade em classes. O protagonismo macroeconômico dos capitalistas estaria essencialmente associado ao seu poder de definição dos níveis agregados de renda, produção e emprego a partir das suas decisões de investimento. Daí a hipótese de que a manutenção do pleno emprego seria impedida por conta de condicionamentos essencialmente políticos / de classe. O enfrentamento desses obstáculos haveria de dar-se, ainda dentro do capitalismo, pela criação de instituições capazes de prover os trabalhadores com poder de decisão relevante em escala macroeconômica, via controle sobre novos investimentos. O Plano Meidner teria significado um importante avanço nessa direção, além de sugerir novas possibilidades para os dias atuais a partir da análise de sua parcial implantação concreta.

Marx contra a fantasia Coaseana: uma crítica ontológica ao fundamento teórico dos mercados de carbono

Eduardo Sá Barreto (UFJF)

Palavras-chave: Marx, economia ambiental, Coase

O debate ambiental realizado a partir da Ciência Econômica é amplamente dominado por formulações que se desenvolvem em torno das relações entre a dinâmica tecnológica e as esferas da produção e do consumo. Há, porém, especialmente na Economia Ambiental, um campo de reflexões razoavelmente autocentrado e autorreferido (muito embora esteja sempre pressuposto nas contribuições em geral) que possui relevância tanto teórica quanto prática: a discussão sobre os direitos de propriedade e a lógica do mercado. A relativa autonomia deste campo deve-se ao fato de que as reflexões a partir dele podem (e o fazem com frequência) prescindir de considerações sobre aspectos situados fora dele. Sendo assim, os diagnósticos de problemas ambientais são realizados ao longo de linhas que apontam a ausência de direitos de propriedade bem definidos, e, portanto, a operação não-ideal da lógica mercantil. As estratégias de solução, da mesma forma, se desenvolvem em torno da defesa de uma definição clara de direitos de propriedade e de arranjos institucionais que permitam a livre e fluida vigência da lógica mercantil. Com isso, seria possível, neste registro, realizar dois objetivos básicos: impedir o esgotamento de recursos naturais e reduzir a emissão de resíduos e refugos poluentes a níveis adequados ao meio ambiente.

Mudanças demográficas, reformas previdenciárias e mais valor absoluto: exploração intertemporal no capitalismo contemporâneo

Marcelo Milan (UFRGS)

Palavras-chave: Demografia, Aposentadoria, Securidade Social, Exploração

Este trabalho propõe uma interpretação marxista das reformas previdenciárias contemporâneas. As mudanças demográficas que vem acontecendo desde a primeira revolução industrial, caracterizadas entre outras por um envelhecimento da população, implicam uma dificuldade de reposição da força de trabalho para alguns países em função das aposentadorias. Este fenômeno tem implicações importantes para a produção de valor e mais-valor, na medida em que afeta o fluxo de entrada e saída da força de trabalho no circuito do capital e de redistribuição social de fundos por meio de tributação e transferências governamentais. As reformas previdenciárias, cujas medidas incluem a redução da idade mínima de aposentadoria, permitem manter o fluxo de força de trabalho por mais tempo no circuito do capital. Este trabalho interpreta esta ampliação da jornada como uma forma de extração intertemporal de mais-valor absoluto.

O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea

Paulo Nakatani (UFES) e Rogério Naques Faleiros (UFES)

Palavras-chave: China, Socialismo, Nova Reconstrução Rural, Hukou, Little Donkey Farm, Nanjie

Este trabalho consiste em uma mescla entre notas e observações efetuadas em campo e dados de textos de pesquisa, informações da imprensa e também de vários pesquisadores, sobre o movimento da “Nova Reconstrução Rural na China” e de algumas comunidades que mantêm o legado das experiências de socialismo construído no período das Comunas Populares. Todas essas experiências são discutidas na maneira de como se relacionam de uma forma ou de outra ao hukou e à forma social de propriedade da terra na China. Estes, segundo o anúncio da Terceira Sessão Plenária do Décimo Oitavo Comitê Central do Partido Comunista da China, devem ser gradativamente suprimidos. Discutimos neste trabalho as possíveis dificuldades que essas transformações poderão causar nessas experiências que ainda buscam manter o "Estado Comunista", segundo nossa epígrafe, e os possíveis impactos nas relações campo-cidade, nas migrações internas e sobre o padrão de desenvolvimento decorrentes da efetiva implementação dessas medidas.

De Beijing aos distritos: o partido comunista, o processo decisório e a definição dos rumos do desenvolvimento na China

Neide César Vargas (UFES2)

Palavras-chave: Partido Comunista Chinês, regime político, processo decisório, desenvolvimento chinês

O presente artigo discute o Partido Comunista Chinês no âmbito do regime político da China, ilustrando como uma decisão relativa aos rumos do desenvolvimento daquele país sai de um encontro do Partido em Beijing e vai sendo implementada nos milhares de distritos chineses. Apresenta uma visão global do regime político da China, situando nesta o Partido. Seu objetivo é entender o Partido e seu papel desde a Revolução Chinesa, destacando especialmente as mudanças no seu processo decisório após o período de Reforma e Abertura e sugerindo algumas contradições que tais mudanças ensejaram, especialmente na temática da propriedade coletiva da terra.

Reforma na estrutura fundiária e migração na China

Paula Cristina Nabuco Felipe

Palavras-chave: China, estrutura fundiária, migração

Ao longo de algumas décadas migração tem ocorrido na China em função de uma série de dificuldades enfrentadas pelos camponeses, tais como diferença de renda entre as áreas rurais e urbanas, baixa qualidade da terra, escassez de água, terra entre outros fatores. Mas esse migrantes podiam manter suas terras no campo. A nova reforma da terra realizada pelo governo e o estabelecimento da “circulação de terras” na China, assim como o crescimento da produção em larga escala nas áreas rurais, juntamente com a remoção de camponeses de suas terras estão abrindo um novo capítulo no processo de acumulação da China.

O surgimento do capital comercial como categoria qualitativamente independente: uma contribuição

Ian Coelho de Souza Almeida (UFPR)

Palavras-chave: capital comercial; teoria do valor; economia marxista

Esse trabalho surge como uma contribuição ao aprofundamento sobre a questão do surgimento do capital comercial, como categoria qualitativamente diferente ao capital industrial, iniciada por Claus Germer e Divonzir Beloto. Os autores elucidam a maneira como os custos de circulação são repostos sem que haja um aumento puramente monetário nos preços. Modificamos alguns aspectos dessa análise, demonstrando que a necessidade de um ganho por parte dos capitalistas, para que ocorra essa divisão, torna necessário que ocorra um aumento no valor produzido pela sociedade em comparação ao período anterior.

Sobre as categorias valor e preço da força de trabalho em Marx

Elizeu Serra de Araújo (UFMA)

Palavras-chave: valor da força de trabalho, preço da força de trabalho, salário, luta de classes

O artigo analisa duas questões. A primeira é se a luta de classes, além da influência que exerce sobre os movimentos do preço da força de trabalho, é capaz de influenciar a magnitude do próprio valor dessa mercadoria. A segunda é se existe possibilidade de o preço da força de trabalho situar-se, não apenas conjunturalmente, mas por longos períodos, abaixo do seu valor, e se isso não poria em xeque a vigência da lei do valor no caso da mercadoria força de trabalho. Para tanto, apresenta-se preliminarmente a visão de Marx sobre as categorias valor da força de trabalho e preço da força de trabalho. O pressuposto adotado é que, na discussão de ambas as questões, a teoria do valor constitui a referência fundamental, a despeito das especificidades da mercadoria força de trabalho em relação às demais mercadorias.

Os serviços como trabalho produtivo: pressupostos teóricos ao entendimento de seu papel na produção capitalista

Ellen Lucy Tristão (UFVJM)

Palavras-chave: Serviços, Trabalho produtivo, Trabalho coletivo.

O horizonte deste artigo é compreender a participação dos serviços na produção capitalista contemporânea. O pressuposto para tal é um enfrentamento da polêmica trabalho produtivo ou improdutivo. Entende-se que a utilização capitalista dos serviços apresenta contradições, seja para os serviços em si, seja para a própria lógica de acumulação capitalista, consequência do objeto dos serviços ser os homens e não a natureza. Nossa hipótese é que a complexidade e especificidade dos

serviços não impedem que estes sejam trabalho produtivo, uma vez que esta definição decorre de sua inserção social na produção capitalista e não de seu conteúdo.

Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em “O capital” (livro I) de Marx

Carlos Alves do Nascimento (UFU)

Palavras-chave: Exploração, Superexploração, O Capital, Karl Marx

O objetivo deste artigo é demonstrar que Marx elabora no Livro I de O Capital não apenas uma teoria da exploração, mas, sobretudo, da superexploração da força de trabalho pelo capital. A compreensão da construção dessa teoria nesse livro só é possível quando se considera o modo expositivo dialético-negativo do autor. É isso que este artigo procura demonstrar. Além disso, defendemos também que apenas a teoria da exploração não seria coerente com a perspectiva revolucionária presente nesse livro, necessitando, portanto, também da teoria da superexploração, que é mais coesa com o caráter de transitoriedade do objeto investigado e exposto pelo autor. Palavras-chave: Exploração, Superexploração, O Capital, Karl Marx.

Financialization of ground rent: a new version of 'unequal exchange'

Karen Helveg Petersen (Consultora Independente)

Palavras-chave: financialisation, fictitious capital, capital

In the last thirty years, the world economy has been undergoing several transformations that have given rise to the phenomenon of financialisation. Despite the complexities and particularities of these transformations, one stark feature is undeniable: the explosion of financial transactions frequently at the expenses of productive activities. Despite considerable differences in the definition of what is financialisation, the relationship between industry and finance is a fundamental part of the analyses mentioned above. In Marx, this relationship is developed within the theory of capital accumulation itself. In this sense, financialisation process is related how capital has been valorized. From this perspective, financialisation is the valorization of capital, via financial assets creation and trade, in which the interest-bearing forms of capital has not only been predominant, but its logic has been extended to several others spheres of the economic reproduction. This paper aims to examine how this valorization via financial assets occurs so that financialisation can be more accurately defined, to point out some historical and political elements behind financialisation, and to discuss few implications of financialisation for the economy.

Desenvolvimento sem ismos: uma crítica ao novo desenvolvimentismo a partir dos Grundrisse de Marx

Hugo Figueira de Souza Corrêa (UFES2) e Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente (UFF)

Palavras-chave: Marx, desenvolvimento, ideologia

O artigo tem por finalidade inspecionar criticamente o movimento (teórico/político) que vem se definindo como “novo-desenvolvimentista”. Surgido no rescaldo do fracasso do neoliberalismo na América Latina, o novo-desenvolvimentismo pretende constituir uma “alternativa aos males do capitalismo” por meio de uma atividade estatal capaz de se conjugar harmonicamente com mercados “fortes” – isso é, definidores do norte da vida social. Apesar do apoio encontrado por essa visão mesmo em setores da sociedade tradicionalmente associados à esquerda, pretendemos aqui chamar

atenção para a necessidade da crítica radical, nos valendo para isso das indicações deixadas por Marx em seus esboços da crítica à Economia Política.

Hilferding e o nexó imperialista entre capital financeiro e exportação de capital

Fábio Antonio de Campos (UNICAMP)

Palavras-chave: Hilferding, imperialismo, capital financeiro

Partindo dos dilemas do capitalismo contemporâneo diante da financeirização do capital, o objetivo desse artigo será mostrar como a relação definida por Hilferding entre o capital financeiro e a exportação de capital estabelece o nexó imperialista que dá sentido à gênese do capitalismo moderno e sua projeção futura. Para tanto, mostraremos as formas de exportação de capital a partir da dinâmica de reprodução do capital financeiro, além de apresentar os elos essenciais que integram a articulação imperialista entre o capital financeiro em sua identidade histórica, bem como sua internacionalização na forma de exportação de capital.

A escola de Vitória: contribuições sobre o capital

Leonardo Ferreira Guimarães (PUC-SP)

Palavras-chave: Teoria do valor, dominância financeira, capital fictício, especulação

O objetivo deste artigo é apresentar a contribuição feita por um grupo de autores do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, doravante denominados Escola de Vitória, para compreender a realidade contemporânea do capitalismo. Essa contribuição reside em uma releitura particular da obra de Marx e na avaliação do capitalismo recente. Da leitura de Marx extraiu-se uma compreensão anti-ricardiana da teoria do valor, a avaliação do capital fictício e do ciclos de reprodução das formas funcionais do capital industrial. Da análise do capitalismo recente surgiu a necessidade de compreender o maior peso dado ao capital fictício como forma social e isso se deu a partir da cunhagem de três novas categorias: capital especulativo, capital especulativo parasitário e lucros fictícios. Este artigo busca expor esse processo analítico.

Gestão das fábricas na URSS: é possível um taylorismo socialista?

André Coutinho Augustin (UFRJ)

Palavras-chave: União Soviética. Trabalho. Taylorismo.

Este artigo busca retomar a discussão que ocorreu na União Soviética sobre a gestão das fábricas, principalmente sobre a possibilidade de adoção do taylorismo em um país em transição para o socialismo. Embora o taylorismo tenha como objetivo tirar o poder do trabalhador sobre o processo produtivo e, portanto, seja incompatível com uma sociedade socialista, houve na URSS uma tentativa de adaptação do taylorismo com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho. Enquanto um grupo minoritário dos bolcheviques defendia que os trabalhadores participassem da gestão das fábricas, através dos sindicatos, a maioria do partido decidiu por manter a gestão sob controle apenas dos gerentes.

Crise capitalista na Teoria da História de Marx

Francisco Paulo Cipolla (UFPR)

Palavras-chave: Marx, crise capitalista, teoria da história

O artigo apresenta as visões de Hegel e de Feuerbach sobre as transformações radicais, transformações essas governadas pelo pensamento: no caso de Hegel pelo Espírito Absoluto e no caso de Feuerbach pela crítica da religião. Marx procura mostrar que as revoluções sociais não resultam de mudanças na forma de pensar, mas de mudanças sociais que criam formas de apropriação novas, formas essas que entram em choque com as leis e relações de produção do modo de produção vigente. No caso do capitalismo, a escala progressiva de socialização das forças produtivas gera crises econômicas recorrentes, crises essas que não só revelam o caráter limitado do modo de produção capitalista como também criam o ambiente de sua dissolução. Por isso, argumenta o artigo, a preocupação de Marx com a regularidade das crises, não era uma preocupação acadêmica, mas sim o monitoramento de um sistema que apontava para a sua superação.

O sr. Marx e a dinâmica econômica

Leonardo Gomes de Deus (UFOP)

Palavras-chave: Crise econômica, dinâmica econômica, Henryk Grossmann, Karl Marx, Marx-Engels Gesamtausgabe

O artigo discute a contribuição da obra marxiana para o desenvolvimento de uma teoria da dinâmica econômica. O ponto de partida é a formulação de Grossmann de 1941 para, em seguida, serem abordados os elementos de uma análise da dinâmica econômica, bem como da crise, nos esboços póstumos de O Capital.

A estagnação secular e a TI

Marcus Alban Suarez

Palavras-chave: Tecnologia da Informação, Schumpeter, Estagnação Secular

Os anos no entorno da virada do milênio, ainda que não alcançando todo o brilho da Era Dourada do pós-guerra, conformam um período de grande dinamismo. O dinamismo, porém, se esvaiu em 2008, com o estouro da bolha dos sub-primers, provocando uma grave crise que, mesmo com pesadas intervenções governamentais, insiste em não acabar. Nesse contexto, em contra ponto a explicação da crise como decorrência da bolha e seu estouro, o mainstream ressuscita a tese da Estagnação Secular, formulada no pós-guerra, sem explicar, contudo, o porquê da mesma. O presente artigo, após uma breve revisão das diversas teses e estratégias de superação propostas, desenvolve, a partir de formulações originais de Schumpeter, a hipótese de que a crise é um processo bem mais estrutural, que se inicia ao final dos anos 70, com a emergência da TI como novo paradigma tecnológico dominante. Esse paradigma, ao contrário dos seus antecessores, o mecânico e o eletromecânico, permite às empresas a obtenção de grandes ganhos de produtividade sem a realização de grandes investimentos. Desta maneira, a busca dos ganhos de produtividade acaba não gerando um crescimento robusto, o que leva à trágica expansão do desemprego / degradação dos salários que, simultaneamente em todo o mundo desenvolvido, desacelera a economia real e potencializa a esfera financeira.

Área 4. Estados e Nações face à nova configuração do capitalismo

4.1. Estado e economia capitalista

4.2. Estado e políticas públicas

4.3. Os Estados nacionais na nova configuração do capitalismo

Comportamento reprodutivo no Brasil e programa Bolsa Família: uso de métodos anticoncepcionais e decisão pela gravidez

Wanderson Alves de Sousa, Carlos César Santejo Saiani (FEARP-USP) e Mônica Yukie Kuwahara (Mackenzie)

Palavras-chave: Bolsa Família, reprodução populacional, planejamento familiar

O objetivo geral do artigo é descrever o comportamento reprodutivo das mulheres que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, avaliando o impacto das condicionalidades inerentes ao programa. Foram utilizados os dados referentes à Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) dos anos de 1996 e 2006 do Ministério da Saúde. Para avaliar se haveria influência do programa sobre a decisão de gravidez, foi estabelecida uma estratégia de identificação por meio do método de Probit. Além disso, o artigo apresenta, também a partir da PNDS, uma descrição do comportamento reprodutivo nos anos de 1996 e 2006, o que contribui para a análise das vantagens das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Os resultados indicam que as mulheres que recebem o benefício tendem a aumentar o uso de métodos anticoncepcionais, mas que não existiria influência direta do recebimento do PBF na decisão pela gravidez.

Envelhecimento populacional e ônus sociais da familiarização dos cuidados: o caso brasileiro em perspectiva comparada

Graciele Pereira Guedes e Célia Lessa Kerstenetzky (UFF)

Palavras-chave: demografia econômica, mercado de trabalho, serviços, terceira idade

Diante do flagrante processo de envelhecimento populacional, observam-se as mais distintas estratégias de abordagem de um mesmo desafio: prestar cuidados ao crescente número de idosos dependentes. No Brasil, a responsabilização pelos cuidados a estes idosos é ainda entendida como uma questão familiar, notadamente das mulheres da família, o que pode implicar a não participação da mulher cuidadora no mercado de trabalho ou sua subparticipação por meio de atividades em tempo parcial. O artigo tem como propósito, em especial, estimar aproximativamente o número de mulheres que têm sua liberdade de participação econômica tolhida e seu potencial produtivo desperdiçado em virtude da insuficiente estrutura de cuidados intra e extra domiciliares a idosos no país. De fato, encontramos mais de 2 milhões de mulheres não inseridas no mercado de trabalho, tendo como causa provável a prestação de cuidados a um idoso dependente, sobretudo mulheres pertencentes aos quintos inferiores de renda. A análise se constrói tendo como pano de fundo o emergente paradigma do investimento social (Esping-Andersen 2009), e sob esta abordagem é também simulado o retorno em termos de renda e tributos caso serviços externos públicos de cuidado estivessem disponíveis. Utiliza-se como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Renúncia Fiscal (Gasto Tributário) em Saúde: repercussões sobre o Financiamento do SUS

Aquilas Nogueira Mendes (PUC-SP) e José Alexandre Buso Weiller

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde, financiamento público, política pública

No contexto do capitalismo contemporâneo financeirizado, observa-se uma constante disputa por garantia de direitos, impondo riscos à saúde universal no Brasil. Nesse cenário, marcado por uma possível transferência direta de direitos à saúde para o mercado, as renúncias fiscais (gastos

tributários) – objeto de discussão específica desse artigo - se apresentam como engrenagens que ampliam o poder das instituições privadas no setor saúde, prejudicando o financiamento do SUS. É notável o arcabouço legal desenvolvido no Brasil que assegura a constante ampliação das renúncias fiscais, principalmente nesse setor, e ainda, contribui para a ampliação da cobertura de planos de saúde, principalmente os associados às pessoas físicas. Por fim, esse artigo destaca a efetiva transformação do direito à saúde em garantia de consumo de produtos e serviços em saúde, denotando o claro processo de mercantilização que essa política vem sofrendo.

A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI: o caso de Angola

Valéria Lopes Ribeiro (UFRJ)

Palavras-chave: China, África, desenvolvimento

O artigo analisa a repercussão nos países africanos, em especial em Angola, da expansão chinesa recente relacionada à entrada do país em um novo ciclo expansivo. Neste ciclo recente a China assume cada vez mais a posição de pólo mundial de demanda por artigos primários contribuindo para mudanças fundamentais no comércio internacional e para a inserção dos países periféricos primários exportadores, entre eles os países africanos. O trabalho argumenta que a retomada do crescimento africano (e angolano) tem forte relação com as transformações da conjuntura externa causadas pela expansão chinesa na última década. Além disso, o quadro angolano recente é também moldado pela aproximação da China através da expansão dos investimentos e fluxos financeiros para o país. A partir desta mudança conjuntural o artigo procura discutir ainda as transformações internas e limites ao desenvolvimento angolano nos anos recentes.

Lições do processo de desenvolvimento japonês: catch up completo e forging ahead bloqueado

Eduardo da Motta e Albuquerque (UFMG)

Palavras-chave: processo de catch up japonês

O desenvolvimento japonês entre 1868 e 1974 é pleno de lições para países subdesenvolvidos. Este texto incorpora elementos estratégicos e militares na avaliação do processo japonês - as articulações entre decisões estratégicas e a formatação de políticas industriais. As políticas industriais apresentadas por Ohkawa e Kohama (1989) são cotejadas com a mobilização militar das décadas de 1930 e 1940 e as políticas da Ocupação (1945-1952). O legado do período - uma nova variedade de capitalismo - é a base da era do alto crescimento (1955-1973). Daí um novo desafio: como realizar catch up em um contexto de paz e democracia?

Path Dependence e Aprendizagem: um estudo do caso das políticas anti-pobreza no México, Brasil e Peru

Luciana Rosa de Souza (UNICAMP)

Palavras-chave: pobreza, path dependence, México, Peru, Brasil

Especialmente após 1990, uma certa homogeneidade vem sendo observada no desenho das políticas de alívio à pobreza na América Latina. Estudos a respeito da formulação das políticas sociais vêm obtendo boas experiências nos países latino americanos, particularmente no que se refere às ações anti-pobreza. Este artigo estudou detalhes evolutivos presentes no desenho dos programas para mitigar a pobreza implementados por México, Brasil e Peru. Estes países foram escolhidos como casos representativos do que vem acontecendo na política de alívio a pobreza na região. A

metodologia usou o conceito de path dependence para analisar as medidas anti-pobreza desenhadas por estes países. Este artigo concentrou seu estudo nos Programas de Transferência de Renda com Condicionalidades e nas estratégias anti-pobreza implementados nestes três países. A pesquisa mostrou evidências de aprendizagem e de um processo de path dependence dentre as ações para aliviar a pobreza formuladas por México, Brasil e Peru.

A orientação dos IDEs e a política econômica brasileira: convergências duvidosas

Clarisse Chiappini Castilhos (FEE) e Christiane Senhorinha Soares Campos (UFS)

Palavras-chave: Investimento Direto do Exterior, economia brasileira

Este artigo objetiva mostrar que existe uma coincidência perversa entre a nova orientação dos Investimentos Diretos do Exterior - IDE no Brasil e as políticas governamentais de estímulo ao crescimento do produto nacional. A argumentação desenvolvida é de que o País vem afirmando nas últimas décadas uma nova inserção internacional, baseada na exportação de commodities, particularmente insumos de origem mineral e produtos agroindustriais. Essa especialização está nitidamente alinhada com as novas tendências internacionais, confirmando a hipótese de que a chamada especialização regressiva está submetida ao movimento internacional do capital. Considera-se, portanto, que a orientação de investimentos para estes setores constitui uma das bases da política econômica brasileira, cujas conseqüências são nefastas, no longo prazo, nos aspectos socioambientais. Além disso, mesmo no curto-prazo, essa especialização coloca em risco o crescimento do País tendo em vista a vulnerabilidade gerada com relação às oscilações do mercado mundial.

Auge e declínio do “Neo-desarrollismo” argentino

Iderley Colombini Neto (UFRJ)

Palavras-chave: Argentina, Desenvolvimento econômico, Novo-Desenvolvimentismo

O presente artigo busca analisar o neo-desenvolvimentismo argentino a partir dos seus eixos constituintes e de como eles se modificaram ao longo dessa última década. O novo-desenvolvimentismo argentino entendido aqui não é visto como uma atitude isolada do ‘kirchnerismo’ e das políticas governamentais, mas como um processo da junção do ambiente interno argentino com a nova reestruturação do sistema capitalista pós-crise neoliberal.

Mudança estrutural como estratégia de desenvolvimento: a eficiência dinâmica em perspectiva

Tomás Amaral Torezani (UFRGS) e Ricardo Dathein (UFRGS)

Palavras-chave: Mudança estrutural, Eficiência dinâmica, Catching up

Este artigo investiga a relação entre as diferentes noções de eficiências estática e dinâmica existentes na literatura e a dinâmica do desenvolvimento econômico. Argumenta-se que para um país em desenvolvimento lograr aumento na produtividade, renda e qualidade de vida, deve engendrar uma mudança estrutural, caracterizada pela busca da eficiência dinâmica em detrimento da eficiência estática. As experiências históricas de países bem-sucedidos no processo de emparelhamento com os países avançados confirmam essa perspectiva.

Estado e Sociedade Civil em Marx e Gramsci: uma controvérsia entre Norberto Bobbio e Carlos Nelson Coutinho

Bruno Borja (UFRJ)

Palavras-chave: Marx, Gramsci, Bobbio, Coutinho, Estado

O materialismo histórico, método de análise desenvolvido por Marx, busca juntar o pressuposto materialista com a lógica dialética para estabelecer uma relação orgânica entre base econômica e superestrutura político-ideológica, onde há uma interação recíproca, porém com a prioridade da base material. Isto é, o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais daí provenientes condicionariam as formas de organização política e de consciência social. Portanto, em sua teoria política Marx confere centralidade ao estudo da sociedade civil na determinação do Estado. Interessa aqui analisar o pensamento de Antonio Gramsci, restabelecendo sua conexão com a obra de Marx. Embora a filiação de Gramsci ao marxismo seja aceita unanimemente por todos seus comentadores, fica ainda entre eles uma controvérsia a respeito do real significado do conceito de sociedade civil em sua obra. Este artigo explora alguns pontos de debate entre as interpretações de Norberto Bobbio e Carlos Nelson Coutinho.

Financeirização global, estados e fundos soberanos de riqueza

Patrícia Nogueira Rinaldi e Marcelo Sartorio Loural (UNICAMP)

Palavras-chave: financeirização, Estados, fundos soberanos de riqueza, Temasek Holdings, Cingapura

O objetivo desse artigo é o de entender o papel dos Estados na financeirização global, a partir de uma investigação sobre os Fundos Soberanos de Riqueza, suas características e seus propósitos nessa etapa do capitalismo. Através do estudo de caso da Temasek Holdings, fundo soberano de Cingapura, busca-se uma melhor compreensão do comportamento dos fundos soberanos de riqueza à luz do conceito de capital financeiro.

Uma interpretação institucionalista da política macroprudencial

Gustavo Chagas Goudard (UFU) e Fábio Henrique Bittes Terra (UFU)

Palavras-chave: Política Macroprudencial, Medidas Macroprudenciais, Economia Institucional, Inovações Financeiras

Um das consequências da recente crise econômica internacional foi a demanda por novos instrumentos de política econômica para além dos já consagrados mecanismos de política monetária, cambial e fiscal. Notadamente, a intenção é que se busquem meios mais eficazes de se regular o sistema financeiro a fim de se impedirem o surgimento de bolhas e desequilíbrios financeiros que terminem por impactar o lado real da economia. Nesse particular, a política macroprudencial ganhou destaque, como mais uma política pública de cunho econômico cuja utilização pode ajudar na manutenção da estabilidade financeira. Porém, as discussões e o desenvolvimento da literatura relativa ao tema têm ocorrido sob bases pragmáticas que não se relacionam imediatamente às escolas ortodoxas ou heterodoxas da ciência econômica. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é realizar uma leitura institucional da política macroprudencial, sob o argumento subjacente de que ela pode ser apreendida pelo conteúdo teórico das abordagens institucionais.

Área 5. Dinheiro, Finanças internacionais e Crescimento

5.1. Economia Monetária e Financeira

5.2. Economia e Finanças Internacionais

5.3. Um novo sistema monetário internacional

A Abordagem Estruturalista da Inflação: elementos para um método de análise

Patrick Fontaine Reis de Araujo (UFRJ)

Palavras-chave: Inflação, Estruturalismo, Cepal

A escola estruturalista da Cepal desenvolveu em meados do século XX uma abordagem para o fenômeno da inflação extremamente original e com grande potencial heurístico, que se tornou popular ao longo da década de 1960. A abordagem sustenta que a inflação emerge da estrutura das economias como resultado de desequilíbrios de caráter real no processo de desenvolvimento, que se manifestam sob a forma de aumento de nível de preços. A escola propõe um método de análise que isola os elementos que contribuem para a aceleração dos preços em diferentes categorias, com o objetivo de desenhar políticas específicas voltadas para cada um dos diferentes elementos. Este trabalho sintetiza o desenvolvimento deste método com base nas contribuições de Prebisch, Noyola e Sunkel.

A economia monetária e a fórmula geral do capital: preliminar da fissão Marx-Keynes

Tiago Camarinha Lopes (UFG) e Everton Sotto Tibiriçá Rosa (UFG/UNICAMP)

Palavras-chave: Economia Monetária, liquidez, decisão de investimento, Keynes, Marx

Este artigo apresenta a teoria da tomada de decisão sob condições de incerteza da escola pós-keynesiana e desenvolve uma interpretação específica para a teoria da preferência pela liquidez. É argumentado que o movimento para ativos (financeiros) mais líquidos corresponde ao movimento do capital de atingir valorização sem passar pela esfera da produção e que assim, o conceito de incerteza como determinante para preferência pela liquidez e para a taxa de juros pode ser posto em relação à fórmula geral do capital apresentada por Marx.

A Classical Inflation Model with Demand Pull and Supply Resistance

Alberto Handfas (PUC – SP)

Palavras-chave: Modelo Clássico Marxiano de Inflação

O artigo discute uma teoria alternativa de inflação retomando o debate da economia política clássica sobre acumulação e moeda. Uma teoria marxiana da moeda, atualizada à economia de moeda escritural e de crédito, é então combinada com uma dinâmica de Smith/Ricardo/Marx onde a taxa de lucro é o limite ao crescimento, ao invés do pleno emprego neoclássico. Essas duas abordagens juntas levam a construção de um modelo “demand-pull, supply-resistance” de inflação no qual a interação de injeções de poder de compra com a taxa de capitalização (proporção do lucro recomprometido à produção) é a principal variável explicatória. A dinâmica multi-setorial desbalanceada de uma economia leva a não-linearidade na função de inflação.

El ascenso al poder político de las finanzas: capitales ficticios y crisis

Luis Enrique Casais Padilla

Palavras-chave: finanzas, capitales ficticios, crisis, poder político

El presente ensayo tiene como objetivo principal mostrar cómo el desarrollo en las últimas décadas de las finanzas impulsó una enorme creación de capitales ficticios en un intento desesperado de

valorizar los capitales internacionales; modelo que no sólo se encuentra entre las causas de la gravedad y profundidad de la presente crisis, sino que además, este proceso ha servido para que las finanzas adquieran un enorme poder político por el cual influyen, cuando no ordenan, a los Estados soberanos las políticas a aplicar que resulten más favorables a los intereses del capital.

Fragilidade Financeira e vulnerabilidade externa em países periféricos

Vanessa Petrelli Corrêa (UFU)

Palavras-chave: Fragilidade financeira, vulnerabilidade, fluxos de capitais

Este trabalho sustenta-se na abordagem de Chesnais, por sua apreensão das mudanças processadas na dinâmica econômica mundial desde os anos 1980, sobretudo a partir da intensificação dos processos de liberalização e desregulamentação dos mercados. O foco específico é para os países de moedas subordinadas e sem curso internacional, como os da América Latina. A tese é que, tendo em vista a dinâmica do capital portador de juros, que domina os fluxos de Investimentos em Carteira e de Derivativos, o potencial de entradas abruptas e vultosas de recursos, pode se reverter em fortes fluxos de saídas, em momentos de mudanças na conjuntura internacional, especialmente de modificação na política monetária norte-americana. Um dos pontos da discussão é o de que parte dos Investimentos Diretos podem ter esta mesma dinâmica instável, na qual o capital opera com lógica de curto prazo, buscando flexibilidade para reverter rapidamente de posição. Desta forma, quando maior o peso dos capitais com viés de curto prazo, tanto maior será o potencial de vulnerabilidade do país, na medida em que pode haver forte reversão de recursos, tanto de capitais de residentes, quanto de estrangeiros.

Os falsos fundamentos ortodoxos da taxa de câmbio, o quantitative easing e seus efeitos no Brasil

Marcelo Pereira Fernandes (UFRRJ) e Alexandre Jerônimo de Freitas

Palavras-chave: taxa de câmbio, ortodoxia, macroeconomia

A volatilidade da taxa de câmbio do Brasil nos últimos anos, sobretudo em 2013, tem gerado grande polêmica sobre suas causas e consequências. Os economistas ortodoxos afirmam que foram as políticas equivocadas do governo que comprometeram os “fundamentos” macroeconômicos, criando instabilidade cambial. O objetivo deste artigo é demonstrar que a análise ortodoxa não explica os movimentos da taxa de câmbio. Para isso, analisaremos a instabilidade cambial vivida pelo Brasil, buscando colocar no centro da discussão o comportamento da conta de capitais e a política monetária frouxa executada pelo governo norte-americano desde a crise de 2008.

Crisis, Profit Rate and the Political Economy of the Eurozone

Antônio Albano de Freitas (UFRJ)

Palavras-chave: Crisis in the Eurozone, Political Economy, Neoliberal Capitalism

This paper aims to analyze the roots of the sovereign debt crisis around the Eurozone countries. In addition, it seeks to deconstruct the orthodox argument which states the crisis is caused by fiscal indiscipline of some of its members. In doing so, the article bears on the political economy tradition, integrating the elements of hierarchy and asymmetry in between the various actors, and poses the hypothesis that the crisis in the Eurozone is due to three highly correlated causes: (i) the unfolding of the 2007 crisis that originated in the USA; (ii) the financialization of the global economy, and (iii) the intra-eurozone imbalances, a legacy of the neoliberal institutional framework of the last decades.

In order to associate the Euro crisis with this neoliberal architecture, moreover, the main tendencies of contemporary capitalism are described, pointing to the theoretical contribution of Marx, particularly regarding his hypothesis of a tendentially falling rate of profit and the development of fictitious capital. Finally, some concluding remarks are considered, stressing alternatives to the budget austerity measures and to the necessary ruptures.

The Chinese Banking System and the Impacts of the 2008 Global Financial Crisis on It
Alexandre de Podestá Gomes

Palavras-chave: Sistema Bancário, Crise Financeira, China

Esse artigo tem como objetivo analisar o Sistema bancário chinês, com uma ênfase especial nos impactos gerados pela Crise Financeira Global de 2008. Primeiramente, é feita uma descrição sucinta da estrutura do sistema bancário, indicando os principais bancos e a estrutura de propriedade do sistema, assim como alguns dos problemas associados com as características do sistema. Em segundo lugar, o artigo descreve rapidamente as reformas que o Sistema bancário passou desde o início da década de 1980 até 2008. Finalmente, o artigo se debruça sobre a questão dos impactos da Crise Financeira Global de 2008 no sistema bancário chinês. Nesta última seção, a resposta do governo chinês à Crise, consubstanciada em seu plano de estímulos, é sublinhada. Ainda, características do sistema bancário, como o papel dos governos locais – e dos bancos sob sua influência - durante os desdobramentos da Crise, e as reformas nas taxas de juros, mereceram atenção especial.

O banco dos BRICS e seus possíveis desdobramentos
Larissa Naves de Deus (UFU)

Palavras-chave: BRICS, Banco de Desenvolvimento, financiamento

Este artigo tem como objetivo analisar os possíveis desdobramentos da criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS - aprovada na V Cúpula dos BRICS, em março de 2013, na África do Sul – no que tange o aumento do poder global e financeiro deste grupo de países. Especificamente, tenta-se examinar se a criação deste Banco irá atuar no sentido de, por um lado, aumentar o poder e influência global dos países do grupo e, por outro lado, amenizar os problemas advindos das assimetrias monetária e financeira do sistema monetário e financeiro internacional, representados, sobretudo, pela hierarquia das moedas, que torna as moedas dos países emergentes não conversíveis em âmbito internacional. Para tanto, o artigo tem como base o referencial teórico de Keynes, discutindo a importância da moeda no sistema econômico, e, o referencial pós-keynesiano, que trata das assimetrias existentes no sistema financeiro e monetário internacional.

Área 6. Capitalismo e Espaço

6.1. Economia regional

6.2. Estruturas e dinâmicas urbanas

Espaços urbanos saudáveis e os determinantes sociais da saúde (DSS)
Suzana Quinet de Andrade Bastos (UFJF) e Bruno Silva de Moraes Gomes

Palavras-chave: Políticas Públicas, Saúde Pública, Espaços Urbanos Saudáveis, Determinantes Sociais da Saúde.

O artigo aborda o tema Municípios Saudáveis, política desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com objetivo de promover a qualidade de vida nos municípios. Este artigo tem como objetivos identificar os espaços urbanos saudáveis no Brasil, mapear se esses espaços configuram clusters espaciais e capturar os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) que podem influenciar a boa qualidade de vida dos espaços urbanos. O período de análise são os anos 1980, 1991, 2000 e 2010. Utilizam-se a análise da partição da base de dados em quartis, comparação e teste t de médias, além da análise exploratória de dados espaciais (AEDE). Como resultados destacam-se: i) a crescente aleatoriedade dos espaços urbanos saudáveis, face as políticas públicas no Brasil serem cada vez mais de cunho local; ii) dos 1224 espaços urbanos analisados 149 podem ser classificados como possivelmente saudáveis; desses, 55 são considerados saudáveis; iii) os espaços urbanos saudáveis estão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste; iv) os Estados do Acre, Roraima, Rondônia, Tocantins e Mato Grosso não possuem nenhum candidato a espaço urbano saudável; v) as políticas que visam melhorar a qualidade de vida nos espaços urbanos devem ser integradas, bem como principalmente direcionadas para os espaços urbanos das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste a fim de corrigir as disparidades locais

Desenvolvimento humano e bem-estar nas subprefeituras de São Paulo: uma análise da qualidade de vida a partir da abordagem das capacitações

Maiara Patti Gaulez

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Capabilities, Índices de Bem-estar

O objetivo geral deste artigo é descrever a evolução da qualidade de vida no município de São Paulo, através de um índice sintético de bem-estar que compartilhe da concepção de desenvolvimento presente na abordagem de Capabilities. O índice sintético de bem-estar é estabelecido para as subprefeituras do município de São Paulo com dados censitários de 2000 e 2010. Os índices são georeferenciados e avaliados de acordo com o Índice de Moran, para identificar padrões de distribuição das associações espaciais entre as subprefeituras. Os resultados indicam que entre 2000 e 2010 houve mudanças na qualidade de vida em algumas subprefeituras, mas sem alterações significativas que culminassem na mudança do padrão de concentração da qualidade ao centro do município, persistindo a periferia à margem.

Mudanças econômicas e transformações espaciais seletivas na rede urbana cearense no período de 1990-2010

Francisco do O' De Lima Júnior (UNICAMP)

Palavras-chave: rede urbana, economia espacial, Ceará

Este artigo objetiva estudar os reordenamentos da rede urbana cearense durante os anos de 1990 a 2010 tendo como hipótese a noção de ajustes espaciais em atendimento à dinâmica de inserção no padrão de desenvolvimento capitalista contemporâneo. O trabalho seguiu método descritivo histórico-estrutural e utilizou-se dados secundários de órgãos oficiais como IBGE, MIDIC, e IPECE. Observou-se que os mecanismos de ajustes conformam o atual sistema urbano estadual, funcionalizados pela emergência de três arranjos estruturais urbanos nítidos que são: o avanço na metropolização, o gradativo crescimento de alguns centros intermediários constituídos por cidades médias polos de atração industrial incentivada e os pequenos centros ligados às reservas dos espaços rurais em modernização via fruticultura de irrigação.

Urbanização no capitalismo com dominância financeira: a mercantilização e a privatização do mundo

José Micaelson Lacerda Morais (Univ. Reg. Cariri/URCA)

Palavras-chave: capitalismo, urbanização, novas diferenças geográficas

Partimos da ideia de que, sob o capitalismo com dominância financeira, a totalidade social, com destaque neste estudo para o processo de urbanização, encontra-se subsumida à lógica da valorização do capital, no movimento que denominamos de mercantilização e a privatização do mundo. Perspectiva na qual a relação entre o capital e a evolução da urbanização deve ser considerada dialeticamente. Nesse sentido, a constituição da sociedade urbana não poderia ser outra coisa que não a contradição do próprio processo de valorização do capital, num mundo marcado pelos processos de liberalização, desregulamentação e privatização. A contrapartida espacial do novo processo de acumulação, na virada do século XX para o XXI, momento no qual o capitalismo “desregulamenta” a cidade e transforma espaços específicos desta em mercadoria, sujeita as vicissitudes do capital, é uma forma mais complexa e avançada de segregação espacial, que apesar das particularidades regionais, ocorre em termos mundiais.

As jornadas de junho e o padrão de urbanização brasileiro: limites ou novos rumos

Raul da Silva Ventura Neto

Palavras-chave: Brasil, cidades, manifestações

Este trabalho pretende estabelecer uma relação entre as mobilizações populares das Jornadas de Junho, e o padrão de urbanização que a experiência capitalista no Brasil tem produzido. São recuperados referenciais teóricos sobre desenvolvimento desigual, renda da terra, alianças de classes e exploração da força de trabalho no espaço de viver, todos apresentadas à luz da influência que exercem sobre o processo de urbanização. Ademais, estão presentes algumas reflexões do pensamento crítico brasileiro quanto às possíveis especificidades de como o capitalismo se reproduz no Brasil. A hipótese central que defendo no artigo é que se deve analisar as Jornadas de Junho não como uma reação a insatisfações de âmbito político e social recentes, mas como uma possível – mesmo que muito tardia – resistência ao padrão de urbanização que a nossa formação social e econômica historicamente consolidou.

Desenvolvimento Territorial e Economia Criativa: as dimensões de Espaço e Território nas concepções de Arranjo Criativo e Arranjo Produtivo Local

Valcir Bispo Santos

Palavras-chave: economia criativa, espaço, território

Este artigo pretende fazer uma análise comparativa entre as dimensões de desenvolvimento territorial presentes nas concepções de Arranjo Produtivo Local, de um lado, e de Arranjo Criativo, de outro, que é um dos desdobramentos das políticas de fomento no âmbito da Economia Criativa. Parte-se da hipótese inicial que a concepção de arranjo (ou cluster) criativo contém uma dimensão espacial mais ampla que o de Arranjo Produtivo Local, pois este encontra-se restrito à noção de Território. E essa dimensão espacial mais ampla se deve ao conteúdo cultural que se encontra embutido no conceito de Economia Criativa, especialmente na noção de diversidade cultural, que é um dos eixos de criação de valor dos setores criativos. Toma-se como exemplo concreto o Complexo do Ver-o-Peso, considerada a maior feira livre da América Latina e um dos principais cartões postais de Belém, como um potencial arranjo criativo, que se singulariza como espaço de intensas trocas simbólicas na capital da Amazônia Paraense. Pretende-se demonstrar que a dimensão simbólica do Ver-o-Peso, articulado aos recursos de capital social ribeirinho que por lá circulam, permite ao potencial arranjo

criativo existente no antigo mercado e feira livre de Belém conter uma dimensão espacial que vai além da dimensão geográfica que caracteriza a noção de Território.

Os efeitos do alinhamento partidário sobre empréstimos do BNDES para os municípios brasileiros

Paulo Mendes Coniaric

Palavras-chave: Alinhamento partidário

Este trabalho tem como objetivo investigar se municípios que possuem algum tipo de alinhamento político com o executivo federal possuem maiores chances de receber empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e se esses são de maiores valores financeiros no caso da existência de tal alinhamento. Foi utilizado um painel de dados com os municípios brasileiros entre os anos de 2003 e 2010. Em ambas as análises, foram utilizados os métodos de dados empilhados, dos efeitos fixos e dos efeitos aleatórios. Os resultados indicam que o alinhamento exerce pouca influência sobre os empréstimos do BNDES.

O processo de desconcentração produtiva nacional e seus impactos em Alagoas

Guilherme Carneiro Leão de Albuquerque Lopes e Cid Olival Feitosa (UFAL)

Palavras-chave: Políticas regionais, Desconcentração industrial, Alagoas

O referido artigo tem como objetivo analisar a estrutura produtiva de Alagoas, no período de 1990 a 2010, a partir da teoria da desconcentração produtiva brasileira. Para tanto, irá recuperar historicamente alguns elementos da economia alagoana, utilizando-se do método histórico-estrutural aplicado à análise regional, com abordagem qualitativa, através da utilização de pesquisas bibliográficas, e quantitativa, com uso da estatística descritiva. Com base nas análises realizadas, pode-se concluir que a ausência de políticas públicas de investimento aliadas ao baixo dinamismo das relações capitalistas em Alagoas são fatores chaves para os baixos índices industriais e econômicos do estado.

Concentração Regional, Especialização Econômica e Desindustrialização no Brasil: Tendências recentes a partir de indicadores de emprego formal em nível municipal

Humberto Eduardo de Paula Martins (UFU) e Lílian Santos Marques Severino (UFU)

Palavras-chave: espaço, desindustrialização, emprego

O presente trabalho analisa tendências recentes do desenvolvimento regional brasileiro, focalizando mudanças na distribuição espacial das atividades produtivas com base em indicadores de emprego formal no período 1985/2010, buscando relacionar essas mudanças com a especialização econômica em nível municipal. O trabalho tem a seguinte estrutura: Primeiramente, faz-se uma breve recuperação do debate sobre concentração econômica regional, especialização produtiva e desindustrialização na economia brasileira. Depois, discute-se a evolução recente da concentração econômica no Brasil, examinando o emprego formal entre as Unidades da Federação brasileiras nos anos de 1985 e 2010. Em seguida, passa-se à análise em nível municipal. Após a apresentação da metodologia, são discutidos os resultados referentes à dinâmica e classificação dos municípios selecionados e à especialização econômica dos municípios classificados como Crescentes.

Área 7. Trabalho, Indústria e Tecnologia

7.1. Mundo do Trabalho

7.2. Economia industrial, serviços, tecnologia e inovações

Padrões de desenvolvimento, mercado de trabalho e proteção social: a experiência brasileira entre as décadas liberal (1990) e desenvolvimentista (2000)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Palavras-chave: mercado de trabalho, proteção social, Brasil

A primeira década do novo milênio, mormente o período 2003-2013, cumpriu – entre outras – função didática nos embates acadêmico e político brasileiros. Após praticamente 25 anos de dominância ideológica liberal e tentativas de implementação de diretrizes e soluções desregulamentadoras, privatistas e internacionalizantes, com resultados pífios ou nefastos sobre indicadores clássicos do comportamento macroeconômico e do mercado de trabalho nacional, houve em período recente a contestação empírica e teórica da alegada supremacia daquelas formulações. A fim de captar um suposto novo sentido do desenvolvimento nacional e interpreta-lo à luz das transformações recentes, este texto busca comparar o desempenho dos padrões de desenvolvimento liberal (década de 1990) e desenvolvimentista (primeira década de 2000) e os seus impactos sobre o mundo do trabalho e a proteção social previdenciária em cada um dos respectivos períodos. As diferenças entre ambos é um dos traços mais significativos do momento histórico de transição entre o modelo liberal parcialmente implementado na década de 1990 e esta fase atual de novas – mas ainda incertas – possibilidades de desenvolvimento na qual se encontra o país nos dias que correm.

Relações de trabalho no capitalismo brasileiro: uma análise da informalidade como componente do desemprego estrutural

Pedro Henrique Evangelista Duarte (UFG)

Palavras-chave: mercado de trabalho, informalidade, desemprego estrutural

Caracterizada por uma estrutura econômica e social desigual, a economia brasileira se desenvolveu, ao longo do século XX, sem solucionar os principais problemas estruturais referentes às relações de trabalho, mesmo tendo composto um conjunto de leis que, em tese, deveriam garantir direitos sociais à classe trabalhadora. Se, ao longo do período 1930-1970, o capitalismo industrial brasileiro se desenvolveu e consolidou, o desemprego estrutural permaneceu como característica intrínseca dessa economia. A crise da década de 1980 e as políticas neoliberais dos anos 1990 criaram um ambiente propício à precarização do trabalho no Brasil que, tendo na informalidade um de seus principais reflexos, só viria na década seguinte a ter um quadro econômico que começava a desenhar os aspectos de sua possível recuperação. Partindo dessas questões, o objetivo do presente trabalho é, a luz da discussão a respeito do desemprego estrutural, e assumindo o mesmo como característica própria do capitalismo brasileiro, analisar a questão da informalidade no Brasil ao longo das duas últimas décadas, tendo em mente que a informalidade se instaura como um dos principais elementos característicos da precariedade histórica das relações de trabalho no Brasil.

Condições de trabalho, produção de valor e exploração na CSN pós-privatização

José Luiz Alcântara Filho (UFF) e Leonardo da Silva Olegário

Palavras-chave: trabalho, valor, CSN, privatização

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações produtivas existentes no complexo siderúrgico da Usina Presidente Vargas (UPV) pertencente à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), buscando contrastar os ganhos adquiridos ao longo dos anos pela empresa aos retrocessos de direitos contraídos pelos trabalhadores, utilizando como marco conceitual de demonstração o período pós-privatização da usina, onde há uma maior intensificação e precarização da força de trabalho. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa utilizando dados quantitativos para fins descritivos a fim de apontar as particularidades supracitadas. Portanto, o objetivo geral foi traçar as principais características que norteiam dos bônus adquiridos pela companhia em detrimento dos ônus contraídos por seus funcionários. Constatou-se que há uma discrepância em relação aos números em torno dos lucros e investimentos do Grupo responsável por gerir as ações da CSN, em relação aos benefícios dos operários que, desde o final da década de 80, com a fragilização de sua base sindical, juntamente com as novas formas da estruturação produtiva da empresa, passaram a contrair uma série de derrotas que são confrontadas com os objetivos inversos da lógica de acumulação do capital. Os resultados, portanto, demonstram a desproporcionalidade entre as duas vertentes: de um lado o grupo CSN e o alcance dos seus objetivos ao longo do tempo; e de outro, a classe trabalhadora, acumulando declínios em direitos adquiridos ao longo dos anos; caracterizando os principais fatos que corroboraram para a ofensiva do capital, que são traçados a partir da exploração dos trabalhadores, no caso específico do texto os pertencentes à Usina Presidente Vargas.

Descendo a ladeira: a queda do crescimento nos Estados Unidos

Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)

Palavras-chave: produtividade do trabalho, crescimento econômico, processo de produção; capitalismo

O artigo examina o processo histórico de aumento da produtividade do trabalho no capitalismo mais desenvolvido, ou seja, primeiro na Grã-Bretanha e depois no Estados Unidos. Baseia-se num estudo do economista neoclássico Roberto Gordon, o qual desafia o consenso vigente entre os economistas, afirmando que o crescimento não é processo contínuo e que ele durará para sempre. Apresenta-se, então, a sua explanação para o evoluir da produtividade do trabalho, a qual é baseada na história das revoluções industriais. Apresenta-se, depois, uma explanação alternativa com base nos conceitos marxianos de manufatura e grande indústria. Procura-se, então, ir além das formulações originais de Marx, tendo em mente apreender as características específicas do capitalismo contemporâneo. .

Direito à preguiça? Sobre as impossibilidades econômicas para os nossos netos

Paulo Sérgio Fracalanza (UNICAMP)

Palavras-chave: Jornada de trabalho, redução da jornada de trabalho, consumo contemporâneo, Keynes, Lafargue

Em 1930, Keynes escreveu o ensaio *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, no qual prognosticava que em um século, graças aos avanços do progresso técnico e das forças produtivas sob o capitalismo, a humanidade poderia finalmente libertar-se de seu mais primitivo “problema econômico”: a carga de trabalho na luta pela sobrevivência. Sobreviria uma era de abundância e liberdade e o homem finalmente poderia dedicar-se aos ideais de uma vida plena. Oitenta anos passados, inquirimos por que a humanidade não apenas não alcançou os requisitos para uma *good life*, como criou uma forma de organização social na qual o “amor ao dinheiro” se fez comum e, inclusive, moralmente desejável, e na qual a jornada de trabalho chegou a níveis insuspeitados. Neste artigo, com base no levantamento e reflexão de argumentos aportados pela literatura especializada, identificam-se algumas das razões pelas quais o mundo descrito por Keynes não se materializou e

parece distante da realidade atual. Finalmente, e em linha com esse objetivo principal, analisamos alguns dos resultados de pesquisa recente sobre a percepção dos trabalhadores brasileiros sobre a intensidade do trabalho e as relações com o tempo livre. (IPEA, 2011, 2012).

Bases teóricas do modelo de efficiency wage e da contraposição entre insiders e outsiders e o comportamento do mercado de trabalho

Sebastião Ferreira da Cunha (UFRRJ)

Palavras-chave: mercado de trabalho, efficiency wage, precarização

O objetivo do artigo é identificar bases teóricas dos modelos de efficiency wage e da contraposição entre insiders e outsiders e verificar a robustez de seus argumentos para explicar as tendências de manutenção do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho quando se verifica a existência da reestruturação produtiva.

Comércio intrafirma das empresas transnacionais no Brasil (1995-2005): evidências de inserção internacional subordinada

Marília Bassetti Marcato, Rogério Gomes e Tatiana Massaroli de Melo (PUC-SP)

Palavras-chave: Comércio internacional, Comércio intrafirma, Empresas transnacionais

Este artigo tem como objetivo caracterizar o comércio intrafirma das empresas transnacionais com participação de capital estrangeiro minoritária e majoritária, considerando-se o período pós abertura comercial da economia brasileira. As empresas transnacionais têm mudado drasticamente sua forma de atuação, fragmentando e internacionalizando as etapas das cadeias de produção e valor. Nesse sentido, o fluxo de comércio intracorporação ou intrafirma é parte fundamental das novas estratégias das empresas transnacionais. A fim de delinear os contornos do comércio intracorporação das empresas transnacionais estabelecidas na economia brasileira, utilizou-se os dados do Censo de Capitais Estrangeiros no Brasil, divulgados pelo Banco Central para os anos de 1995, 2000, 2005 e 2010. Os resultados mostram a reafirmação da inserção assimétrica no comércio internacional, a concentração latino-americana e o aprofundamento do padrão histórico brasileiro de predomínio das exportações de produtos de menor intensidade tecnológica.

Desempenho e fragmentação da indústria de alta tecnologia do Mercosul

Camila do Carmo Hermida (UFU), Clésio Lourenço Xavier (UFU), Marisa dos Reis Azevedo Botelho (UFU) e Ana Paula Avellar (UFU)

Palavras-chave: Mercosul, indústria de alta tecnologia, Brasil

O objetivo deste artigo é avaliar a real inserção do Mercosul no comércio internacional de manufaturas de alta tecnologia e o grau de evolução ao longo da cadeia tecnológica. A principal contribuição deste artigo é a construção de um indicador de valor adicionado, resultado da diferença entre as exportações de bens finais e as importações de partes e componentes. Tal indicador permite uma análise mais adequada em termos de saldo comercial, de setores cada vez mais inseridos em processos de fragmentação produtiva. A principal conclusão é de que não há evidências fortes de que tais países estejam avançando para etapas mais a jusante das cadeias de valor nos setores de alta tecnologia, com exceção do setor de aeronaves (especialmente do Brasil).

A inserção do Brasil nas cadeias globais de valor comparativamente aos BRICS

Cristina Fróes de Borja Reis (UFRJ)

Palavras-chave: cadeias globais de valor, indústria, BRICS

Este artigo realiza uma análise descritiva sobre a participação dos BRIICS (Brasil, Rússia, Índia, Indonésia, China e África do Sul) no comércio internacional de bens, serviços e capitais, sob a perspectiva das cadeias globais de valor (CGV) através dos novíssimos dados de comércio em valor adicionado da OCDE/ OMC e de investimento internacional da UNCTAD. O Brasil é o país do grupo dos BRIICS menos integrado nas CGV. Brasil, Rússia e África do Sul não aprofundaram a intensidade tecnológica de suas exportações de 1995 a 2009, ao contrário, as atividades que tiveram crescimento de participação foram de recursos naturais. Já China, Índia e Indonésia realizaram uma transição do seu perfil exportador para atividades com maior intensidade tecnológica, como equipamentos óticos no caso da China e da Indonésia, e de serviços de negócios, no caso da Índia. Quando se analisa a origem do valor adicionado importado nas exportações dos BRIICS, contata-se uma heterogeneidade não somente em termos de países parceiros, mas também entre setores. Contudo a presença dos EUA é unânime nas duas dimensões, mais fortemente nas exportações brasileiras. Por seu turno, os EUA se revelaram também o parceiro comercial no qual a contribuição dos BRIICS sobre a demanda final do resto do mundo é mais significativa, seguido de Alemanha, Japão e recentemente China. Esses resultados levam a crer que os ganhos do comércio aos moldes da CGV continuam se concentrando nas principais potências, associados a estágios de serviços nas pontas da cadeia - como P&D e design, ou transporte, marketing e atendimento pós-vendas.

Há sentido no uso de APL como foco de política produtiva e tecnológica no atual paradigma tecno-produtivo?

Pablo Felipe Bittencourt (UFSC), Túlio Chiarini (UNICAMP) e Márcia Siqueira Rapini (UFMG)

Palavras-chave: Política de Produção e Inovação, Arranjo Produtivo Local, Sistema de Inovação.

O artigo é uma contribuição à definição de diretrizes à uma Política Produtiva e Tecnológica brasileira, que utilize os Arranjos Produtivos Locais (APLs) como foco de intervenção. Para isso, as transformações recentes do paradigma tecno-produtivo, destacadas em Perez (2010) foram discutidas e combinadas aos elementos que definem os processos de aprendizagem e inovação, típicos dos APLs. O resultado é um conjunto de diretrizes de políticas, voltadas a superação de externalidades locais à difusão tecnológica, ligadas às janelas de oportunidade abertas pelo novo paradigma. Em geral essas diretrizes se afastam das neoliberais.

Contribuições para o debate sobre a Lei de Informática

Victor Prochnik e Mateus Lino Labrunie

Palavras-chave: Lei de Informática, Brasil, pesquisa e desenvolvimento

O artigo discute a Lei de Informática (L.Info), principal benefício fiscal para as empresas de tecnologia da informação no Brasil. A Lei busca, através de desonerações do imposto sobre produto industrializado, estimular o aumento do conteúdo local na produção e a atividade de P&D. No artigo, procura-se associar a visão dos estudos econômicos aos trabalhos no campo de ciência política sobre a L.Info. A resenha da literatura estrangeira sobre programas de incentivos fiscais e de subsídios à atividade de P&D mostra que a Lei de Informática do Brasil (L.Info) junta problemas dos dois tipos de benefícios, não contendo suas vantagens. As pequenas e médias empresas têm prejuízo relativamente maior. Analisando os estudos em ciência política, observa-se que a L.Info é uma resposta aos interesses da Zona Franca de Manaus, por parte das empresas e políticos das demais

regiões, notadamente do estado de São Paulo. Portanto, é inviável modificar a L.Info sem levar em consideração este equilíbrio de forças. Mas, sem mudanças na legislação, a crescente flexibilidade dos critérios de aprovação de projetos permite incentivar os que são complexos e/ou estrategicamente mais úteis para o país.

A theoretical examination and framework proposal for the constituents of innovation systems

Mauricio Uriona Maldonado e Pablo Felipe Bittencourt (UFSC)

Palavras-chave: innovation systems

A novel examination of the constituents (components and relationships) of innovation systems is presented and a new framework is proposed, based on a comprehensive review of 1922 academic journal papers that were published on the subject between 1990 and 2009. Through a systematic review procedure we narrowed them down to a total of 31 studies which served as the foundations for the new framework. The framework details each component and their main relationships and offers a broad comprehension for the system of innovation as a whole.

Área 8. Área Especial 1: Integração-Latinoamericana

A integração latino-americana: uma análise dos limites atuais

Ana Maria Rita Milani (UFAL) e Marlene Grade (UFOP)

Palavras-chave: integração regional latino-americana, CEPAL, desenvolvimento

A integração regional latino-americana foi uma ideia que vem se configurando através da história desde o século XIX. No século XX, a integração regional estará relacionada à dimensão econômica e centrada no desenvolvimento. Na década de 1940, a CEPAL vai pensar a integração regional como um instrumento da industrialização que foi denominado de “velho regionalismo”, conceito que vai mudando com o tempo passando pelo “regionalismo aberto” e “regionalismo pós-liberal”. Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise a partir do velho regionalismo, que surge nas origens da CEPAL, na América Latina e sua evolução até os dias atuais salientando suas limitações para o desenvolvimento econômico. Observa-se na atualidade um ressurgir das ideias desenvolvimentista no plano político, no entanto, não é suficiente como para trabalhar um tema da complexidade da integração regional.

De América à Abya Yala. Semiótica da descolonização

Armando de Melo Lisboa

Palavras-chave: descolonização, colonização

Dentro do amplo contexto epistemológico-político geocontinental, o trabalho discute a emergência do conceito de Abya Yala para designar o continente americano. Para tal, e considerando também o processo global de colonização-descolonização, faz um balanço das perspectivas pan-americanas, pan-latinas e pan-indígenas.

Lições da Crise para uma teoria da formação de blocos econômicos. E uma pitada de Teoria dos Jogos e de Geopolítica

Frederico Jayme Katz (UFPE/DECON)

Palavras-chave: crise, bloco econômico, geopolítica

Considerando-se que o MERCOSUL passa por um período que não é o de maior brilho em sua breve história, procurou-se reunir elementos de diversas fontes que pudessem apoiar e enriquecer uma discussão sobre integração Latino-Americana e, especificamente, sobre estratégias de formação e consolidação de blocos regionais. Trata-se de uma tentativa de colaborar com o que poderia ser referido como as ‘Teorias da Integração’, e com o melhoramento do projeto do MERCOSUL. Para tal, de saída reuniram-se elementos relevantes captados nas repercussões da Crise iniciada em 2007/8, em países da União Europeia. Em seguida, fez-se uma breve incursão na Teoria dos Jogos para captar ferramentas de lógica, portanto não algébricas, em forma que já foi utilizada para o estudo de blocos regionais. Por fim, visita-se cautelosamente o mundo da Geopolítica, onde certamente encontram-se valiosas lições a serem aprendidas. A fusão destes pensamentos leva-nos a conclusão de que a consolidação do MERCOSUL não apenas é conveniente para o Brasil. É possivelmente indispensável como chave para abrir os caminhos para seu desenvolvimento.

Integração Latino-Americana: uma análise a partir das relações comerciais no âmbito do Mercosul

Gilca Garcia de Oliveira (UFBA) e Érica Imbirussú de Azevedo (UFBA)

Palavras-chave: América Latina, integração, MERCOSUL, relações comerciais

Este trabalho discute a integração latino-americana, principalmente, através de suas relações comerciais. Colocam-se em evidência as economias que compõe o MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai. Além, da interação com as principais economias parceiras: China, Estados Unidos e Europa. A verificação da constituição do processo de integração dos países que compõe a América latina, mais especificamente do MERCOSUL, se dá através das análises realizadas por Francisco de Oliveira (2006) e por Celso Furtado (2007). Uma avaliação quantitativa das relações comerciais foi feita por meio dos fluxos de importação e exportação do bloco econômico em relação às economias destacadas no período de 1995-2012. Desta forma, fica explícito o papel desta região no âmbito global, denotando a fragilidade e a vulnerabilidade desta, que reflete no processo de integração, tanto de forma mais ampla, se tratando da América Latina como um todo, quanto mais específica por meio do MERCOSUL.

A propósito de uma integração regional incompleta: uma análise do processo integrativo do Mercosul através dos fluxos de comércio entre 1992 e 2012

Kaio Glauber Vital da Costa (UFRJ)

Palavras-chave: MERCOSUL, integração regional

O objetivo do presente estudo é analisar a evolução do comércio exterior entre os países membros do MERCOSUL no período de 1992 a 2012. A literatura empírica sugere que a fragmentação dos processos produtivos possibilita a integração produtiva regional, interconectando os diversos países a partir da criação de especializações complementares e baseadas na criação de vantagens comparativas dinâmicas. Em primeiro lugar, procuramos localizar teoricamente a análise, definindo os conceitos e termos que foram utilizados ao longo do estudo. Em seguida, analisamos a evolução do comércio exterior dos países-membros do MERCOSUL segundo os estágios de produção, de modo a mostrarmos a como os países participam no atual contexto da fragmentação internacional da produção. A principal conclusão é que o modelo atual de integração regional do MERCOSUL reproduz as assimetrias encontradas na relação centro-periferia: os países mais frágeis do bloco, Paraguai e Uruguai, possuem déficits comerciais com os países mais dinâmicos, Argentina e Brasil,

ao mesmo tempo em que o padrão de inserção externa do bloco ocorre através do comércio de recursos naturais e/ou operações de montagem de bens finais.

Os projetos prioritários do Brasil na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da Região Sul-Americana (IIRSA)

Daniela Franco Cerqueira (UFF)

Palavras-chave: integração regional, Região Sul-Americana (IIRSA)

O presente texto visa caracterizar os objetivos que impulsionam a participação do Brasil na construção da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da Região Sul-Americana (IIRSA). Além disso, pretende delinear os possíveis desdobramentos da consecução de tal integração no desenvolvimento do país e da América do Sul. Para tal, faz-se uma análise dos pressupostos que balizam a construção da IIRSA e uma breve caracterização das inversões que contam com a participação brasileira. Em seguida, mostra-se o papel que a IIRSA cumpre nos projetos governamentais de desenvolvimento e na dinâmica atual da acumulação capitalista. Por fim, ressaltamos os limites da nova estratégia para contribuir no processo de desenvolvimento econômico do Brasil e da América do Sul.

Área 9. Área Especial 2: Economia Agrária e Meio Ambiente

A Reforma da PAC para o período 2014-2020: uma aposta no desenvolvimento territorial

Eduardo Moyano-Estrada (IESA-Espanha) e Antônio César Ortega (UFU)

Palavras-chave: reforma da PAC, agricultura europeia, desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial

Esse artigo visa analisar as principais mudanças introduzidas pela Reforma da Política Agrária Comum da União Europeia, aprovada no final de 2013, pelo Parlamento Europeu, para o período de 2014 a 2020. De acordo com o texto aprovado, a PAC terá um orçamento menor que o dos sete anos anteriores e um país a mais (agora são 28 países membros com o ingresso da Croácia em 2013). Ademais de um orçamento 12% menor em valores nominais, há que se observar uma mudança significativa na orientação geral da política: de uma prioridade setorial para a territorial. Na verdade, nossa hipótese é de que estamos diante de uma reforma que representa um trânsito do protagonismo de uma política de tipo setorial (dirigida à gestão da dimensão produtiva do setor agrário com as ajudas diretas, para a qual se dirigem as críticas mais contundentes), a uma outra, territorial (orientada à gestão de territórios rurais), que busca viabilizar processos de desenvolvimento rural e remunerar os agricultores pela produção de bens públicos. Portanto, além de avaliar a importância para Europa em ter uma PAC, ainda que não satisfaça mais a maioria dos agricultores, mas que atende em parte às demandas de outros segmentos sociais, e mesmo da pressão internacional, pretende-se analisar os elementos da reforma numa perspectiva que vai além dos aspectos pontuais, ou seja, pretende-se traçar as linhas por onde se produz o trânsito de uma política menos orientada ao setor e mais orientada ao território.

A expansão pecuária na Amazônia

Leonela Guimarães da Silva (UFMT)

Palavras-chave: Pecuária na Amazônia. Política de desenvolvimento regional. Regime Militar.

Este trabalho tem por objetivo apresentar o contexto inicial da inserção econômica da pecuária da Amazônia. Atualmente observa-se a concentração da agroindústria de exportação nessa região e as mudanças que essa agroindústria tem promovido na pecuária regional, em termos de transformações técnicas para oferecer matéria-prima de qualidade e com preços competitivos. Mas Essa agroindústria de exportação tem submetido a produção de carne bovina da região às exigências do mercado internacional. Desta forma, tornou-se relevante uma análise que apresente como a pecuária, hoje, consolidada na região amazônica, tem seu processo inicial alicerçado em uma política governamental, a saber, do regime militar, que com o objetivo inicial de ocupação dessa região, encontra na atividade pecuária “a melhor forma” para ocupar a região.

Fogo e Manejo da Terra na Amazônia – por um novo arcabouço teórico-metodológico

Larissa Steiner Chermont

Palavras-chave: Amazônia, neoclassicismo, metodologia

O presente artigo tem por objetivo principal apresentar um arcabouço teórico-metodológico alternativo que possibilite a análise do comportamento do camponês na Amazônia brasileira no que diz respeito à adoção do fogo como técnica de manejo da terra. A partir de uma ‘reconstrução teórico-metodológica’, pretendo: (i) demonstrar a inadequação das formulações amplamente utilizadas (mainstream) de modelos de previsão do comportamento do agricultor familiar provindas da vertente Neoclássica da teoria econômica, fundamentadas nas noções de racionalidade e maximização de utilidade; (ii) apresentar um modelo conceitual alternativo do comportamento do camponês quanto à adoção do fogo como técnica de manejo da terra, demonstrado preliminarmente por uma tipologia do camponês do Corredor da BR-163; (iii) estabelecer ‘diálogos transversais’ que perpassem as diversas disciplinas nas quais o fenômeno em foco se manifesta. O campo da produção camponesa na Amazônia brasileira servirá como empiria para a identificação da dinâmica social e análise do comportamento do camponês como agente desse subcampo econômico. Em suma, este trabalho pretende qualificar o problema do uso do fogo e suas consequências na vida do homem rural amazônico, de forma a contemplar os diversos aspectos da ‘realidade complexa’ em que o mesmo se insere e preencher a lacuna existente na literatura sobre o tema.

Visões da escassez: interpretando o debate entre cientistas naturais e economistas no renascimento do ambientalismo

Rosana Icassatti Corazza (Facamp)

Palavras-chave: escassez, neomalthusianismo, recursos naturais, ambientalismo

O período que se inicia no final da década de 1960 e que se estende pela década de 1970 é chamado por historiadores e estudiosos do movimento ambientalista como Renascimento do Ambientalismo. Naquele período, um novo debate sobre a questão da escassez constituiu o núcleo temático das discussões travadas por cientistas naturais, sobretudo biólogos das mais reconhecidas universidades norte-americanas, e por economistas de diversas extrações teóricas. Emergiram, naquele contexto, contribuições de economistas que marcam a recuperação de conceitos e teorias desenvolvidas anteriormente, mas também são formuladas e apresentadas perspectivas radicalmente novas para a compreensão das relações entre a economia e o mundo natural. Neste artigo, propomo-nos a recuperar o contexto daquele debate e apresentamos uma interpretação de contribuições selecionadas na temática interdisciplinar da escassez.

Controvérsias na economia ecológica: indefinição ou pluralismo metodológico?

Beatriz Macchione Saes e Ademar Ribeiro Romeiro

Palavras-chave: economia ecológica, pluralismo, metodologia

Desde fins dos anos 1980, a economia ecológica tem se fortalecido como campo de pensamento crítico não somente ao sistema econômico atual, visto como ecologicamente insustentável, como também à teoria econômica dominante e à crença desta nos mecanismos de mercado para solucionar os problemas ambientais. Ainda assim, os economistas ecológicos apresentam majoritariamente uma visão favorável ao pluralismo metodológico, que tem dado credibilidade a um grande conjunto de procedimentos e instrumentais de análise, inclusive aos provenientes da economia neoclássica. Esse posicionamento gerou grandes controvérsias, pois para um conjunto de autores o pluralismo, tal como defendido entre a maioria de economistas ecológicos, seria um obstáculo à definição do campo. Contudo, as críticas aos rumos do campo e ao pluralismo metodológico não foram devidamente acompanhadas de discussões no campo da metodologia. Com o objetivo de compreender as controvérsias existentes na economia ecológica em relação à heterogeneidade de procedimentos e enfoques, identificamos as diferentes posições sobre o pluralismo metodológico na área e a relação dessas com os princípios partilhados pelos economistas ecológicos. Procuramos argumentar que os princípios da economia ecológica, particularmente relacionados à visão biofísica do processo econômico, deveriam implicar em um pluralismo crítico ou estruturado. Para tanto, dividimos o artigo em três partes. Na primeira, discutimos os fundamentos e princípios da área. Em seguida, apresentamos as posições divergentes sobre o pluralismo metodológico na economia ecológica e suas consequências para o campo. Por fim, apresentamos a ciência pós-normal como caminho para um pluralismo metodológico na economia ecológica.

Tipologia dos Países Latinoamericanos segundo as Fontes de Emissão de CO₂ através de Análise de Agrupamentos

Mónica Liseth Cardozo Rodriguez, Francivane Teles Pampolha, Sergio L. M. Rivero (UFPA) e Ricardo Bruno Nascimento dos Santos

Palavras-chave: cluster hierárquico, emissões de CO₂

Este artigo estuda as principais fontes de emissões de CO₂ pela queima de combustíveis em vinte e dois países do continente americano. Para esta análise, agruparam-se os países em função dos fatores que originam o 80% das emissões. O procedimento utilizado foi o Cluster Hierárquico, tendo como resultado seis grupos, dos quais um possui uma fonte de emissão principal, dois possuem duas fontes de emissão principal e três grupos possuem três fontes principais, sendo que o setor Geração de Eletricidade e Calor e o setor Transporte possuem os maiores graus de responsabilidade pelas emissões de CO₂ através da queima de fósseis. Observou-se também que, nos países com alta estocagem de combustíveis fósseis, a proporção da exploração de fontes renováveis de energia é menor do que aquelas nos países onde o motor econômico depende da importação de petróleo e seus derivados e gás natural.

Resumos das Sessões de Comunicações

Industrialização, termos de troca e elasticidades de comércio externo: alguns aspectos analíticos

Fernando Maccari Lara (UFRJ)

Palavras-chave: industrialização, comércio exterior, periferia

Um dos aspectos mais importantes e difundidos do pensamento de Raúl Prebisch e da CEPAL é a posição favorável à industrialização da América Latina. Neste artigo pretende-se discutir a conexão entre esta posição e o enfrentamento da tendência ao desequilíbrio externo das economias periféricas, enquanto condição necessária para o seu desenvolvimento econômico. Argumenta-se que tal conexão não depende de uma hipótese específica sobre os movimentos dos preços relativos, mas sim da hipótese sobre a estrutura de elasticidades do comércio externo.

Instituições, leis e mercados: uma abordagem a partir de Karl Polanyi

Sebastião Neto Ribeiro Guedes (UNESP) e Enéas Gonçalves de Carvalho (UNESP)

Palavras-chave: Polanyi, mercado, Estado

O artigo busca apresentar e discutir o papel e significado das instituições, das leis e dos mercados na análise que fez Karl Polanyi dos processos de constituição e transformação do capitalismo, atentando para a singularidade de sua leitura. A ideia é mostrar que na construção da sua concepção de duplo movimento, Polanyi dialoga com diferentes tradições de pensamento, em especial com a tradição liberal em economia, o que lhe permite, a modo de contraste, apresentar uma interpretação bastante atual do papel da lei, do Estado e da mudança institucional no capitalismo.

Prebisch e a crítica ao capitalismo periférico: em busca da transformação latino-Americana

Tatiana Ferreira Henriques

Palavras-chave: Prebisch, periferia, América Latina

O objetivo deste artigo é resgatar os últimos trabalhos de Raúl Prebisch, ofuscados em meio à grave crise da dívida que assolou a região, pela sua importância na trajetória de consolidação do pensamento crítico original latino-americano. Nesses, Prebisch esboça a síntese da sua interpretação acerca do capitalismo periférico, a qual revela a complexidade, a especificidade e as graves deturpações políticas, econômicas e sociais desse sistema, que dista muito do que se observa no centro desenvolvido, assim como as possibilidades e opções abertas à região, pela forma como esta tem se inserido no capitalismo global. Dessa forma, afirma a imprescindibilidade da transformação latino-americana, a partir de um esforço teórico complexo, compreendido como uma síntese entre certos princípios do liberalismo e do socialismo. Por fim, denuncia a renitente escolha da periferia em incorporar raciocínios teóricos elaborados nos centros, baseados em pressupostos tais que os tornam incapazes de explicar a realidade da região.

Melhorar nossa “condição de vida”: um princípio psicológico e suas consequências econômicas e sociais

César Augusto Pereira dos Santos (UFSM) e Solange Regina Marin (UFSM)

Palavras-chave: Adam Smith, Teoria dos Sentimentos Morais, psicologia

O presente trabalho - por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada principalmente na leitura da Teoria dos Sentimentos Morais e na Riqueza das Nações - investiga a conexão entre a filosofia moral de Adam Smith e a sua abordagem em relação aos princípios humanos que norteiam a busca individual por melhorar a própria condição de vida. Para alcançar este objetivo são estudados conceitos e princípios chave presentes em seus dois livros de modo a defender o ponto de vista de que a Riqueza das Nações é uma continuidade da Teoria dos Sentimentos Morais. Dentre as principais lições aprendidas, a partir do estudo da obra de Smith, está a de que foi através dos conceitos de simpatia e espectador imparcial, criados e desenvolvidos na TSM, que ele criou o conceito do homem prudente, o qual caracteriza a maioria das pessoas que vivem em sociedade; que o homem prudente é muito diferente do homo economicus neoclássico; e, principalmente, que a visão smithiana de auto interesse está impregnada de conotações morais, uma vez que vai muito além do mero auto interesse por riquezas materiais.

A globalização e as novas configurações do Estado

Fabiana Rita Dessotti Pinto (ABDL) e Ivan Prado Silva

Palavras-chave: globalização, Estado

Este artigo tem como objetivo principal discutir as mudanças econômicas e políticas atuais que podem estar levando a novas configurações do Estado. Destacam-se a internacionalização produtiva e financeira e o papel das empresas e instituições financeiras como promotoras deste processo; o caráter multilateral das ações externas dos Estados e o processo de regionalização; e, o contexto de implementação das políticas neoliberais e a configuração do Estado mínimo. O artigo está dividido em três partes. A primeira parte apresenta a discussão sobre globalização. A segunda parte destaca os aspectos econômicos da globalização, enfatizando as relações produtivas e financeiras, para na terceira parte caracterizar os aspectos políticos da globalização, observando alguns aspectos das novas configurações do Estado. As principais considerações do artigo enfatizam a relação das mudanças econômicas e políticas com as novas configurações do Estado e ressaltam o perfil de adequação do Estado ao cenário de internacionalização e interdependência, ao contrário do que propõem alguns autores sobre a necessidade de se criarem mecanismos de controle e regulação do processo de globalização.

O Estado e as finanças: uma proposta de interpretação sobre a “ascensão” da regulação

Elson Rodrigo de Souza-Santos (UFPR)

Palavras-chave: estado, regulação, finanças, crise, Lei Dodd-Frank

O trabalho reexamina o papel do estado e regulação nos mercados financeiros após a crise (2007-10). Na prática, a regulação e o estado possuem a função de assegurar maior estabilidade, suporte aos produtos e serviços financeiros e a expansão do setor da economia contemporânea. A tese contida no trabalho é que a instabilidade e crise financeira não são acidentes, mas sim um efeito colateral da política e teoria de liberalização e desregulamentação (ou desrepressão) financeira. Assim a estrutura de regulação e intervenção do estado assume a responsabilidade de corrigir falhas de mercado, estabelecer as regras e normas e cooperação. A crise financeira (2007-10) e discussão sobre a ascensão da regulação refletem uma defesa política e teórica do status quo, sem propor ou cogitar uma quebra estrutural. Para explorar a tese é examinada a experiência norte-americana de transformação regulatória, enfatizando as discussões presentes na Lei Dodd-Frank (2010). A análise

do artigo investiga o nexu entre a dependência do setor financeiro da economia norte-americana em relação a defesa do atual modelo teórico e político de regulação.

Bloqueios à elevação salarial: crise estrutural do capital e heterogeneidade estrutural

Gustavo José Danieli Zullo (UNICAMP)

Palavras-chave: salário, crise estrutural do capital

As fragilidades da economia brasileira, subdesenvolvida e dependente, foram ainda mais aguçadas pelo processo de reestruturação produtiva, oriundo de um processo mais amplo de reorganização do capital, iniciado e operacionalizado nos países centrais pelas empresas transnacionais aí sediadas, nos anos 1960. Todavia, é apenas nos anos 1990 que a economia brasileira sofreria com maior intensidade os efeitos desta crise, havendo perdas significativas de elos da cadeia produtiva e, com isso, a capacidade de gerar empregos que geralmente oferecem uma remuneração elevada diante da média nacional. Além disso, nota-se uma paulatina perda de autonomia das organizações sindicais, o que prejudica ainda mais a possibilidade de os trabalhadores combaterem os efeitos nocivos da desindustrialização sobre suas possibilidades salariais e com relação às relações de trabalho, conformando um contexto em que a queda da heterogeneidade estrutural torna-se ainda mais resistente.

Subsunção do trabalho ao capital na análise de Marx no regime capitalista de produção: o trabalho como base miserável de valor

Ana Luíza Matos de Oliveira (UNICAMP)

Palavras-chave: Marx, capitalismo, valor, trabalho

Nesse artigo, apontaremos quais seriam, para Marx, as relações entre capital e trabalho e quais tendências adviriam dessa relação. Em um primeiro momento, trataremos da mercadoria e do trabalho que se transforma em mercadoria, com a formação de um “mercado de trabalho”; em seguida, das formas de subsunção formal e real que transformam as relações de trabalho e de produção; da geração de mais-valor e a aplicação do progresso técnico em torno desse objetivo único do sistema; da discussão sobre o trabalho como “base miserável” de valorização; e, finalmente, do desemprego e o exército de reserva. A partir da leitura de diversas obras de Marx, trazemos um conjunto de categorias fundamentais para entender o funcionamento das relações de trabalho que perduram até os dias de hoje e propomos que a teoria marxista sobre o capital continua atual para entender as relações capital/trabalho nos dias de hoje. A partir dessas teorizações aqui apresentadas, pode-se partir para a compreensão de realidades específicas, dado que, apesar de em constante transformação, continuamos em um sistema capitalista.

A demanda e a lucratividade estimulam a acumulação de capital? Uma análise de causalidade de Granger para o Brasil

Henrique Morrone (INCRA/MDA)

Palavras-chave: Função Investimento neo-Kaleckiana, Desenvolvimento Econômico.

O objetivo deste artigo é testar empiricamente se a parcela lucro- produto e a capacidade utilizada afetam (“Granger causam”) a acumulação de capital brasileira, no período 1950-2008. Utiliza-se a metodologia desenvolvida por Toda & Yamamoto (1995) a fim de verificar a hipótese de não causalidade de Granger. Os resultados indicam que a capacidade utilizada causa no sentido de Granger a acumulação de capital da economia brasileira. Por outro lado, a parcela lucroproduto

não “Granger-causa” a razão investimento-estoque de capital. Isto valida a proposta Kaleckiana centrada no papel crucial do acelerador, sugerindo que a economia brasileira apresente um regime de crescimento wage-led.

Ciclo econômico e hipótese da instabilidade financeira de Minsky na economia brasileira da década de 1970

Raphael Teles Oliveira (UFG) e Claudia Regina Rosal Carvalho (UFG)

Palavras-chave: Instabilidade Financeira, Minsky, Brasil, Ciclo Econômico

A década de 1970 foi um período de grandes transformações no Brasil e no mundo, os acontecimentos da época são muito importantes para entender a trajetória que a economia do país seguiu posteriormente. Este trabalho foi desenvolvido a partir da teoria de Hyman Minsky e das contribuições de outros autores como Keynes e Schumpeter e tem o objetivo de compreender como se deu o processo de instabilidade financeira no Brasil. A partir deste referencial teórico, foi feita uma análise da economia brasileira do período, verificando os antecedentes, como: o golpe militar, o PAEG, as bases do milagre econômico e o processo de instabilidade financeira, que marca a década de 1970. Todos os acontecimentos indicam que a decisão de continuar a crescer com grande endividamento externo, mesmo com a instabilidade econômica internacional por conta do primeiro choque do petróleo em 1973, levou à de fragilização da economia nacional. O governo, a fim de legitimar o golpe, fez escolhas que agravaram o quadro social do país e que levaram ao auge do processo de instabilidade financeira na ocasião do segundo choque do petróleo, momento que o Brasil mergulha em uma grave crise que caracteriza fortemente a década de 1980.

A industrialização brasileira e as estratégias de desenvolvimento regional na Amazônia: um estudo sobre o perfil da política de incentivos fiscais na década de 70 no Estado do Pará

Danilo Araujo Fernandes (UFPA), Cássio Amâncio Belizário, Luz Marina Lopes de Almeida

Palavras-chave: industrialização, desenvolvimento, Pará

A origem das políticas de desenvolvimento regional na Amazônia se dá historicamente por meio do Plano de Valorização Econômica da Amazônia na década de 40. Para cumprir os objetivos ambiciosos do Governo Federal em sua estratégia mais ampla de desenvolvimento da região, no entanto, nas décadas seguintes o governo brasileiro fará uso de uma série de instrumentos de política econômica e de integração territorial com o intuito de acelerar o seu processo de desenvolvimento. Entre eles, podemos destacar a política de incentivos fiscais que tem início no ano de 1963, prorrogando-se por décadas após o seu início. O intuito inicial de estimular um processo de substituição regional de importações, à moda cepalina na década de 60, no entanto, logo será transformado em estratégia geopolítica e militar mais ampla de promover a integração da região ao restante do país. O que será feito por meio tanto da abertura de novas vias rodoviárias, como pela atração de investimentos e concessão de recursos por meio de isenção em taxas e impostos por parte do setor privado da economia. Neste trabalho, faremos um esforço de análise teórica e empírica no sentido trazer novos elementos ao debate tradicional sobre a origem do processo de industrialização da Amazônia, assim como alimentar as discussões a respeito do processo de industrialização brasileira e seus impactos sobre diferentes espaços regionais. Perspectiva essa que será alimentada a partir da análise de um levantamento preliminar de dados fornecidos por publicações da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), e algumas análises sobre a evolução da indústria paraense durante a década de 70 e início da década de 80.

Benedito Valadares e a industrialização de Minas Gerais (1933-1945)

Camila Amaral Pereira (UFOP) e Daniel do Val Cosentino (UFOP)

Palavras-chave: industrialização, Minas Gerais, Benedito Valadares

Este trabalho discute o governo de Benedito Valadares em Minas Gerais de 1933 a 1945, para melhor contribuir na interpretação da industrialização do estado. Nossa hipótese central versa que em detrimento da desarticulação industrial mineira, antes de 1930, caberia uma articulação em conjunto da base política e econômica para tentar suplantar seu desenvolvimento. Para tanto, discutimos as diversas interpretações a respeito da origem da industrialização brasileira e apontamos que esta abordagem reflete especificamente a região de São Paulo. Em seguida procuramos adequar tais condições do modelo tradicional da industrialização do país à região de Minas Gerais. Finalmente, argumentamos que esta adequação não é possível e, portanto, a industrialização de Minas não poderia percorrer o mesmo caminho paulista. Desta forma, analisamos as intenções industrializantes na ação do setor público mineiro durante o governo de Benedito Valadares. Tal análise indica que, para a construção do desenvolvimento de Minas Gerais, devido à ausência de fatores econômicos favoráveis, bem como, pelas suas características próprias, seja na estrutura produtiva, no contexto histórico e na geografia singular, apoiou-se no exercício do governo para tentar dar suporte a sua acumulação industrial.

Economia da Alemanha: da reunificação ao euro, 1990-2013

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli (USP) e Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL)

Palavras-chave: Alemanha, Euro

Estas notas abordam as transformações operadas na economia alemã após a absorção da República Democrática Alemã pela República Federal Alemã em 1990, e passando por eventos como a entrada em circulação da moeda única europeia, o Euro, em janeiro de 2002. Os ajustes nos setores reais e monetários das duas zonas econômicas separadas à força durante a Guerra Fria se deram basicamente no sentido do aproveitamento da capacidade de captação e alavancagem de investimentos do lado ocidental capitalista, associado ao espólio de estoques de recursos produtivos e mão de obra de baixo custo herdados junto ao lado oriental, socialista. O entrecruzamento dessas duas economias teria gerado, não apenas a maior potência econômica europeia para as décadas seguintes, mas também um centro local hegemônico a partir do qual se estruturaria a União Europeia em geral e, de modo mais específico, a atual Zona do Euro.

A evolução econômica e política da China nos quadros do período Maoísta (1949-1978)

Miguel Henriques de Carvalho

Palavras-chave: História econômica chinesa, Período Maoísta, Economia Planificada

O presente artigo é dedicado ao exame da evolução política e econômica da China durante o Período Maoísta (1949-1978), de sorte a realizar um balanço das transformações que ocorreram no país ao longo destas três décadas, tomando-se em conta os determinantes internos e externos deste processo. Além da introdução (seção 1), na qual é apresentado o recorte histórico, o artigo está dividido em outras três seções. A segunda seção 2 é destinada à reconstituição, em linhas gerais, do curso das mudanças econômicas e políticas da China ao longo do Período Maoísta, sendo destacadas as inflexões essenciais que se sucederam ao longo do período. Na seção 3 são examinadas as transformações estruturais que ocorreram na economia chinesa durante o Período Maoísta, sublinhando-se as limitações encontradas pela agricultura coletivizada. Finalmente, na seção 4, são tecidas as considerações finais.

As peculiaridades da desindustrialização argentina

Juan Grigera (ABDL)

Palavras-chave: desindustrialização, Argentina, desenvolvimento econômico

Este trabalho argumenta que o conceito de desindustrialização (como tem sido utilizado principalmente na Argentina) foi apresentado como um caso peculiar, apenas, sem fazer qualquer comparação com outros casos latino-americanos ou internacionais. Mostramos que o senso comum que foi instalado em torno de desindustrialização deriva de uma explicação nacional centrada do capitalismo na Argentina em geral e da evolução do processo de industrialização em particular. Conclui-se com a necessidade de comparar em detalhe os processos em diferentes países.

Crise e evolução cíclica da economia brasileira entre 1990 e 2007: à luz da Teoria Marxiana

Nilton Marques de Oliveira (Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE)

Palavras-chave: Teoria marxiana, Crise, Ciclos Econômicos, Economia brasileira

Este trabalho tem por objetivo identificar e analisar o comportamento cíclico da economia brasileira entre 1990 a 2007, à luz da teoria marxiana. O movimento cíclico da economia é entendido como inerente ao Modo de Produção Capitalista. A metodologia usada consiste na pesquisa bibliográfica, baseado em Ribeiro (1988) e no ciclo econômico de Juglar. Utiliza-se dados do IPEA, que são: Taxas de variação anual real do PIB; Formação Bruta de Capital Fixo; Consumo Agregado; Taxas de Utilização da Capacidade Instalada e a Taxa de juros (Celic). Conclui-se que, sobretudo nos anos que se seguiram à crise de 1998, o ciclo econômico brasileiro se viu encurtado, com maior brevidade de todas as suas fases. Suspeita-se, neste trabalho, que os períodos de recuperação deixaram de ter a duração e a intensidade de outros períodos do passado devido à não ocorrência de saneamento da economia.

Os possíveis efeitos de choques do petróleo e do II PND no PIB brasileiro da década de 1980: uma análise quantitativa de 1962 a 1989

Gueibi Peres Souza

Palavras-chave: choque do petróleo, II PND

A adoção da “estratégia 74”, consubstanciada no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), e suas implicações para a década de 1980 se tratam de um tema que, apesar de tudo o que já foi escrito a respeito, ainda suscita questionamentos. A principal fonte de motivação para este estudo se concentra nos argumentos de que apesar do II PND ter contribuído para a retomada do crescimento na segunda metade da década de 1980, sua adoção foi igualmente decisiva para as dificuldades observadas na primeira metade desta década. Esta dualidade de pontos de vista acerca de sua consequência contribuiu para origem das discordantes interpretações amplamente difundidas acerca do papel da adoção desta estratégia para este período específico da economia brasileira. No entanto, isto é o que conseqüentemente também permite que contribuições à literatura acerca de sua discussão ainda possam ser realizadas. Neste contexto, a investigação de tais colocações, com ênfase na conjuntura econômica da época incrementada no seu diagnóstico pela possível influência da ocorrência de outros elementos que a compuseram, mais especificamente o segundo choque do petróleo (II CP), é que, a partir de abordagens quantitativas, se definem as pretensões e escopo deste trabalho.

Revisitando Manuel Correia de Andrade: a pecuária na formação da estrutura socioeconômica do sertão nordestino

Luiz Eduardo Simões de Souza (UFAL) e Rafael Aubert de Araujo Barros (UFAL)

Palavras-chave: Formação Econômica do Brasil, Nordeste, Manuel Correia de Andrade, Pecuária.

Manuel Correia de Andrade (1922 – 2007) é uma das principais referências sobre a formação econômica do complexo nordestino. No vasto conjunto de sua obra, o autor veio a tratar, com uma visão multidisciplinar, das relações sociais produtivas e sua influência sobre a formação da estrutura socioeconômica do nordeste. O presente trabalho visa expor e discorrer sobre as hipóteses do autor quanto à formação da economia do sertão nordestino, com ênfase na pecuária na construção da sociedade sertaneja, e de sua relação com o centro de poder político desde suas origens.

Trajatória recente do padrão de financiamento de longo prazo na economia brasileira: superação ou manutenção do entrave estrutural?

André da Silva Redivo (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento) e Silvio Antonio Ferraz Cario (UFSC)

Palavras-chave: financiamento, economia brasileira

Através da extensa bibliografia acerca da economia brasileira, se percebe a ausência de um padrão de financiamento de longo prazo endógeno que fosse capaz de atender as demandas de financiamento dos setores propulsores do capitalismo. Assim, ao longo do tempo, o financiamento do processo de desenvolvimento é marcado pela complementaridade dos recursos externos – ora como investimento direto, ora como empréstimo – e os insuficientes recursos internos. É dessa complementaridade que vão se compondo os recursos financeiros utilizados na estruturação industrial brasileira, entretanto, sem consolidar um padrão de financiamento. Diante de tal quadro histórico, tem-se como proposta neste estudo revisar as etapas de industrialização brasileira e a análise das especificidades atuais do financiamento de longo prazo no Brasil, frente às novas características das finanças internacionais e a configuração da estrutura institucional e dos principais instrumentos de financiamento de longo prazo no país. A hipótese a ser desenvolvida por este projeto é a de a insuficiência estrutural do financiamento de longo prazo no Brasil não foi devidamente superada, mesmo havendo uma maior complexidade na estrutura de financiamento de longo prazo.

Valorização cambial no controle da inflação: a importância da crítica ao regime de metas de inflação

Jair de Abreu Leme Junior

Palavras-chave: taxa de câmbio, metas de inflação, crítica

Este trabalho enaltece o papel fundamental que a valorização cambial apresenta contra a elevação dos níveis de preços. Desde a estabilização de preços alcançada pelo Plano Real a teoria neoclássica considera o câmbio como elemento adicional para a estabilização de preços. No entanto, a taxa de câmbio é uma variável macroeconômica de suma importância em uma economia aberta, e a sua variação, pode gerar um repasse ao índice de preços, o que se denomina na literatura econômica pass-through cambial. O sucesso do processo de estabilização se deve a uma contínua valorização cambial, e não como a ortodoxia afirma de adoções de políticas restritivas e contracionistas. Países como o Brasil com uma economia relativamente fechada, se comparado com outras economias como Hungria, República Tcheca ou Tailândia, apresentam um repasse da taxa de câmbio ao nível de

preços significante. Pode-se constatar de fato que tal fenômeno é consequência do poder de mercado instituído por grandes oligopólios estrangeiros e a ampla dependência do Brasil por insumos importados.

Financialisation: an overview

Carolina Cristina Alves (University of London)

Palavras-chave: financialization, fictitious capital, capital valorization

In the last thirty years, the world economy has been undergoing several transformations that have given rise to the phenomenon of financialisation. Despite the complexities and particularities of these transformations, one stark feature is undeniable: the explosion of financial transactions frequently at the expenses of productive activities. Despite considerable differences in the definition of what is financialisation, the relationship between industry and finance is a fundamental part of the analyses mentioned above. In Marx, this relationship is developed within the theory of capital accumulation itself. In this sense, financialisation process is related how capital has been valorized. From this perspective, financialisation is the valorization of capital, via financial assets creation and trade, in which the interesting-bearing forms of capital has not only been predominant, but its logic has been extended to several others spheres of the economic reproduction. This paper aims to examine how this valorization via financial assets occurs so that financialisation can be more accurately defined, to point out some historical and political elements behind financialisation, and to discuss few implications of financialisation for the economy.

Estado e dívida pública no padrão de acumulação financeirizado

Flavia Felix Barbosa

Palavras-chave: Capitalismo, Estado, Dívida Pública, Crise

O Estado e a dívida pública são componentes estruturais do modo de produção capitalista, são funcionais ao sistema desde sua gênese e apresentaram crescente importância no capitalismo contemporâneo. Eles criaram as condições e adaptaram ao “regime de acumulação financeirizado”. As políticas de liberalização e desregulamentação dos fluxos comerciais, financeiros e de capital foram decisivas para a hipertrofia da esfera financeira. Por conseguinte, a dívida pública foi incorporada à lógica de valorização rentista, e, contraditoriamente, tem sido uma contra tendência à queda da taxa de lucro e um componente estrutural da crise, ampliando a instabilidade sistêmica desse atual “padrão de acumulação financeirizado”; seu crescimento contribuiu significativamente para o acirramento das contradições internas do sistema, contudo, não deixou de ser condição necessária para a reprodução do capital. O Estado, por sua vez, tem agido mais como salvaguarda dos capitais privados a beira da falência, mas o desempenho desta função tem impedido a criação de mecanismos por parte do capital e do próprio Estado para um novo ciclo de expansão da economia mundial, alimentando as operações especulativas e parasitárias e conseqüentemente os processos de crises.

Capital financeiro: gênese e desdobramentos

Larissa Mazolli Veiga (UFRJ)

Palavras-chave: capital financeiro, teorias imperialistas, capital fictício

O intenso do conceito de capital financeiro desde seu surgimento proporcionou que ele fosse propagado de maneira leviana, o que deu origem a divergências entre os autores que o empregam e a

um uso deste conceito sem seu devido aprofundamento, levando a um distanciamento de seu significado original, tornando este conceito vago e impreciso. Como forma de tentar esclarecer a originalidade deste conceito, a primeira parte deste presente trabalho pretende delinear o surgimento do conceito de capital financeiro a partir da discussão sobre as teorias clássicas marxistas sobre o imperialismo ligadas a ele. Para isso, irá investigar as obras de Hilferding e Lênin, com a finalidade de mapear o desenvolvimento deste conceito. Em sua segunda parte, este artigo resgata os conceitos usados para a formação do conceito de capital financeiro, como os de capital bancário e capital industrial, sob a luz da teoria marxiana com a finalidade de estabelecer em até que ponto este conceito é realmente um segundo passo do que foi proposto inicialmente por Marx. E por fim, deste artigo irá se propor a fazer uma revisão crítica sobre o conceito de capital financeiro, apontando quais foram as inovações deste conceito em relação ao que foi desenvolvido por Marx e o que se apresenta apenas como uma repetição da análise já apresentada por Marx.

Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-2010

Fábio Guedes Gomes (UFAL), Anderson Henrique dos Santos Araújo e José Emílio dos Santos Filho

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal, finanças públicas, municípios

O trabalho estuda o efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) sobre as finanças públicas dos municípios alagoanos. Desde sua implantação os municípios brasileiros buscam se adaptar às novas regras estabelecidas pela Lei Complementar. Na pesquisa a LRF foi tratada como um novo marco para as finanças públicas no Brasil, sendo sua implantação no contexto de reformulação do papel do Estado no sistema econômico. Os resultados fiscais obtidos, após o ano 2000, confirmam o sucesso da LRF em promover o enquadramento das esferas subnacionais nas novas regras fiscais. Os respectivos governos ficaram mais suscetíveis aos rigores da LRF e buscaram alcançar o equilíbrio fiscal. O objetivo geral, portanto, do estudo foi analisar se os municípios alagoanos cumprem os limites impostos pela LRF, em relação à execução das Despesas com Pessoal (DP) e ao controle da Dívida Consolidada Líquida (DCL), no período 2000-2010. Os resultados estatísticos indicam que esses limites vêm sendo alcançados, entretanto verificou-se que tal condição não garante um equilíbrio fiscal consistente no longo prazo. Constatou-se que a participação dos gastos correntes e, especialmente, os gastos com pessoal nas despesas totais, aumentaram naquele período, enquanto a participação relativa dos investimentos públicos reduziu-se. Concluímos que o conceito de responsabilidade fiscal precisa ser ampliado para além do mero equilíbrio das contas públicas, visto que apenas tal condição não garante que o setor público aloque e distribua recursos de forma mais eficiente.

O dilema federativo e as contribuições sociais: uma análise comparativa entre os Estados do Pará e o Amazonas

José Raimundo Barreto Trindade (UFPA) e Rodrigo Portugal da Costa (UFPA)

Palavras-chave: Federalismo fiscal; Capacidade fiscal e financeira; Pará e Amazonas

O objetivo do trabalho é analisar as consequências da centralização tributária por meio das contribuições sociais sobre a economia e as receitas dos dois maiores estados amazônicos: Pará e Amazonas. Para tal, se utiliza do aparato teórico integrado de Kalecki e Poulantzas, buscando entender criticamente como a configuração federativa centralizada reverbera sobre as condições estruturais de desenvolvimento das referidas unidades subnacionais. A metodologia utilizada foi a construção e análise comparada de dois indicadores: o indicador de receita própria e o de receita

transferida per capita, tendo como fonte de dados a Execução Orçamentária dos Estados, disponíveis no sítio do STN e no IPEADATA. A análise se baseia na teoria macroeconômica Kaleckiana sobre o investimento e redistribuição de renda; auxiliada na teoria estruturalista dialética de Poulantzas sobre o papel do Estado para o desenvolvimento econômico capitalista e sobre hegemonia dos blocos de poder. Os resultados apontam haver um prejuízo distinto para os dois estados. A base econômica de montagem de bens de consumo duráveis para revenda no Brasil deu maior autonomia de recursos ao Amazonas. No Pará, o perfil primário exportador desonera a principal base tributária, o que aumenta a dependência da União. Isto tem um duplo sentido, pois ao não expandir a cadeia produtiva, a União prejudica sua própria arrecadação em contribuições sociais, mas mantém o seu papel enquanto força hegemônica.

O microcrédito e as políticas públicas de apoio à fruticultura no norte de Minas Gerais

Paula Cares Bustamante (Universidade Estadual de Monte Claros – UNIMONTES) e Josiane Soares Aguiar

Palavras-chave: microcrédito, Minas Gerais

O Microcrédito tem sido apontado como uma importante ferramenta para a diminuição da pobreza no mundo, sendo assim, o objetivo deste trabalho é elucidar as formas de concessão do microcrédito e suas vantagens em relação às formas tradicionais bancárias de consecução de empréstimos no Brasil. Especificamente busca-se entender quais os principais entraves para o surgimento e desenvolvimento de micro e pequenos negócios no país, analisar como o governo pode fomentar o acesso ao crédito e, conhecer como esse processo ocorre em nível local. Para abordar essas questões, serão considerados os dados estatísticos obtidos a partir de 1994 e dados dissertativos empíricos por meio de pesquisa bibliográfica em livros, artigos e sites buscando defender a hipótese de que, apesar da criação de instituições de microcrédito, muitos empresários ainda desconhecem essa modalidade de serviço, mantendo suas empresas com empréstimos de familiares, agiotas e outras formas menos burocráticas de aquisição de capital. No Brasil o mercado de microcrédito e microfinanças se encontra ainda em fase de implementação e desenvolvimento. Na década de 2000 pode-se notar um incremento dos programas sociais de microcrédito aliados a participação do governo e com parte de sua sustentabilidade ainda atrelada às instituições civis. É notável o crescimento do setor de micro e pequenas empresas do Brasil, contribuindo para minimizar as desigualdades sociais e garantir emprego e renda em longo prazo para camadas mais baixas da população. No norte de Minas Gerais associações são criadas tendo os recursos financeiros como fim e não como meio, fato que dificulta a construção de ações cooperativas que vislumbrem a conquista de novas possibilidades de crescimento e desenvolvimento. Enfim, a fruticultura do Norte de Minas carece de arcabouço institucional organizado com a finalidade de construir vantagens competitivas deliberadas, ‘eficiência coletiva’, para atingir o padrão de qualidade e periodicidade exigido no mercado internacional de frutas e, para definitivamente transformar a região em um pólo de agronegócios.

El Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social –BNDES– y su relación con el padrón de acumulación de capital en el Brasil: cambios y permanencias en el período 2003-2012

Javier Walter Ghibaudi

Palavras-chave: BNDES, Padrón de Acumulación, Internacionalización de Empresas

El objetivo de este artículo es analizar la estrategia y acción del BNDES en el período 2003-2012, observando los cambios y continuidades en el padrón de acumulación y grupos económicos favorecidos en general y las particularidades en los sectores de infraestructura e internacional. La metodología de investigación consistió en un análisis de la bibliografía más general sobre esa

questión en el Brasil y sobre el papel histórico del BNDES en particular. Fue realizado un análisis de datos estadísticos e informes institucionales del propio banco y se llevaron a cabo entrevistas a sus dirigentes. El trabajo presenta primero la estrategia y acción más reciente del Banco, distinguiendo su papel más general en la configuración de directrices del desarrollo. Luego, se observa su lugar más específico en la articulación de la infraestructura económica nacional y la inserción internacional del país. Finalmente, se destacan cómo los cambios y continuidades en la acción del BNDES se relacionan con alianzas y conflictos de fracciones de clase en el capitalismo brasileiro contemporáneo y cuáles serían las tendencias abiertas y en disputa.

O fenômeno da desindustrialização no Brasil e na Argentina: uma análise comparada

Luana Naves Ferreira Silva (UFU), Livia Carolina Machado Melo (UFU) e Leandro Vieira Lima Araújo

Palavras-chave: desindustrialização, Brasil, Argentina

Este trabalho visa realizar uma análise comparada do fenômeno da desindustrialização na Argentina e no Brasil, dadas as similaridades entre eles. Diante disso, utilizou-se, primeiramente, de um levantamento histórico sobre os processos de industrialização argentino e brasileiro para, na sequência, verificar a conjuntura econômica e industrial dos anos mais recentes no intuito de levantar as possíveis causas da desindustrialização. Além do resgate histórico, foi feita a apreciação, tanto para o Brasil quanto para a Argentina, de dois indicadores usuais quando se trata deste tema, quais sejam: participação da indústria de transformação no PIB e participação da indústria de transformação no emprego total. Os dados mostram que existem evidências de desindustrialização na economia brasileira e na economia argentina. Diante disso, destaca-se a importância de uma postura mais ativa do Estado, brasileiro e argentino, no sentido de incentivar mais ativamente o setor industrial, seja de forma direta ou indireta, através de uma política macroeconômica mais coerente e estável.

Uma análise da trajetória institucional dos regimes de exploração e produção de petróleo no Brasil: o protagonismo do Estado

Ricardo José dos Santos e Silvestre Nascimento Lima

Palavras-chave: Estado, petróleo, Brasil

O fim do Monopólio Estatal de Petróleo no Brasil foi marcado por um contexto de mudanças regulatórias, nos anos 1990, que visavam atender as novas demandas internas e externas por uma atividade industrial aberta a participação de agentes privados. Com o Plano Nacional de Desestatização iniciou-se a desconstrução de parte da cadeia produtiva articulada pela Petrobras ao longo de décadas. A hipótese a ser seguida é que arcabouço institucional pós-1997 impulsionou a exploração e produção do volume de petróleo no Brasil, no entanto, a manutenção da forte presença do Estado é fundamental para explicar os avanços nas áreas de exploração e produção. Sendo assim, o objetivo geral do trabalho é analisar o marco regulatório para a exploração e produção de petróleo no Brasil pós-1997 e identificar a relevância da presença estatal a evolução do setor. A metodologia do trabalho baseia-se nas propostas apresentadas por Capros e Samouilidis (1988) e Pinto Júnior et al (2007) para o estudo da economia da energia e políticas energéticas. A partir disto, foi realizado o mapeamento das alterações no marco regulatório para a exploração e produção de petróleo no Brasil, instituídas pela legislação de 1997. Como resultado da pesquisa, entendemos que o desenvolvimento da indústria de petróleo no Brasil, mesmo a partir de 1997, não pode ser explicado apenas pela quebra do monopólio estatal e a entrada de agentes privados nacionais e estrangeiros, mas pela permanência do Estado como um dos principais atores deste processo.

Quando o pleno emprego se torna vontade geral: uma análise do papel do Estado na política de emprego

Aline Zeli Venturi (UFPR)

Palavras-chave: pleno emprego, política de emprego

Este trabalho tem como objetivo discutir no campo das ideias o surgimento da proteção social e do debate em torno de políticas de emprego /pleno emprego no sistema capitalista moderno. Buscando contrapor a visão de diferentes correntes do pensamento econômico e sociológico, o trabalho traz apontamentos sobre o Estado como agente chave no papel de equalizador dos desequilíbrios do sistema capitalista. Será apresentada uma reflexão a respeito da centralidade do trabalho nas economias de mercado, sobretudo com o avanço da industrialização moderna. Em seguida será apresentado um histórico do surgimento das primeiras políticas sociais no século XIX culminando com as ações dos estados de bem-estar no pós II Guerra Mundial. Por fim, buscar-se-á uma aproximação com as teorias que explicam o declínio das políticas de cunho keynesiano, que levaram a uma falência do padrão de Estado à serviço do pleno emprego.

Poder, dinero y regimenes de verdad

Alfredo Daniel García

Palavras-chave: dinero poder verdad

La premisa central de este trabajo es que a lo largo de la Modernidad hubo una necesidad del hombre de negar, sortear, eludir, controlar, encapsular el azar, aún cuando, como dice Nietzsche es ontológico, subyacente a todas las cosas. Tratamos entonces de describir los ordenes (a través de los distintos modos del poder) que han ido construyendo el conocimiento y dando lugar al intercambio mediante el dinero. Este, a su vez, fue mutando de acuerdo al regimen de verdad que dominó en cada periodo de la modernidad. El oro, como verdad absoluta puesta en Dios, el papel moneda como reflejo del valor trabajo y una infatigable voluntad de saber y finalmente el credito, como reflejo de un mundo incierto, productor de sujetos de credito, bajo una difundida voluntad de ceer.